



**Emília Felippe**  
Superior em Gestão Ambiental

## **Avaliação de Aplicação da ISO 13009:2015 na Praia da Areia Preta: uma contribuição sustentável para valorização turística de Guarapari**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território**

Orientador: Professor Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira,  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova  
de Lisboa

Júri:

Presidente: Presidente: Prof.<sup>a</sup> Doutora Lia Maldonado Teles de Vasconcelos  
Arguente: Prof. Doutor Carlos Manuel Prudente Pereira da Silva  
Vogal: Prof. Doutor José Carlos Ribeiro Ferreira



FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

**Lisboa, 2017**



COPYRIGHT © Emília Felipe, FCT/UNL, UNL, 2016

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.



A presente dissertação foi escrita com contribuição das normas técnicas da "Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT" por opção da autora



## **Dedicatória**

Para minha mãe, seu esposo e meus irmãos. Para Fran e Elis.





## **Agradecimentos**

Meu primeiro agradecimento sempre será à Deus, por dar-me energia para realizar meus sonhos. Em sequência, agradeço aos amigos que auxiliaram de alguma maneira, José Telosa, Maria Amaya, Hitalo Braga, Verônica Vasconcelos, Lunara Bernardes, Gil Pletz, Davi Anjos, Marcelo Rosado, Rafael Cornélio e Luciana Penna. Agradeço também a todos os funcionários da ISO, da Prefeitura Municipal de Guarapari e Gandia, e a todos os outros funcionários de diferentes áreas profissionais que foram entrevistados, que atenderam com muita cordialidade e educação minhas solicitações.

Agradeço também à Universidade Nova de Lisboa, a Faculdade de Ciências Sociais e Tecnologia e a todo corpo docente que foram fundamentais para agregar conhecimento para elaboração deste trabalho.

Gratidão a todos que contribuíram para que essa etapa pudesse ser concluída.



## **Resumo**

Este estudo trata da possibilidade de aplicação da ISO 13009:2015 na Praia da Areia Preta, no município de Guarapari, Brasil. Para a Metodologia aplicou-se o Método Qualitativo, analisou-se bibliograficamente os instrumentos de gestão territorial vigentes em Guarapari e a Certificação Internacional ISO 13009 e seus benefícios; através de pesquisas de campo coletou-se informações necessárias para averiguar quais itens encontravam-se em conformidade com as exigências da Norma Internacional. O objetivo do trabalho foi realizar uma avaliação da aplicabilidade da ISO 13009 na Praia da Areia Preta e que o mesmo pudesse servir como um suporte técnico aos agentes envolvidos na gestão ambiental e turística da praia, servindo como guia nas decisões para tornar-se mais desejável e sustentável. Concluiu-se que a conformidade das exigências da Norma com a Praia da Areia Preta é de 33%, tratando-se de um número insatisfatório. A aplicabilidade desta é de difícil realização e esse fato não se dá a uma possível complexidade da Norma, que possui exigências relativamente básicas, mas sim à falta de infraestrutura da praia e à burocracia derivada da sobreposição de poderes que inviabilizam uma gestão eficaz da área estudada.

Palavras chave: certificação, sustentabilidade, litoral, legislação, meio ambiente, turismo.



## **Abstract**

This research focuses on the application for the ISO 13009 at Praia da Areia Preta beach, which is located in Guarapari, Brazil. A quantitative method was used as applied methodology, the current territorial instruments of management of Guarapari were analyzed bibliographically, as well as the International Certification ISO 13009 and its benefits through field research, collecting the needed information to verify which items were in compliance with the demands of the International Standard. The purpose of this paper was to perform an evaluation of the applicability of ISO 13009 at Praia da Areia Preta beach, functioning as a technical support to the involved agents in the environmental and touristic management of the beach, as a guide to make it more desirable and sustainable. In conclusion, the requirements of the ISO 13009 achieved 33% of conformity in this particular beach, as an unsatisfactory number for the applicability of the International Standard. Its applicability is hard to be accomplished considering not only the alleged complexity of itself, although the demands being relatively basic, but due to a lack of infrastructure at the beach and the current bureaucracy derived of the overlap of federal, state and municipal powers that invalidate an efficient management of the studied area.

Keywords: certification, sustainability, coastal, legislation, environment, tourism.



## Índice

Capa	I
Direitos autorais	III
Português utilizado	V
Dedicatória	VII
Agradecimentos	IX
Resumo e palavras chaves	XI
Abstract and keywords	XIII
Indice	XV
Lista de figuras	XIX
Lista de tabelas	XXII
Lista de abreviações	XXV
<b>1 Introdução</b>	<b>27</b>
1.1 Enquadramento do tema	27
1.2 Objetivos	29
1.3 Estrutura da dissertação	30
1.4 Metodologia	32
<b>2 Certificação como instrumento de gestão de praias e promoção turística</b>	<b>35</b>
2.1 Sistemas de gestão e sua importância.	36
2.2 Vantagens e desvantagens das certificações	38
2.3 Justificativa da utilização da 13009:2015 neste trabalho	39
<b>3 Norma ISO 13009:2015 “Serviços de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar uma praia” e seu contexto</b>	<b>41</b>
3.1 O âmbito da Norma	41
3.2 A importância da aplicação da Norma	42
3.3 Os benefícios da aplicação da Norma	44
<b>4 Caso de Estudo Gandia, o antes e depois da certificação ISO 13009</b>	<b>45</b>
4.1 A situação antes da ISO 13009	47
4.2 As dificuldades	49
4.3 A contribuição da certificação ISO 13009 para gestão de Gandia	50
4.4 Recomendações para aplicação	51
<b>5 Guarapari como atrativo turístico e suas ferramentas de gestão</b>	<b>53</b>
5.1 O litoral do Espírito Santo e o turismo. O balneário de Guarapari.	54
5.2 A importância da atividade turística para Guarapari	56
5.3 A história das areias radioativas	57
5.4 Praias de Guarapari e opções de atividades turísticas	61
5.5 Praia da Areia Preta – caracterização	72
5.5.1 Operações na Praia da Areia Preta, planos de organização e manutenção	75
5.6 Instrumentos de gerenciamento (Plano Diretor Municipal de Guarapari)	78
5.6.1 Instrumentos de gerenciamento costeiro	79
	XV

6	Avaliação da aplicabilidade da ISO 13009/15 à Praia da Areia Preta	83
6.1	Ligação entre atividades da praia e gestão de riscos	83
6.2	Licenciamento e responsabilidades legislativas	87
6.3	Planejamento	87
6.3.1	Identificação dos riscos para saúde pública	87
6.3.2	Planos de Emergência	89
6.3.3	Operações da praia e planos de organização e ações de manutenção	90
6.4	Comunicação com Stakeholders	94
6.5	Promoção das atividades na Praia	95
6.6	Medição de desenvolvimento da praia	96
6.7	Satisfação do cliente e feedback de compilação	97
6.8	Infraestrutura	98
6.8.1	Responsabilidades	98
6.8.2	Infraestruturas permanentes	99
	Serviços sanitários (geral, banheiros, chuveiros e lava pés)	99
	Banheiros	102
	Chuveiros e lava pés	102
	Água potável	104
	Vestiários e armários	105
6.8.3	Infraestrutura Temporária	106
	Sombreiros	106
6.8.3.1	Infraestrutura da Praia	106
6.8.4	Acessibilidade da Praia	107
	Geral	107
	Responsabilidades	108
	Requisitos gerais sobre acessibilidade	109
6.8.5	Estacionamento	111
	Restrição de acesso de veículos particulares	113
6.9	Prestação de Serviços	114
6.9.1	Serviços de Informações	114
	Informações sobre os serviços oferecidos na praia	114
6.9.2	Informações Turísticas	115
6.9.3	Tarifas e Impostos	116
6.9.4	Informações sobre o código de conduta	116
6.9.5	Informações sobre segurança balnear	117
6.9.6	Informações sanitárias e ambientais	119
6.10	Serviços de segurança	120
6.10.1	Informações gerais	120



6.10.2	Responsabilidades	122
6.10.3	Requerimentos Gerais	122
6.10.4	Planejamento e monitorização de riscos	123
6.10.5	Medidas de controle	124
6.10.6	Sinalização, bandeiras e zoneamento	125
6.10.7	Salva vidas e Primeiros Socorros	126
6.10.8	Equipamento de salvamento público e comunicação de emergência	129
6.10.9	Evacuação e fechamento da Praia	130
6.11	Limpeza da Praia e remoção do lixo	130
6.11.1	Informações gerais	130
6.11.2	Requisitos de planejamento	131
6.11.3	Limpeza de instalações e equipamentos	132
6.11.4	Eliminação do lixo, recolha e reciclagem	134
6.12	Serviços Comerciais	135
6.12.1	Informações gerais	135
6.12.2	Serviços de alimentação – comida e bebidas	137
6.12.3	Cadeiras e guarda-sol	137
6.12.4	Esportes e atividades de lazer	138
<b>7</b>	<b>Considerações finais e desenvolvimentos futuros</b>	<b>141</b>
<b>8</b>	<b>Referências bibliográficas</b>	<b>145</b>
	<b>Anexos</b>	<b>150</b>



## Lista de Figuras

Figura 1-1 Visualização prática da estrutura da dissertação	31
Figura 1-2 Metodologia	34
Figura 3-1 Impactos da Norma	43
Figura 3-2 Benefícios da Norma	44
Figura 4-1 Localização geográfica da cidade de Gandía ...	46
Figura 4-2 Praia Gandía atualmente..	47
Figura 4-3 Gandía nos anos 70	48
Figura 5-1 Enquadramento geográfico de Guarapari	55
Figura 5-2 Vista aérea da cidade de Guarapari.	55
Figura 5-3 Retirada ilegal areia em Guarapari	57
Figura 5-4 Reportagem: Guarapari, uma das praias mais famosas do Brasil.	59
Figura 5-5 Reportagem: CPI da Energia Atômica	60
Figura 5-6 Praia de Bacutia	61
Figura 5-7 Praia dos Adventistas.	62
Figura 5-8 Praia de Santa Mônica	62
Figura 5-9 Praia do Una	62
Figura 5-10 Praia da Areia Preta	63
Figura 5-12 Praia do Fonte	63
Figura 5-13 Praia da Leontina	64
Figura 5-14 Praia das Castanheiras	64
Figura 5-15 - Praia das Conchas ou Emitão	64
Figura 5-16 - Praia das Pelotas	65
Figura 5-17 - Praia das Virtudes	65
Figura 5-18 - Praia do Graçaí	65
Figura 5-19 - Praia do Guaibura	66
Figura 5-20 - Praia de Peracanga ou Mucunã	66
Figura 5-21 - Praia de Porto Grande	66
Figura 5-22 - Praia de Setiba	67
Figura 5-23 - Praia de Setibão	67
Figura 5-24 - Praia do Boião	67
Figura 5-25 - Praia do Ipiranga	68
Figura 2-26 - Praia do Meio	68
Figura 5-27 - Praia do Morcego	68

Figura 5-28 - Praia do Morro	69
Figura 5-29 - Praia do Riacho	69
Figura 5-30 - Praia do Sol	69
Figura 5-31 - Praia do Valadão	70
Figura 5-32 - Praia dos Namorados	70
Figura 5-33 - Praia dos Padres	70
Figura 5-34 - Praia de Muquiçaba	71
Figura 5-35 - Descrição Praia da Onça	71
Figura 5-36 - Descrição Praia da Raposa	71
Figura 5-37- Descrição Praia dos Eduardos	71
Figura 5-38 – Descrição Praia dos Barristas .	71
Figura 5-39 - Descrição Praia Recanto dos Amores .	71
Figura 5-40 Praia da Areia Preta .	72
Figura 5-41 Localização satélite da Praia da Areia Preta	72
Figura 5-42 Geologia e ditribuição de minerais pesados	74
Figura 5-43 Plano Diretor Municipal de Guarapari	74
Figura 5-44 Orçamento Fiscal	77
Figura 5-45 Terrenos de Marinha	80
Figura 6-1 Irregularidade de edificações na Praia da Areia Preta	84
Figura 6-2 Construções na areia da praia	86
Figura 6-3 Ponto de informação turística .	96
Figura 6-4 Banheiros públicos na praia	101
Figura 6-5 Chuveiros e Lava pés	104
Figura 6-6 Placa banheiro para portadores de mobilidade reduzida	110
Figura 6-7 Rampa de acesso a areia	110
Figura 6-8 Vaga de estacionamento para portadores de mobilidade reduzida	111
Figura 6-9 Estacionamento na praia 1	112
Figura 6-10 Estacionamento na praia 2	112
Figura 6-11 Posto de salvamento balnear	118
Figura 6-12 Placa alerta de balneabilidade	119
Figura 6-13 Serviço de salvamento marítimo	121
Figura 6-14 - Lixeira	135
Figura 6-15 - Cadeiras de praia	138
Figura 6-16 - Resultados Finais	141



## Lista de tabelas

Tabela 5-1 Extração de areia monazítica	58
Tabela 5-2 Competência administrativa	81
Tabela 6-1 Plano de edificação da costa	83
Tabela 6-2 Recomendações código de boas práticas	85
Tabela 6-3 Identificação dos riscos para a saúde pública	88
Tabela 6-4 Plano de emergência	90
Tabela 6-5 Operações, planos de organização e ações de manutenção	91
Tabela 6-6 Ações de manutenção	92
Tabela 6-7 Plano de manutenção e de monitorização	93
Tabela 6-8 Comunicação com stakeholders	94
Tabela 6-9 Promoção de atividades na praia	95
Tabela 6-10 Medição de desenvolvimento da praia	97
Tabela 6-11 Satisfação do cliente	97
Tabela 6-12 Responsabilidades	98
Tabela 6-13 Serviços sanitários	100
Tabela 6-14 Conformidade banheiros	102
Tabela 6-15 Chuveiros e lava pés	103
Tabela 6-16 Água potável	104
Tabela 6-17 Vestiários e armários	105
Tabela 6-18 Infraestrutura temporária	106
Tabela 6-19 infraestrutura da praia	106
Tabela 6-20 Acessibilidade geral	107
Tabela 6-21 Responsabilidades sobre acessibilidade	108
Tabela 6-22 Requisitos gerais sobre acessibilidade	109
Tabela 6-23 Estacionamento	111
Tabela 6-24 Restrição de acesso de veículos particulares	113
Tabela 6-25 Informações sobre os serviços oferecidos na praia	114
Tabela 6-26 Informações turísticas	116
Tabela 6-27 Tarifas e impostos	116
Tabela 6-28 Informações sobre código de conduta	117
Tabela 6-29 Informações sobre segurança balnear	118
Tabela 6-30 Informações sanitárias e ambientais	119
Tabela 6-31 Serviços de segurança	120
Tabela 6-32 Responsabilidade de segurança	121

Tabela 6-33 Requerimentos gerais de segurança	123
Tabela 6-34 Planejamento e monitorização de riscos	124
Tabela 6-35 Medidas de controle de riscos	125
Tabela 6-36 Sinalização	125
Tabela 6-37 Bandeiras	125
Tabela 6-38 Zoneamento	126
Tabela 6-39 Salva vidas	127
Tabela 6-40 Primeiros socorros	128
Tabela 6-41 Equipamentos de salvamento público e comunicação de emergência	129
Tabela 6-42 Evacuação e fechamento da praia	130
Tabela 6-43 Limpeza da praia e remoção do lixo	130
Tabela 6-44 Requisitos de planejamento para limpeza da praia	131
Tabela 6-45 Limpeza das instalações e equipamentos	133
Tabela 6-46 Eliminação do lixo, recolha e reciclagem	134
Tabela 6-47 Serviços comerciais	136
Tabela 6-48 Serviços de alimentação	137
Tabela 6-49 Cadeiras e guarda sol	137
Tabela 6-50 Esportes e atividades de lazer	139





## **Lista de abreviações**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
**AENOR** - Asociación Española de Normalización y Certificación  
**AND** – Andaluzita  
**CERTIF** - Certificação de Produtos  
**CIA** – Cianita  
**CIRM** – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
**CPI** – Comissão Parlamentar de Investigação  
**CPRM** – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
**e-SIC** – Sistema Eletrônico de informações  
**FEE** – Foundation for Environmental Education  
**FER** – Ferrossilita  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa  
**IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano  
**ISO** – Internacional Organization for Standardization  
**LEU** – Leucoxênio  
**LLTM** – Linha Limite Terrenos da Marinha  
**LOM** – Lei Orgânica Municipal  
**LPM** – Linha Preamar Média  
**MAM** – Ministério do Meio Ambiente  
**MON** – Monazita  
**PDM** – Plano Diretor Municipal  
**PNGC** – Plano Nacional de Gestão da Costa  
**RINTUR** – Roteiro de Informações Turísticas  
**RUT** – Rutio  
**SECTUR** – Secretaria de Turismo de Guarapari  
**SECTURES** – Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo  
**SIL** – Silimantia  
**TIT** – Titanita  
**WWF BRASIL** – World Wide Found for Nature  
**ZEIT** – Zona Especial de Interesse Turístico  
**ZIR** – Zircão  
**ZUT** – Zona de Uso Turístico



## **1 Introdução**

### **1.1 Enquadramento do tema**

A maior parte da população mundial vive em zonas costeiras, e há uma tendência permanente ao aumento da concentração demográfica nessas regiões. A saúde, o bem-estar e, em alguns casos, a própria sobrevivência das populações costeiras depende da qualidade e das condições dos sistemas costeiros. (MMA, 2010). O Brasil conta com aproximadamente 10 800 km de linha de costa, sendo que as praias cobrem 82 778 hectares, correspondendo a aproximadamente 2% de todos os ecossistemas costeiros brasileiros (MMA, 2010).

O clima tropical e a beleza das praias brasileiras aliados a alta extensão de costa, contribuem diretamente para atrair turistas nacionais e internacionais. A maioria dos destinos turísticos famosos no litoral brasileiro estão espalhados pelo nordeste, sul e sudeste. As praias de renome internacional encontrados espalhados pelo nordeste são: Pipa, Boa Viagem, Porto de Galinhas. No sul, são: Joaquina, Florianópolis e para o sudeste as praias mais famosas são: Leblon, Copacabana, Guarujá, Ilha Bela, segundo o site top10mais.org. Uma observação interessante é, a região sudeste brasileira é formada por quatro estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Apenas o estado de Minas Gerais não encontra-se na costa, os outros três estados possuem vasta opção de praias para uso turístico, porém, apenas Rio de Janeiro e São Paulo estão com praias cotadas entre as mais famosas do Brasil e com renome internacional. Levando em consideração essa falta de referências nacionais ou internacionais na internet ou bibliográficas sobre a importância turística do Espírito Santo, este trabalho opta por focar em uma praia do estado citado acima para contribuir com informações sobre o mesmo e auxiliar em sua valorização turística. O destino escolhido, é a cidade de Guarapari.

O litoral de Guarapari, é um dos principais ambientes destinados ao turismo no estado do Espírito Santo (SECTURES 2017), por se tratar de um espaço geográfico litorâneo famoso por suas peculiares paisagens naturais, com uma temperatura média anual agradável, possui grande potencial turístico podendo este potencial se alastrar a nível nacional e internacional. A cidade de Guarapari possui muitas praias de belezas e usos distintos. Um dessas praias, bastante singular por suas areias escuras recebe o nome de Praia da Areia Preta.

Destacada pelo popular apelido de Praia Saúde, famosa pelos atrativos “medicinais” que suas areias oferecem, a Praia da Areia Preta é caracterizada como um objeto de consumo perfeito para lazer e turismo e saúde, conforme SECTUR – Secretaria de Turismo de Guarapari. A cidade de Guarapari e a Praia da Areia Preta, oferecem o ambiente ideal para receber um estudo de desenvolvimento turístico, mas é de extrema importância citar que as atividades em meio à natureza ou ambientes naturais que vinculam muita movimentação turística, requerem não apenas estudos de

desenvolvimento turístico, mas também uma gestão sustentável. Administrar um ambiente natural onde há fluxo turístico intenso é complexo, por oferecer uma infinidade de resultados divergentes pois com o sucesso do turístico, ocorre o aumento do volume econômico, mas também o populacional, o que gera a degradação do meio ambiente de determinado local.

As atividades turísticas têm causado a vulnerabilidade na costa litorânea ao longo de sua exploração por anos. Como resultado dessa exploração, em busca de melhorias administrativas fundamentais para uma gestão sustentável das zonas costeiras, desenvolveram-se estudos internacionais. Esses estudos foram transformados em Programas de certificação ambiental, prêmios de desempenho ambiental e sistemas de avaliação, sendo atualmente utilizados no turismo como instrumentos para a proteção do ambiente e para um desenvolvimento sustentável do setor turístico (Sasidharan, Sirakaya, & Kerstetter, 2002).

Em busca de respostas aos novos movimentos turísticos que tem surgido e almejando a integração sustentável do turismo e dos ambientes naturais, a instituição internacional ISO- *International Organization for Standardization* - criou no ano de 2015, uma nova norma internacional que recebe o nome de ISO 13009:15. Essa Norma apresenta requisitos e recomendações para operar em praias, atender as necessidades ambientais, favorecer o ecossistema costeiro, assegurar níveis elevados de higiene e segurança e manter os interesses econômicos gerados pelo turismo. A criação da ISO 13009:15 permite ainda a certificação da praia, tornando o reconhecimento de uma gestão sustentável como uma ferramenta de divulgação e dinamização da economia e do turismo local, ISO 2015.

Apesar de tratar-se de uma norma relativamente nova no mercado (aproximadamente 2 anos), a Certificação ISO 13009:15, já apresenta suas contribuições. Algumas praias já a adotaram como ferramenta de gestão e tornaram-se casos de êxito, como em Gandía, na província de Valência, Espanha. Gandía tornou-se um caso de sucesso não apenas pela aplicação da ISO 13009:15, a cidade possui um histórico de certificações que contribuíram diretamente para o triunfo da aplicação desta nova Norma internacional. O segmento do turismo costeiro na Espanha é de extrema importância para economia do país, responsável por 74% dos turistas estrangeiros e por mais de 10% do PIB do, sendo uma ferramenta econômica muito importante na geração de emprego e renda (Yepes, 1998, apud Silva & Vaz, 2012). Com tamanha relevância turística renomeada mundialmente e com um histórico positivo sobre aplicações de certificações, Gandía possui alto potencial para estimular outras praias pelo mundo a buscarem melhorar suas infraestruturas e a qualidade de seus serviços oferecidos.

As praias pioneiras nessa implantação, principalmente Gandía por se tratar de um local de intenso fluxo internacional turístico, podem fornecer pistas importantes para avaliação da implementação da Norma em praias que não ainda não a aplicaram. Se utilizado o exemplo bem sucedido de Gandía

para aplicação da ISO 13009 na Praia da Areia Preta na cidade de Guarapari, o exemplo citado pode servir como uma contribuição na valorização da qualidade turística, favorecendo uma gestão sustentável, resultando em pistas de como iniciar e conduzir o processo de aplicação da ISO em estudo neste trabalho. É muito importante ressaltar também, as praias pioneiras na implantação da ISO 13009:15 podem servir além de estímulo para outras praias recorrerem a implantação de uma certificação. Essas praias pioneiras podem inicialmente estimular uma concorrência de forma mais saudável e tornando mais positiva a experiência de frequentadores de praias que ainda não possuem certificações, isto é, para uma praia que ainda não possua nenhuma certificação e tenha interesse na mesma, o primeiro exemplo a ser seguido é observar como uma praia que já adquiriu determinada certificação está atuando e, tentar melhorar seu quadro de serviços oferecidos, atraindo maior movimentação turística, iniciando o processo de desenvolvimento de sua situação econômica, continuando gradativamente nesse processo ao ponto de, finalmente ter capacidade de se aplicar a auditoria para recebimento de uma possível certificação.

Assim, em resposta ao dinamismo do turismo como principal responsável pela fragilidade de alguns ecossistemas litorâneos, a ISO 13009:15 e seus exemplos de aplicação da mesma pelo mundo, podem contribuir, auxiliando como um manual de aplicabilidade prática que forneça orientações para os operadores da Praia da Areia Preta atingirem um nível adequado de gestão balnear sustentável. Além de atuar como um manual de aplicabilidade, reforçando o dito acima, o próprio exemplo da aplicação da 13009:15 em algumas praias, pode despertar o senso de concorrência em outras, tornando as praias que já possuem a certificação em questão, como o caso de Gandia, um exemplo em questões como: infraestrutura, serviços, gestão, etc. Isso é, ainda que uma Praia não tenha condições de aplicar a ISO 13009:15, ela pode ser conduzida a uma melhoria mesmo sem receber a certificação.

## **1.2 Objetivos**

Inspirando-se nas melhorias que a ISO 13009:2015 – “Serviços de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar numa praia” podem oferecer, sendo estas melhorias providas de duas maneiras, através da obtenção da certificação da Norma, tão quanto na falta de sua obtenção através do estímulo para qualificar a concorrência de outras praias, este trabalho despertou o interesse de avaliar a aplicação da Norma em pauta, na Praia da Areia Preta em Guarapari, Brasil.

Através da análise da comparação da Norma ISO 13009:15 com instrumentos nacionais, estaduais e municipais de planejamento territorial, a Constituição Federal, o Plano Diretor Municipal de Guarapari, Instituto Estadual do meio Ambiente, Código de Postura, Lei Orgânica Municipal, e outros utilizados na gestão da praia em estudo, essa dissertação tem como objetivo coletar informações sobre a

situação atual legal e física da Praia da Areia Preta e realizar uma avaliação da aplicabilidade da ISO 13009 na mesma.

O resultado da análise comparativa entre a Norma e os instrumentos de gestão pública podem servir como um suporte técnico aos agentes envolvidos na gestão ambiental e turística da praia em questão, podendo ser um guia na tomada de decisões futuras após este estudo.

O caso de aplicação da ISO 13009:15 em Gandía na província de Valência na Espanha, surge nesse trabalho como uma ferramenta de inspiração e de suporte, com o objetivo de auxiliar na criação de estratégias práticas de gestão ajudando a tomar decisões fundamentadas através de uma abordagem de boas práticas e consciência ambiental de modo a facilitar o processo de implementação desta Norma. Gandía oferece com seu caso de estudo, um amplo exemplo a todas as praias que pretendem adquirir algum tipo de certificação e qualificar os seus serviços oferecidos. Tanto por seu histórico de conquistas de certificações, como por sua excelente infraestrutura, gestão e a qualidade dos serviços prestados, podem oferecer estímulos para outras praias, como a Praia da Areia Preta, a iniciar os primeiros passos para um caminho de sucesso internacional, isso é, ainda que uma praia não esteja hábil em receber uma certificação específica, a mesma pode iniciar o processo seguindo pequenos exemplos apresentados pelas praias que já possuem maestria em seus serviços.

Assim, esta dissertação tem como objetivo principal, oferecer aos tomadores de decisões da Praia da Areia Preta, uma contribuição orientativa através dos resultados da pesquisa, servindo como suporte para desenvolver ferramentas de gestão capaz de obter uma melhor valorização turística (levando em consideração a desvantagem que o estado do Espírito Santo recebe em relação as outras praias da região sudeste) e ambiental através da qualidade dos serviços oferecidos pela Praia da Areia Preta. Por fim, para desenvolver este trabalho de forma profissional, foi recorrido à Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre regras nacionais e internacionais de escrita. Assim, a pesquisa pôde ser apresentada seguindo um padrão, para que este trabalho fosse o mais claro e compreensível possível.

### **1.3 Estrutura da dissertação**

Nesse ponto, de importante ressalva, encontra-se a estrutura desta dissertação apresentada de forma resumida para simplificar a compreensão inicial do estudo. A presente dissertação divide-se em oito capítulos, subdivididos por temas que vão se desenvolvendo de acordo com a profundidade que o estudo do assunto em questão toma, conforme mostra a figura 1.1

No primeiro capítulo, introdutório ao estudo, encontra-se o enquadramento do tema, mostrando como o mesmo será abordado, quais objetivos o trabalho pretende atingir e a metodologia utilizada especificada expondo quais processos foram realizados na obtenção de dados para desenvolvimento

da investigação em busca de resultados específicos para elaboração desta dissertação. Nos capítulos dois, três, quatro, e cinco, ocorre o desenvolvimento da teoria e pesquisa, onde foram realizados estudos fundamentais para estruturar os objetos apresentados neste trabalho, sendo eles, um estudo introdutório sobre a cidade de Guarapari, uma contextualização sobre Certificações e sobre ISO 13009:2015 – “Serviços de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar numa praia” e uma abordagem sobre Gandia na província de Valência na Espanha onde foi aplicada a ISO em estudo, apresentando os aspectos positivos e negativos dessa aplicação. No capítulo seis, dá-se início a parte prática do estudo, dada como análise comparativa entre a ISO 13009:15 e os instrumentos de gestão territorial de Guarapari, com a intenção de verificar quais as semelhanças e quais as diferenças entre ambos, para recolhimento dados, resultantes em uma avaliação da aplicabilidade da norma na Praia da Areia Preta. No capítulo sete segue a conclusão, onde são apresentados os resultados da aplicabilidade, recomendações, potencial de desenvolvimentos e documento auxiliar para estudos futuros. Posteriormente, no capítulo oito, encontram-se as referências bibliográficas que serviram de suporte para este estudo. Ao final do trabalho, estão todos os documentos relevantes anexados, para verificação e apreciação de interessados neste estudo. Abaixo, na figura 1.1 pode ser visualizado a divisão dos capítulos para facilitação da compreensão.

Figura 1-1 Visualização prática da estrutura da dissertação

Capítulo 1 (Introdução)	Enquadramento, Objetivos e Metodologia
Capítulo 2 (Teoria)	Guarapari
Capítulo 3 (Teoria)	Certificações
Capítulo 4 (Teoria)	ISO 13009/15
Capítulo 5 (Teoria)	Gandia
Capítulo 6 (Campo/Resultado)	Avaliação da aplicabilidade da ISO 13009 em Guarapari
Capítulo 8 (Conclusão)	Considerações finais, pistas para o futuro
Capítulo 9 (Bibliografia)	Referências bibliográficas

Fonte: Emília Felipe, 2017

## 1.4 Metodologia

As ferramentas adotadas para a investigação, pesquisas bibliográficas, entrevistas a profissionais da área e visitas aos locais indicados ao decorrer do trabalho serão descritas neste capítulo.

Este estudo tem por objetivo oferecer uma contribuição teórica. Quanto à metodologia em mãos, fez-se a opção pelo método aplicado, através de estudo científico voltado a investigar uma solução relacionada à possibilidade de aplicação da ISO 13009 na Praia da Areia Preta em Guarapari.

Por ser uma pesquisa exploratória, tem como objetivo sondar as dificuldades e benefícios da aplicação da Norma Internacional em estudo em uma praia que ainda não possui nenhum galardão ambiental ou turístico aplicado.

Através da abordagem qualitativa, foi possível mesclar a investigação com dados oficiais e informações técnicas de questões locais, auxiliadas pelo método indutivo que permitiu a observação individual dos diferentes agentes envolvidos na tomada de decisões da Praia da Areia Preta.

Como procedimentos, foram adotados:

- Análise bibliográfica dos instrumentos de gestão territorial (nacional, estadual e municipal) vigentes em Guarapari;
- Análise bibliográfica da ISO 13009:2015 – “Serviços de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar numa praia”;
- Análise bibliográfica de trabalhos que estudaram sobre turismo, certificações ambientais e areias radioativas;
- Pesquisa a documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Guarapari;
- Entrevistas a profissionais envolvidos na tomada de decisões da gestão urbana, funcionários da ISO, comerciantes locais e utentes da praia;
- Pesquisa de campo para observação e coleta de material fotográfico.

Para elaboração deste trabalho, foram necessários dois processos distintos de desenvolvimento, chamados respectivamente de FASE TEÓRICA E FASE PRÁTICA.

A FASE TEÓRICA divide-se em duas partes, A FASE 01 e a FASE 02.

Para dar início ao processo de desenvolvimento desse trabalho, foi necessário elaborar uma lista de tópicos a serem estudados. Cada tópico foi escolhido minuciosamente de acordo com todos possíveis assuntos que tenham ligação com este estudo. Após definidos estes tópicos, para cada um



foi elaborada uma longa análise bibliográfica. Essa análise bibliográfica serviu de forma instrutiva para decidir qual praia brasileira poderia receber tal estudo de aplicação da ISSO 13009:15, quais seriam os instrumentos de gestão territorial que abrangem a região costeira que poderiam ser utilizados para comparação com a ISO 13009:15, quais os casos de estudo (praias certificadas que existem no mundo) que poderiam servir como orientação para esse trabalho. Dando sequência ao processo de desenvolvimento, assim que a estrutura básica da pesquisa se definiu, foi dado início à FASE 02.

Na FASE 2 foi dada ênfase aos estudos sobre Certificações. Com auxílio de ferramentas online, a pesquisa iniciou-se por entender o que eram e como atuavam as certificações em todo mundo. Quais as mais famosas a nível internacional, quais as mais recomendadas pelas companhias, quais os diferentes tipos de certificações, quais as diferenças entre certificações e galardões. Quais as vantagens e as desvantagens da aplicação de uma certificação. Após a utilização das ferramentas de pesquisa online para obtenção dos dados acima, concluiu-se que as certificações da ISO eram as mais requisitadas a nível mundial, e, iniciou-se uma maratona de entrevistas online aos funcionários da companhia, que foram muito ativos nas solicitações e contribuíram de forma fundamental para estruturar a pesquisa para compreender o contexto da ISO 13009:15. Graças também aos dados coletados nessas entrevistas, foi possível chegar à informação de que Gandía, na Espanha, apresentava um exemplo positivo de aplicação da Norma. O próximo passo da FASE 02 se deu através de entrevistas online com funcionários do Ayuntamiento de Gandía.

O próximo passo realizado na metodologia para realização deste trabalho, vem a receber o nome de PARTE PRÁTICA (também dividido em duas partes), onde acontece a FASE 03.

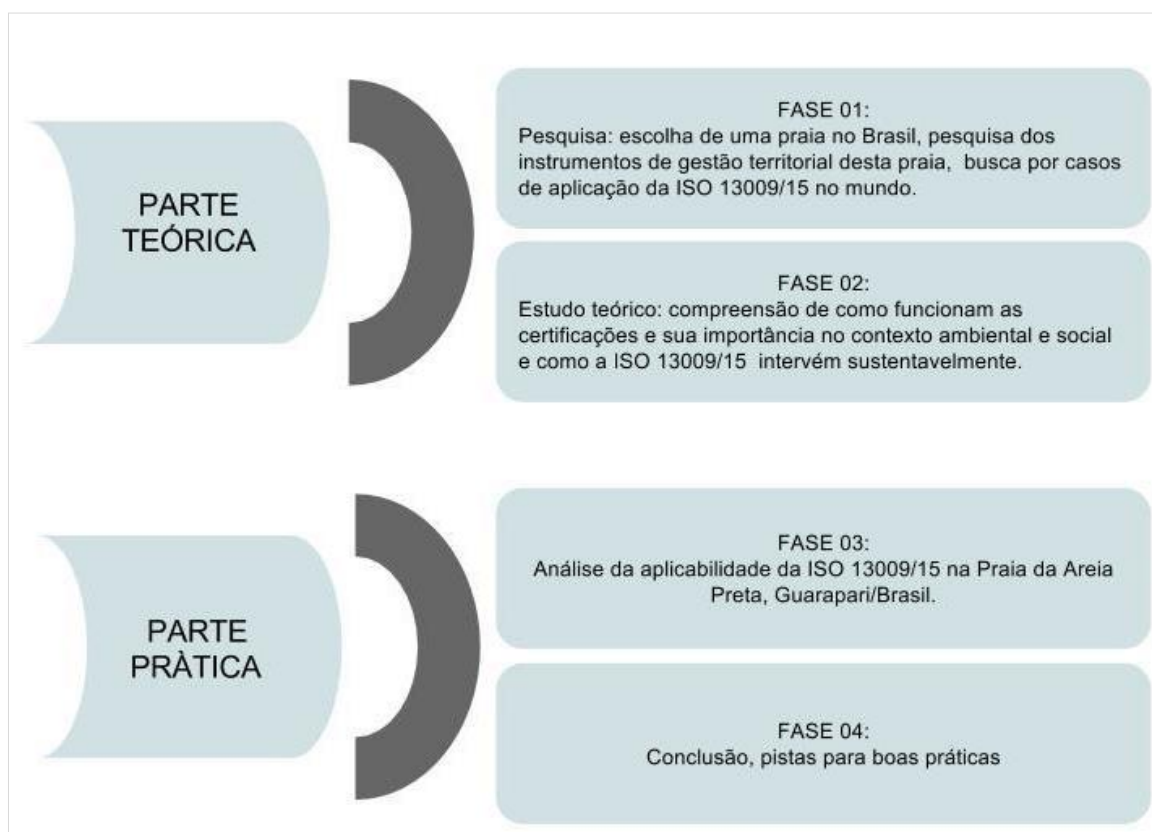
Na FASE 03, após realizada estruturada análise bibliográfica para embasamento teórico da compreensão de funcionalidade da ISO 13009:15, iniciou-se uma maratona de entrevistas à funcionários da Prefeitura Municipal de Guarapari. Graças ao conhecimento da Norma em estudo adquirido, foram elaboradas questões divididas por assuntos: ambientais, sociais, turísticos, infraestruturas, etc. Essas questões foram levadas à funcionários competentes em cada assunto da Prefeitura Municipal de Guarapari. Nessa fase foram entrevistados os gerentes da Secretaria Municipal de Turismo, a gerente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, funcionários da Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento de Guarapari – CODEG, responsável pela limpeza urbana e o responsável pelos funcionários contratados para exercício da função de salvamento na Praia da Areia Preta. As entrevistas auxiliaram para compreender inicialmente como os instrumentos de gestão administravam o território em estudo, dando as primeiras pistas para avaliar o que estava em concordância com as exigências na Norma e o que não estava de acordo. Para os itens que não estavam de acordo, iniciou-se uma outra nova etapa de entrevistas à profissionais que atuam com legislação brasileira, no caso, foram entrevistados um Juiz Federal e dois advogados. As respostas

desses profissionais auxiliaram a encontrar na legislação brasileira, onde estavam as leis referentes a cada item solicitado pela Norma.

Em sequência, encontra-se a última fase realizada, chamada FASE 4. Os materiais documentados, bem como as respectivas informações levantadas em visitas aos locais de estudo, foram organizados em relatório de pesquisa, para resultar em uma proposta fundamentada em dados que serão expostos ao longo do trabalho.

A seguir na figura 1-2, a apresentação das quatro fases da pesquisa, através do esquema de facilitação visual indicado na figura abaixo.

Figura 1-2 Metodologia



Fonte: Emília Felipe, 2017

## **2 Certificação como instrumento de gestão de praias e promoção turística**

Certificação é um processo em que uma entidade capaz para tal, avalia se determinado produto ou serviço atende as normas técnicas solicitadas. Esta avaliação é feita através de auditorias. Se os produtos ou serviços estão em conformidade, os mesmos recebem a certificação desejada e podem usar a Marca de Conformidade. Com isso, uma certificação serve para garantir a qualidade de um produto ou serviço elevando o nível dos mesmos continuamente, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT 2017.

A certificação ambiental surge como “prova” por parte de indústrias e comércio de que os mesmos incorporam as iniciativas de proteção ambiental, consciência ecológica e sustentabilidade no funcionamento diário das empresas, quer dos produtos ou dos serviços fornecidos pelas mesmas (Ribeiro 2011). Assim, para um desenvolvimento sustentável do segmento turístico, sem expor os turistas a um perigo excessivo à sua segurança e integridade física, faz-se necessário investir em normas e procedimentos que estabeleçam um padrão mínimo de qualidade para a prestação desses serviços (Sebrae, 2012).

Atualmente, a organização não governamental internacional ISO (International Organization for Standardization) é a principal rede global de padronistas presente em mais de 163 países, segundo informações oficiais da ISO. Não cabe à ISO iniciar o desenvolvimento de uma norma, as normas surgem como resposta a pedidos/necessidades formuladas pela indústria ou outras partes interessadas, como associações de consumidores. No caso de o pedido ser aceito, cabe a uma Comissão Técnica o desenvolvimento de uma norma (Silva, 2016). Com isso, a ISO tentando atender aos diversos desafios sustentáveis e ambientais colocados às empresas e organizações, possui uma gama de normas para que os progressos nos três pilares do desenvolvimento sustentável sejam alcançados, isto é, tanto a nível ambiental como econômico e social. (Ribeiro 2011).

Com isso, o processo de degradação de praias com potencial turístico precisa ser apontado, corrigido e constantemente monitorado para que seja preservada a qualidade desses atrativos. Estas ações dependem da gestão do local. Portanto, os operadores de praias podem ter a oportunidade de construir um diferencial competitivo, trabalhando na profissionalização e certificação de suas praias.

## 2.1 Sistemas de gestão e sua importância.

Os problemas ambientais representam prejuízos nas condições de vida, nos espaços natural e artificial-civilizado. Configuram-se, inicialmente, como problemas individuais que, com a interação dos indivíduos na sociedade, tornam-se coletivos e, devido aos seus efeitos transfronteiriços, transformam-se em questões globais (Langenberger; Andion, 2004). Os investimentos em gestão ambiental passaram a se tornar uma necessidade para praticamente todos os segmentos da economia, e a natureza destes investimentos envolvem estratégias que afetam inclusive os custos, os quais podem ser fontes determinantes de vantagem competitiva para a firma (CHRISTMANN, 2000). Alberton (2003) descreve que talvez uma das maiores vantagens da adoção dos modelos de gestão ambiental e da certificação seja a demonstração pública da conformidade a padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

Alguns exemplos atuantes de Programas e Certificações de sistemas de gestão ambiental:

- **Bandeira Azul:** é um programa internacional que tem como objetivo conscientizar ambientalmente os cidadãos e os tomadores de decisões a um alto grau com o intuito de proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações que conduzam à resolução dos conflitos existentes. O programa Bandeira Azul é uma iniciativa da FEE (Foundation for Environmental Education – Fundação para Educação Ambiental) que conta com o apoio de diversas instituições internacionais. No Brasil é operado pelo Instituto Ambientes em Rede, com sede em Florianópolis, Santa Catarina. O programa teve início em 1987 na Europa (no Brasil à partir de 2004) e é aberto a praias marítimas, fluviais e lacustres, além de marinas, sendo necessário a participação dos municípios e envolvimento de instituições que representam os vários segmentos da Sociedade Civil. A certificação Bandeira Azul é outorgada onde se localiza a praia que cumpra todos os critérios, sendo estes, divididos em quatro âmbitos distintos: informação e educação ambiental, qualidade da água banear, gestão ambiental e segurança e serviços.

O Programa Bandeira Azul, baseia-se em princípios de sistema de gestão ambiental, ou seja, ao cumprir a série de critérios, a praia ou marina que participa do Programa solicita a certificação internacional Bandeira Azul. No Brasil, o programa possui atualmente cinco praias e três marinas certificadas (Programa Bandeira Azul, 2017).

- **Qualidade de Ouro:** A Quercus, é uma Organização não governamental de Ambiente (ONGA), fundada em Portugal em 1985 que trabalha com conservação da natureza, da biodiversidade e dos recursos naturais, defendendo o meio ambiente em geral, em uma perspectiva sustentável. Entre as várias funções dessa organização, uma recebe destaque internacional, conhecida como Qualidade de Ouro, onde a Quercus tem a função de

selecionar as praias em Portugal que tem boa qualidade de água. Esta avaliação efetuada pela Quercus é mais limitada, em relação ao Programa Bandeira Azul, porque esse foca na qualidade exclusiva das águas, sendo muito exigente nesse aspecto. A classificação geral das águas e consequentemente de suas praias é disponibilizada pelo Instituto da Água de acordo com a exigência mínima da legislação nacional, para que os banhistas possam estar informados a respeito de qual praia possui qualidade balnear assegurada pelo programa Qualidade de Ouro (QUERCUS, 2015).

- **ISO 14001:** certificação internacional concedida pela ISO (International Organization for Standardization) que define os requisitos para estabelecer e operar um sistema de gestão ambiental (SGA), sendo a mais utilizada a nível mundial, aplicada em mais de 300 mil organizações em 170 países. Estabelece critérios para sistemas de gestão ambiental sustentável efetivo, possibilitando que organizações possam simultaneamente focar no lucro, na sustentabilidade das suas ações na gestão de impactos ambientais. Qualquer organização (privada, sem fins lucrativos ou governamentais), independente de atividade ou setor, pode solicitar a certificação ISO 14001 para garantir o melhoramento do impacto ambiental através de uma rígida legislação (ISO, 2004). Morandi (2004) argumenta que: A elaboração da ISO 14000 foi feita para inibir a forma generalizada e desordenada da certificação dos selos ambientais, pois esse trabalho vem para disciplinar, sistematizar e padronizar as atividades no setor produtivo, validados por um organismo internacional (MORANDI, 2004 p. 86).

A ISO atua na revisão dos processos produtivos para que sejam diminuídas as atividades poluidoras como, a poluição do ar, problemas de água e esgoto, gestão de resíduos, a contaminação do solo, objetivando melhor desempenho ambiental global, garantindo o desenvolvimento, preservando os recursos naturais e o meio ambiente. Para ROBLES (1998), o principal objetivo da norma é patrocinar o equilíbrio entre a proteção ambiental e as necessidades socioeconômicas, a fim de garantir o sucesso da organização, além de alcançar melhorias relacionadas à redução de energia e consumo de água, desperdício de matérias-primas, maior eficiência e redução de custos, aproveitamento de resíduos, as organizações que aderem à ISO 14001, tem promoção e melhoramento da reputação e imagem da empresa e a confiança das partes interessadas, por possuírem a certificação *verde*.

Altino (2007) aponta o Brasil com uma especial participação no setor industrial, o qual tem o mérito de ser o país da América Latina com o maior número de certificados ambientais em conformidade com a NBR ISO 14001.

- **ISO 13009:** É a primeira certificação específica para gestão sustentável de praias, orientando operadores a estarem melhores estruturados para tomarem decisões sobre gestão ambiental de praias pela qual eles são responsáveis, usando uma abordagem consistente baseadas em informações da melhor qualidade. Esta norma internacional criada em 2015, surgiu da necessidade de planejamento e desenvolvimento sustentável de praias

exploradas pelo uso turístico, servindo como guia de gestão e segurança para as mesmas (ISO, 2015). Essa Norma Internacional estabelece requisitos e recomendações para gerir/organizar as praias, oferecendo aos turistas de alta temporada e demais visitantes em outras épocas do ano, um ambiente com infraestrutura sustentável e serviços, necessidades de provisão, segurança, informação e comunicação, limpeza e remoção de resíduos (ISO, 2015). Para receber essa certificação, a praia em análise precisa passar por uma auditoria criteriosa e, caso a receba, a praia será sujeita a mesma auditoria anualmente para manter continuamente o padrão de qualidade. Até o momento apenas praias no continente Europeu possuem esta certificação, se tratando de uma normativa nova publicada em setembro de 2015 (ISO,2015).

Assim, com o propósito de facilitar o caminho para uma praia de excelência em cada um dos níveis acima mencionados, esta norma internacional é uma ligação dos muitos programas e projetos já existentes e implementados em praias.

## **2.2 Vantagens e desvantagens das certificações**

A certificação de sistemas de gestão pode contribuir de muitas maneiras com as organizações, nomeadamente na avaliação de custos e riscos e nas relações com as suas envolventes externas, através da criação de condições para incrementar a fidelização dos seus clientes, da identificação dos seus principais objetivos e sua concretização e do aumento da competitividade da organização nos mercados onde atua. São também considerados benefícios e contributos importantes da certificação de sistemas a promoção da imagem institucional da organização, o acesso a novos mercados, a abordagem sistematizada na evidência do cumprimento de requisitos regulamentares, a identificação de processos de melhoria interna e ainda, a criação de fatores positivos de motivação de grupos e de sinergias internas (CERTIF, 2016). Já no campo da estratégia, a manutenção da competitividade das organizações em mercados cada vez mais disputados pode proporcionar um diferencial e vantagem competitiva às empresas (praias) que estão condicionadas aos certificados de qualidade ambiental (ALBERTON, 2003).

A certificação do turismo, segundo a WWF-Brasil (2005), contribui para a identificação da sustentabilidade da atividade, por meio do estímulo a uma maior responsabilidade ambiental, o que leva a um aumento da competitividade no mercado. A utilização da certificação do turismo, possibilita credibilidade internacional ao local que a aderiu, devido à relação e ao compromisso da qualidade de seus serviços, de proteção do patrimônio natural, histórico e cultural. Atualmente, existem no mundo mais de 250 tipos de selos e premiações que atestam a qualidade de produtos e serviços de turismo, isso é, tipos de certificação do turismo. Esta proliferação evidencia o interesse em transformar o

turismo em uma atividade sustentável, porém, pode e costuma gerar descrédito e confusão no mercado consumidor e investidor (WWF Brasil, 2005). A certificação ISO 14001 é uma das mais aceitas mundialmente.

### **2.3 Justificativa da utilização da 13009:15 neste trabalho**

A alta busca de atrativos naturais e culturais em muitos municípios brasileiros, têm auxiliado o desenvolvimento econômico através do turismo, contribuindo para um deterioramento rápido por falta de gestão ambiental adequada. Mesmo com o alto interesse de desenvolvimento turístico desses municípios, de acordo com o número de cidades que se inscreveram no RINTUR (Roteiro de Informações Turísticas), a gestão ambiental e turística é dificultada por diferenças de interesses dos agentes envolvidos

Várias empresas no Brasil já possuem algum tipo de certificação ambiental, e algumas praias, como o caso da Prainha no Rio de Janeiro, Praia do Tombo no Guarujá, Lagoa do Peri em Santa Catarina, possuem o galardão Bandeira Azul, mas certificações turísticas especificamente para praias, como a ISO 13009 que reúne o primeiro conjunto de normas orientadoras para uma gestão turística sustentável específica para praias, ainda não foi aplicado na costa brasileira (ISO 2017).

Com a falta de praias que receberam qualquer tipo de certificação no Brasil, pretende-se estabelecer uma contribuição sustentável para valorização turística de Guarapari, sendo a primeira praia a receber um estudo de caso específico sobre a avaliação de aplicação da Certificação ISO 13009:15 no Brasil.





### **3 Norma ISO 13009:2015 “Serviços de turismo e afins – Requisitos e recomendações para operar uma praia” e seu contexto**

Publicada em 15 de janeiro de 2015, esta Certificação Internacional intitulada de “Turismo e serviços relacionados – requisitos e recomendações para operação de praias” (do original Tourism and related services – requirements and recommendations for beach operation), estabelece um suporte geral de recomendações para operadores de praias que oferecem serviços turísticos. A norma fornece recomendações tanto para os operadores de praia como para os utilizadores, através da administração de planejamento sustentável, voltados para propriedades da praia, infraestrutura sustentável e prestação de serviços, incluindo segurança na praia, informações e comunicação, limpeza e remoção de resíduos em alta temporada.

Até o presente momento, a norma não recebeu revisões ou alterações. A mesma continua disponível para venda online, através do site oficial da ISO (<https://www.iso.org/home.html>) e o seu custo é de 138 CHF (francos suíços), o equivalente a aproximadamente R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). O arquivo contém 36 páginas em língua inglesa (somente) e aproximadamente 50 grupos de recomendações para o recebimento da certificação ISO 13009.

#### **3.1 O âmbito da Norma**

O turismo é um dos segmentos econômicos que tem mais crescido no mundo, segundo a World Tourism Organization, 2000. Por seu alto poder econômico, acarreta muitos impactos negativos, como danos sociais e principalmente ambientais, conforme World Travel and Tourism Council (WTTC, 2003). Segundo Cruz (2000), as regiões litorâneas que possuem belas praias ensolaradas com águas e temperaturas agradáveis a maior parte do ano, estão entre os espaços do mundo mais frequentados por turistas.

As zonas costeiras, por seu alto fluxo turístico sofreram demasiada degradação ambiental e, por tal razão precisam de equiparação em todos os pilares da sustentabilidade. Sendo a sustentabilidade um conceito fundamental no que concerne à reavaliação do papel do turismo na sociedade contemporânea, a definição elaborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) diz:

"O turismo sustentável é entendido como aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas, ao mesmo tempo que preserva as regiões de destino e incrementar novas oportunidades para o futuro. Ele deve ser concebido de modo a conduzir à gestão de todos os recursos existentes, tanto do ponto de vista da satisfação das necessidades econômicas, sociais e estéticas, quanto da manutenção da integridade

cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas de suporte à vida" (OMT, 1998, p. 21).

Assim, sendo a Certificação ISO 13009:15 até o presente momento, é a única voltada para orientação de uma gestão turística sustentável. A união entre os atores envolvidos no interesse turístico da costa, como sociedade, instituições privadas, governamentais e empreendimentos permite vantagens competitivas com a posse da Certificação, tema de estudo deste trabalho, conforme citado:

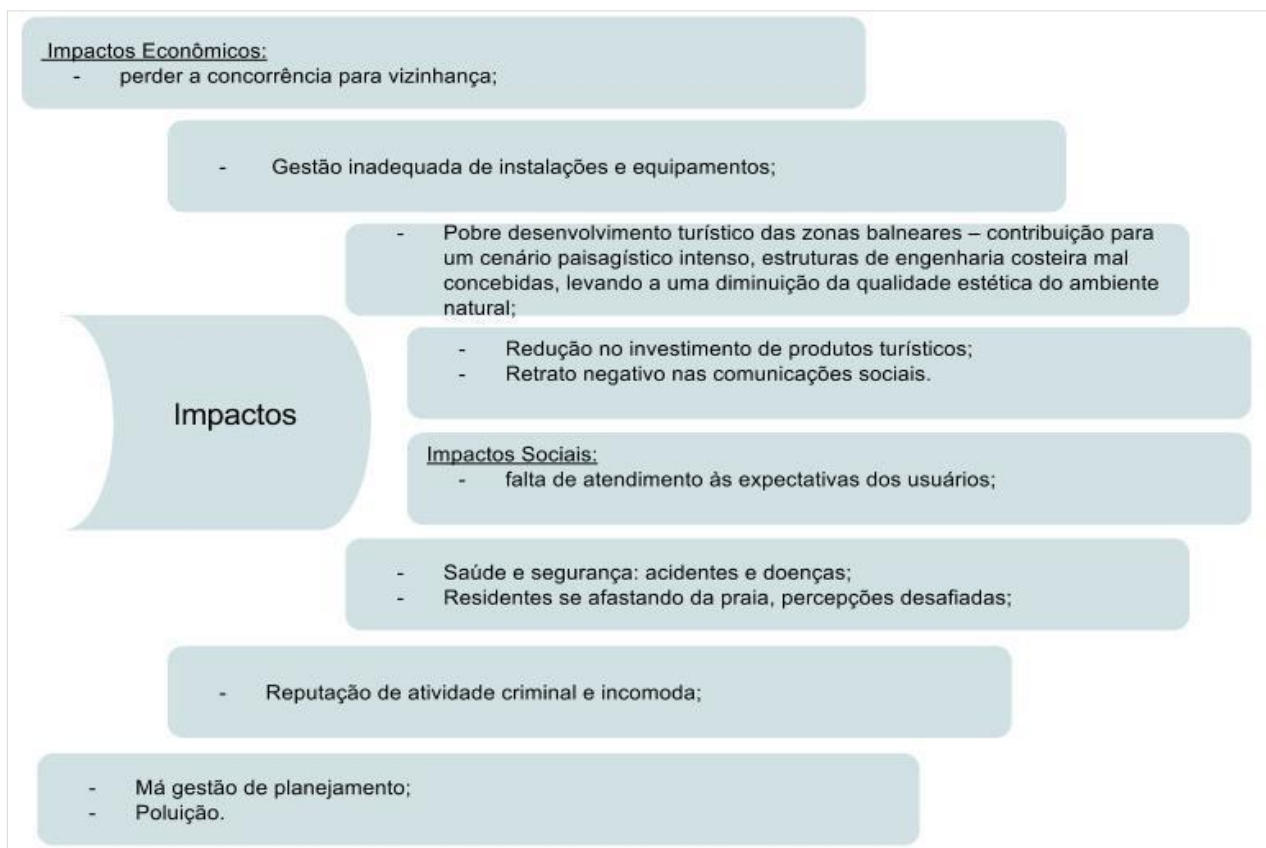
"(...) competitividade do turismo é a capacidade dos agentes de interferir nas atividades do turismo de interferir em um país, região ou zona turística, para atingir suas metas acima da média do setor de uma forma sustentada e sustentável, o que pode ser alcançado por concessões lucrativamente financiadas acima da média do setor, e por ganhos sociais e ambientais como consequência de intervenções de organizações e instituições públicas, além de obter a máxima satisfação do turista. Assim, o objetivo último da competitividade é atender da melhor forma possível às expectativas de todos os agentes que participam na atividade de turismo" (Silva, 2004, p. 374).

Com o intuito de desenvolvimento sustentável, a Norma "atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (PNUMA, 1988).

### **3.2 A importância da aplicação da Norma**

Praia: área natural ou artificial, formada por areia, cascalho ou outros materiais que facilitam o acesso à água de banho, onde são realizadas atividades de lazer e onde serviços são prestados pelo operador da praia, (ISO,2015). O conceito de praia sugerido pela ISO (ambientes naturais) utilizado para finalidades turísticas, conduz à necessidade de manutenção constante através de um plano de gestão eficiente para assegurar a sustentabilidade e satisfação de todos os *steakholders*, através de esforços para garantir o controle de impactos negativos. Os riscos potenciais em ambientes naturais e turísticos, podem ser evitados através da utilização de planos de gerenciamento baseado em padrões internacionais de segurança e gerenciamento. A figura 4-1, apresenta alguns exemplos de impactos negativos quando a aplicação da Certificação não é realizada:

Figura 3-1 Impactos da Norma



Fonte: ISO 2015.

Considerando os diferentes impactos negativos provindos de uma gestão sem qualidade em zonas balneares, a importância da aplicação da Norma ISO 13009 se dá por propor a introdução de uma abordagem prática e eficiente sobre o gerenciamento de riscos como os citados acima, auxiliando usuários, operadores de praias, comerciantes, empresários, e todos os atores envolvidos a estarem devidamente preparados para qualquer eventualidade não positiva que ocorra no local que receba a certificação. A importância da Certificação ISO 13009, demonstra os cuidados com a praia, integrando de segurança a lazer, gerados por um esquema estratégico de gestão de risco reconhecido internacionalmente.

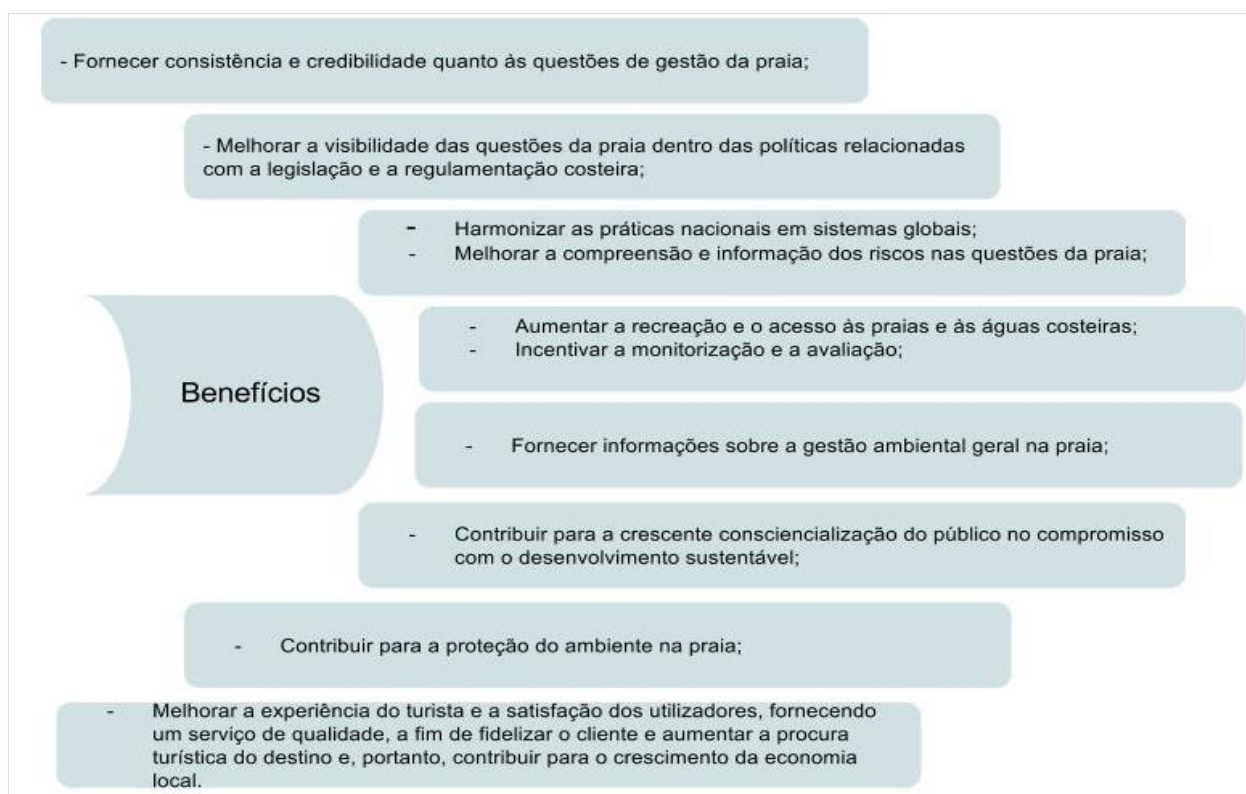
### 3.3 Os benefícios da aplicação da Norma

Na intenção de beneficiar tanto os moradores quanto o município para terem condições mais efetivas de ampliar a oferta turística e melhorar as possibilidades de aumentar a demanda, é fundamental a melhoria do meio ambiente através das iniciativas sustentáveis, ou seja, que beneficiem o meio ambiente físico, social, cultural e econômico e isso pode ser feito através de uma gestão inteligente considerando os impactos ambientais típicos da atividade turística.

Com isso, a Certificação ISO 13009 pode favorecer uma gestão ambiental pró ativa, com melhorias contínuas na preservação ambiental, sendo um fator fundamental para a melhoria da competitividade de destinos.

Esta Norma internacional, através de suas mais de cinquenta recomendações, busca os seguintes benefícios expostos na figura 3-2::

Figura 3-2 Benefícios da Norma



Fonte: ISO 2015

#### **4 Caso de Estudo Gandía, o antes e depois da certificação ISO 13009**

Os destinos turísticos são configurados estruturas urbanas, sociais e culturais. A fim de alcançar a melhor qualidade de vida dos cidadãos que frequentam determinado território, eles devem competir com outros destinos, a fim de atrair o maior número de turistas possível, e assim obter maior desempenho econômico social.

Na Espanha, o turismo gera 11% do PIB do país e contribui diretamente para a criação de um em cada nove empregos, Secretaría General de Turismo, 2014. O turismo possui grande importância para o desenvolvimento econômico do país, particularmente na Comunidade Espanhola de Valência, onde está localizada Gandía, a capital da região de Safor, conforme mostra a figura 5-1.

Gandía destaca-se como uma cidade com uma gama grande e diversificada de atividades, sendo uma das cinco cidades de maior fluxo turístico da Espanha, Secretaría General de Turismo, 2014.

A praia da Gandía possui uma avenida principal de 4 quilômetros chamada Del Grau, onde existem muitas residências de veraneio, como Guarapari. Isso é, os moradores residem em outras cidades da Espanha, Carrasco, 2014.

Com vista para o Mar Mediterrâneo, uma temperatura média anual de cerca de 20°C por mais de 300 dias por ano e com 7,5 km de litoral, a região possui longa tradição turística, com 6,2 milhões de média de visitantes por ano vindos de todo mundo - aproximadamente 10% de todas as visitas turísticas internacionais da Espanha. A cidade tem uma população estável (fora de temporada) de 80 000 habitantes, que dobra cada verão graças aos seus festivais e culinária valenciana, ISO 2014.

Figura 4-1 Localização geográfica da cidade de Gandía



Fonte: Google.com 2017

Com tamanho fluxo turístico, existe o desafio de uma boa gestão. Desafio esse, por parte dos administradores das praias em suprir condições de manter-se a frente da concorrência de forma sustentável. Em 2002, Gandía iniciou o processo para certificar a gestão de suas praias, que incluíam os padrões de sistema de gestão ISO 9001 e ISO 14001, o EMAS europeu (Esquema de Ecogestão e Auditoria) e a ISO 13009 para operações de praias, com base na norma espanhola UNE 187001: 2011 (Ayuntamiento de Gandía, 2015).

Atualmente, Gandía se destaca como um dos destinos turísticos mais procurados da Europa e, isso pode ser apreciado na figura 5-2, onde é exposto a limpeza e organização do espaço dessa praia.



Figura 4-2 Praia Gandía atualmente



Fonte: Google.com, 2017

#### **4.1 A situação antes da ISO 13009**

Nos anos 70, Gandía iniciava seu processo de ascensão turística (conforme mostra imagem 5-3). Em seguida, nos anos 80, a praia de Gandía tornou-se muito mais que apenas uma praia com expressivo movimento turístico e passou a ser uma das praias mais importantes para a Espanha, por atrair milhares de turistas, que não eram somente nacionais, mas também internacionais, vindos principalmente de Madrid, França, Itália e dos países escandinavos. Dos anos 90 aos anos 2000, a cidade cresceu em mais de 30 000 habitantes, tendo seu crescimento visto na época como uma possível solução econômica para o futuro, porém junto com o desenvolvimento econômico surgiram conflitos de uso do território, como a falta de estacionamentos, a escassez de pessoas e estabelecimentos comerciais no inverno, etc (Carrasco, 2014).

Ainda que Gandía tenha bastante destaque turístico, historicamente não havia gestão turística, conforme citado por Emílio M. Obiol e Adrián Ferrandis Martínez, 2011:

“quanto ao peso do turismo na gestão municipal (orçamento, trabalhadores, etc.) não possui importância em relação à outras áreas de gestão local, em comparação com a porcentagem de riqueza que o turismo contribui para a economia local”.

Consequências da má gestão da expansão turística/econômica de Gandía, de acordo com Carrasco, 2014:

- “Crescimento descontrolado de infraestrutura dos anos 50;
- Tráfego pesado nas entradas para a praia no verão;
- Variedade escassa de museus;
- Escassa oferta de alojamento rural;
- A sazonalidade da demanda;
- Concentração principal de gestão do stress e de marketing no segmento familiar;
- Pouco desenvolvimento de atividades que envolvem o restante da cidade;
- As chegadas excessivas de turistas nos meses de julho e agosto;
- Poluição ambiental devido à excessiva presença de veículos especialmente no verão;
- Demasiada pressão humana sobre os recursos naturais;
- As consequências ambientais que implicam na superlotação;
- Perda de personalidade cultural local;
- Cooperação intermunicipal inexistente, gerando algumas deficiências nos serviços públicos;
- Estagnação do destino”

Figura 4-3 Gandía nos anos 70



Fonte: Gandía Protur, 2017



Motivados pela importância econômica gerada pelo turismo e a necessidade de um plano de gestão de qualidade, em 1993 os três escritórios locais de turismo de Gandía iniciaram o processo para se integrarem na Rede de Informações Turísticas da Comunidade de Valência, um órgão profissional composto por cerca de 200 agências, para criar uma visão homogênea dos serviços oferecidos, tanto em termos de instalações como de assistência prestada por funcionários, que receberam treinamento específico do setor. Para completar sua oferta de serviços, ainda que com as credenciais da Rede de Informações Turísticas da Comunidade de Valência em posse, faltava endosso formal aos centros de informações turísticas da cidade. Assim, a Tourist Info Gandía foi convidada pela Consellería de Turismo, Departamento Regional de Turismo de Valência, para se juntar ao Comitê de Qualidade, estabelecido para realizar um diagnóstico preliminar, estudos e treinamentos subsequentes. Isso levou os escritórios de turismo da cidade a serem auditados pela AENOR e certificados pela UNE 187003: 2008, que foram posteriormente substituídos pela norma UNE-ISO 14785: 2015 para serviços de recepção e informações turísticas. A conformidade com o padrão possibilitou-lhes a Marca Q para o turismo de qualidade, concedido pelo Instituto de Qualidade Turística Española (ICTE), conforme informado pelo Ayuntamiento de Gandía.

A implementação da ISO 14785 - e a certificação resultante - significou o início do desenvolvimento da documentação chave e da integração de parte da infraestrutura do escritório municipal responsável pelo turismo. O principal desafio a partir de então, foi contar com o compromisso e o entusiasmo da equipe ao longo de todo o processo.

#### **4.2 As dificuldades**

A cidade de Gandía possui um alto renome internacional de destino turístico, mas mesmo durante seu processo de aplicação da ISO 13009 e atualmente, a mesma continua lutando contra seu principal problema, a sazonalidade. Como visto durante o desenvolvimento da aplicação das Certificações, a cidade oferece todos os requisitos necessários para uma excelente prestação de serviços turísticos, mas ainda assim, quando o verão se encerra, a cidade é forçada a fechar lojas, supermercados, restaurantes e hotéis até a próxima temporada (Carrasco, 2014).

A cidade necessita de um plano de gestão turístico sustentável além de sol e mar, apresentando/oferecendo outros recursos como gastronomia, cultura, esportes, natureza, etc. apostando na promoção desses, para manter uma demanda de turistas equilibrada durante o período anual completo.

### **4.3 A contribuição da certificação ISO 13009 para gestão de Gandía**

Segundo o Ayuntamiento de Gandía, os benefícios do sistema podem ser avaliados em dois níveis. Em primeiro lugar, do ponto de vista do cliente, a prestação de serviços foi aprimorada na medida em que os procedimentos forneceram aos funcionários as diretrizes e ferramentas de que precisavam para abastecer os materiais de informação em antecipação à demanda do cliente, tornando o serviço mais eficiente. A qualidade do serviço é um componente importante da experiência do turista. A equipe da Câmara Municipal de Gandía se mantém sensível aos projetos relacionados à qualidade de seus serviços, como evidenciado no Plano de Dinamização e Excelência Turística de 1993 para a revitalização e excelência do turismo. Em segundo lugar, de uma perspectiva organizacional, os membros do corpo de profissionais agora frequentam cursos de treinamento e os grupos de melhoria tornaram-se fóruns ideais para compartilhamento de planos e ações de melhoria.

Essas certificações, aplicáveis aos serviços de praia e revisados anualmente pelos especialistas técnicos da AENOR, ajudaram a Gandía a garantir o gerenciamento sustentável de suas praias, bem como serviços seguros e de alta qualidade. Mais importante ainda, eles sinalizam um compromisso público com a melhoria contínua.

Outro grande benefício, pode ser relacionado a qualidade da infraestrutura, que é uma grande parte do bom atendimento ao cliente. Com a ISO 13009, as instalações estão sujeitas a revisão e manutenção contínuas para garantir que permaneçam em condições de atender a demanda com excelência, mesmo em alta temporada. Quaisquer inconformidades detectadas durante o dia de trabalho ou durante inspeções de rotina, são mitigadas.

Igualmente importante é o software utilizado para coletar informações para qualificar o serviço prestado. A maioria dos softwares utilizados foi fornecido pela Consellería de Turismo, possibilitando a coleta e atualização de informações precisas de forma sistemática. Para Carrasco 2014, as contribuições foram:

- “Maior notoriedade de Gandía como destino turístico internacional;
- Boa acessibilidade por qualquer método de transporte;
- Praias de referência pela sua qualidade;
- Serviços de limpeza e atividades na área muito satisfatórios a percepção dos turistas;
- Elevado valor natural e paisagístico;
- Património histórico e artístico com apelo internacional;
- Alto nível de lealdade turística;
- Extensa rede de postos de turismo;
- Qualidade da areia e água;
- Desenvolvimento de novas rotas turísticas (natureza e esportes);
- Melhoraria da ligação ferroviária com cidades vizinhas;
- Melhoria da imagem ambiental de Gandía”.

#### 4.4 Recomendações para aplicação

O Departamento de Turismo da Câmara Municipal de Gandía recomenda:

- Entregar informações é a essência da recepção do turismo. Isso é feito de diversas maneiras - por meio de publicidade, em formato impresso e digital, por correio postal, por e-mail ou por telefone. Mas o canal que acrescenta o maior valor é o oficial de informações turísticas, o rosto amigável que cumprimenta os visitantes e se esforça para sempre dar satisfação;
- Os padrões são um aliado estratégico, ajudando a garantir que o trabalho seja realizado de acordo com as melhores práticas aceitas. Um desses padrões é o ISO 14785, Escritórios de informações turísticas - Serviços de informação e recepção de informações turísticas - Requisitos, que contribuem para melhorar a imagem de um resort ou praia e a interação humana com os visitantes;
- Que as instalações sejam acessíveis a todos, além de serem funcionais e atraentes, e que a equipe esteja com material operacional e eficiente. "

Nas palavras de Emilio M. Obiol e Adrián Ferrandis Martínez, 2011, as pistas para uma promessa de melhoria contínua que garantam a excelência dos serviços turísticos são:

- "Outro elemento-chave para o destino é que a entidade de gerenciamento misto Gandía Protur, mantenha sua independência em relação à Câmara Municipal. As principais ameaças são, a falta de coordenação entre as diferentes estruturas de gestão do turismo, a limitação orçamentária e de recursos humanos e uma possível mudança de diretrizes da Câmara Municipal que limitou sua atividade, bem como a falta de apoio do setor privado. As oportunidades que são detectadas para o futuro são o grande campo de ação existente: alto potencial de projeção internacional, criação de novos produtos como elementos de competitividade.
- Do conjunto de processos realizados no destino, alguns são considerados muito positivos, como exemplo a mudança de regulamentos urbanos (2001) que beneficiou os estabelecimentos hoteleiros, permitindo-lhes construir mais três andares do que o limite. Essas mudanças induziram a renovação da fachada e interior dos estabelecimentos hoteleiros, favorecendo a melhor aparência no destino turístico. Os hotéis mais antigos, que não quiseram aumentar a quantidade de andares para não sofrer infração comparativa causada, foram obrigados a melhorar a qualidade e variedade dos serviços prestados modernizando sua oferta.
- Outra pode ser a definição de estratégias de posicionamento da web do hotel nos melhores sites. Com vista para o futuro imediato, a obtenção do Q of Quality é um pouco mais à frente do ISO 9000, 14000 e 13009, porém também é considerável fundamental para o futuro. "



## **5 Guarapari como atrativo turístico e suas ferramentas de gestão**

Por concentrar a maioria das práticas turísticas, o litoral é considerado o principal espaço turístico no mundo (DUHAMEL, VIOLIER, 2009). A base da expansão turística é a exploração de ambientes costeiros, tanto para atividades tradicionais como sol e mar, quanto a qualidade ambiental de beleza cênica, como fontes diretas para o bem-estar individual (Fonseca, 2005).

Atualmente o turismo como indústria é ainda uma força central da economia mundial, representando uma atividade de importância e significado globais (Fernandes, 2002). Essa atividade, representa para algumas cidades sua principal fonte econômica, como no caso de Guarapari onde sua receita anual é derivada dos benefícios econômicos que a prestação de serviços turísticos gera (IBGE, 2014).

Última aldeia fundada pelo padre José de Anchieta em terras capixabas, no ano de 1585, Guarapari atualmente é conhecida como a cidade turística mais importante do Espírito Santo, (Prefeitura Municipal de Guarapari). No verão, a cidade recebe cerca de quinhentas mil pessoas, de todas as partes do Brasil e do mundo, que vem em busca das lindas praias da cidade, de acordo com a Secretaria Estadual de Turismo.

Diante da dimensão do impacto econômico que o turismo proporciona pelo uso do território costeiro, é fundamental seguir orientações de uso do solo de acordo com a Constituição Federal, que possui uma política nacional de meio ambiente costeira específica através do PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que intervém, através de instrumentos legais e planos de ação, para evitar crescimento desenfreado turístico sem planejamento. O governo municipal tem como uma de suas atribuições tentar superar os problemas ambientais urbanos. A ele cabe a aprovação e aplicação de normas de controle urbano e ambiental (RIBEIRO et al., 1998).

O Estatuto da Cidade - lei Federal 10.257/ 2001, regulamenta a política urbana, estabelece as diretrizes gerais a serem necessariamente observadas pelos municípios na sua implementação, dentre as quais a garantia do direito a cidades sustentáveis. O Plano Diretor é entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (artigo 2º. I), (SANTOS et al., 2003, p. 65).

Como princípios das diretrizes operacionais do Estatuto da Cidade tem-se a participação, a sustentabilidade, a integração e a descentralização, apoiados pela criação de uma estrutura de coordenação que inclui a criação de instâncias de governança regional, o que possibilita cada prefeitura promover a gestão de seu território através de seu Plano Diretor Municipal.

O PDM de Guarapari, reúne um conjunto de regras e orientações que servem para administrar o espaço urbano e rural de seu território, incluindo a costa, auxiliando em diversos parâmetros para tomada de decisões sobre construção civil, exploração política de uso dos solos e, indo de acordo com o foco deste trabalho, sobre a forma de ocupação do espaço para utilização turística.

O Plano Diretor Municipal define a função social da propriedade e da cidade, e em seu âmbito são instituídos os instrumentos reguladores de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, incluindo-se a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, outorga generosa do direito de construir, acima do coeficiente de aproveitamento adotado mediante contrapartida, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir (Carvalho, 2001).

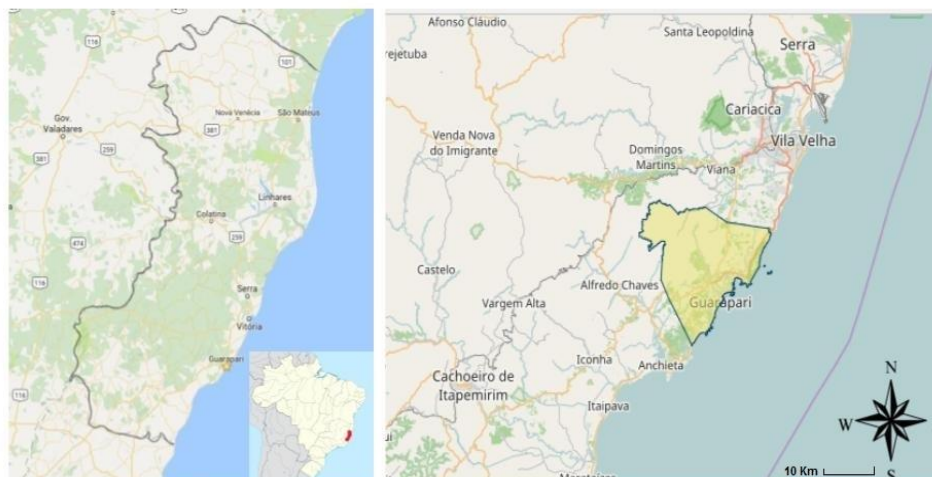
### **5.1 O litoral do Espírito Santo e o turismo. O balneário de Guarapari.**

O estado do Espírito Santo faz parte de uma das vinte e sete unidades federativas do Brasil, localizando-se na região sudeste, contribuindo com aproximadamente quatrocentos quilômetros de litoral, conforme Governo do Estado do Espírito Santo, 2017. Segundo a mesma fonte de informações, ao longo de sua costa atlântica, encontra-se uma faixa de planície que representa 40% da área total do estado, acompanhados pelo clima tropical úmido, mantendo as temperaturas anuais com média de 23°, favorecendo assim, o uso constante de seu litoral para lazer.

O estado do Espírito Santo oferece boas condições para uso constante do litoral e, com isso, algumas cidades destacam-se, não apenas por suas belezas naturais, mas também por sua estrutura e outras por algumas particularidades, como o caso de Guarapari.

Guarapari é um município pequeno, mas famoso em todo Brasil por causa de seu litoral com areia de coloração peculiarmente escura. Para compreender melhor sua extensão territorial, o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) mostra que, seu território possui 592,231 quilômetros de extensão, com população estimada em 121.506 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 177,10 habitantes por quilômetro quadrado. A cidade pertence à região metropolitana da Grande Vitória, distanciando-se apenas 50 quilômetros da capital. Segundo a Prefeitura Municipal, 2017, trata-se da cidade mais turística do Espírito Santo, aumentando consideravelmente o movimento no verão, o que contribui para o desenvolvimento econômico da cidade, que possui um PIB *per capita* em torno de R\$ 16.049,18 (IBGE 2014). A figura 2-1 apresenta a localização geográfica de Guarapari no território brasileiro.

Figura 5-1 Enquadramento geográfico de Guarapari



Fonte:google.com, 2017

Com aproximadamente 40 quilômetros de costa, a cidade fica quase toda à nível do mar, mas graças à proximidade com a região serrana do estado, alguns distritos da cidade chegam a quase mil metros de altitude envolvidos por um verde exuberante proveniente do bioma mata atlântica, ampliando sua capacidade turística para admiradores da serra em busca de sossego em meio às montanhas. O clima predominante é o tropical, garantindo sol e calor o ano inteiro que, somado a sua exuberante costa, faz-se compreensível a fama de mais turística cidade do estado. Para compreender melhor as belezas naturais de Guarapari, a figura 2-2 a seguir apresenta uma vista aérea da cidade.

Figura 5-2 Vista aérea da cidade de Guarapari



Fonte: Google.com, 2017

## **5.2 A importância da atividade turística para Guarapari**

Guarapari, conhecida popularmente como Cidade Sol, devido a sua paisagem diferenciada das demais cidades capixabas, conta com um número anual de turistas que ultrapassa os 500.000 distribuídos por suas mais de quarenta praias, sendo a principal cidade turística do Espírito Santo, conforme dados oficiais da Prefeitura Municipal de Guarapari 2017.

A razão inicial para a busca pelo balneário é uma praia conhecida como Praia da Areia Preta, que caracteriza a primeira fase do desenvolvimento do espaço turístico na década de 60, ficando marcado pela atividade turística curativa (MELQUIADES 2005). Essa pequena praia possui um tipo raro de areias monazíticas (radioativas), com virtudes alegadamente terapêuticas, trazendo benefícios no tratamento de artrite ou reumatismo, auxiliando no desenvolvimento rápido e expressivo da cidade. Neste período, houveram doações de terrenos pela prefeitura, implantação de infraestruturas, elaboração de urbanização e instalação dos meios de hospedagem, consolidando o destino turístico de Guarapari, que antes sobrevivia da pesca e da agricultura, contribuindo para o início de sua ascensão turística, iniciando a segunda parte da fase de desenvolvimento do espaço turístico (MELQUIADES 2005). A partir da década de 60, com a demanda intensa de fluxo turístico em busca de cura, surge com o aumento do uso da praia, impulsionando a construção de hotéis para atender à massa populacional e casas secundárias de veraneio de forma indiscriminada, dando início à terceira fase histórica que vai de 1980 a 1990 quando a cidade começa a se verticalizar através do modelo de construção, atraindo um aumento demográfico, trazendo dois tipos de migrantes: empresários e comerciantes que viram o crescimento da cidade como oportunidade; e de outro lado, desempregados que trabalham como mão de obra na construção civil gerando um crescimento populacional desordenado por causa do turismo. A quarta e última fase se dá em meados da década de 90 até atualmente, onde Guarapari possui uma paisagem urbana verticalizada, possuindo muitos domicílios apenas como uso ocasional. O veranismo contribui muito pouco na geração de emprego e renda para a população “porque é um turismo barato” com gastos médios de R\$ 35,00 por dia, admite o prefeito de Guarapari (gestão 2004-2008), segundo Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo.

Guarapari destaca-se também, não apenas por suas belezas naturais e estruturas hoteleiras, estendendo seus atrativos por sua grande influência religiosa do passado, resultado da presença de jesuítas em seu território, deixando para a atualidade, monumentos histórico-culturais, desde igrejas antigas, ruínas de mosteiros a poços artesianos, construídos pelos jesuítas no século XVI, conforme cita MARIANIO (2000).

Os atrativos de Guarapari não se limitam ao citados acima, há ainda destaque pelo artesanato local, como a produção e comercialização de painéis de barro, rendas de bilro, artesanato com conchas, confecção de redes de pesca manual, etc.



Com tantos atrativos, a cidade que iniciou o processo de ascensão graças às areias negras especiais, tornando-se famosa por seu antigo codinome Cidade Saúde, atualmente recebe o popular codinome de Cidade Sol, por ter a fama estendida por todo contexto envolvendo paisagismo, entretenimento, hotelaria, entre outros. Isso é, o turismo foi e continua sendo o principal responsável pelo desenvolvimento de Guarapari, se mantendo em primeiro lugar (setor serviços) como fonte de renda, estando mais de 50% a frente do segundo lugar, que trata-se do setor industrial e em terceiro o setor agropecuário, IBGE 2014. Assim, justifica-se o turismo como principal atividade econômica, sendo vital ao município.

### **5.3 A história das areias radioativas**

Segundo a CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais 2015, no final do século XIX, foi descoberto o potencial das areias monazíticas no Brasil. Muitas publicações sugerem que o engenheiro americano John Gordon em 1898, foi o primeiro a observar a diferença da coloração das areias e se interessou por coletar amostras. Após receber o resultado das análises, descobriu que as areias possuíam tipos diferentes de minérios. John procurou clientes interessados na areia brasileira e encontrou o austríaco Carl Auer von Welsbach, que foi o criador do sistema de lâmpadas incandescentes que iluminou a Europa por muitos anos. Carl Auer, em suas pesquisas descobriu que a areia era rica em tório, um derivado da monazita, sendo esse o material mais eficaz para produção de uma luz de qualidade. Abaixo a foto mostra a retirada de areia monazítica de Guarapari. Na figura a seguir, que recebe o nome de Figura 2-3, pode-se ver a exploração ilegal de areia.

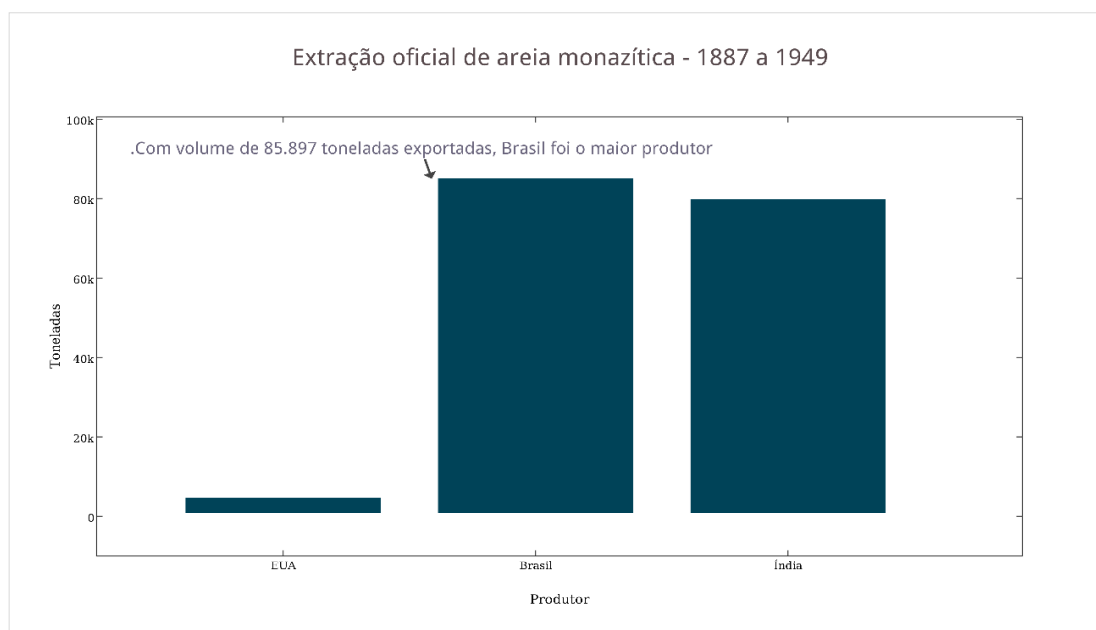
Figura 5-3 Retirada ilegal areia em Guarapari



Fonte: Acervo UFES

Assim, a demanda da areia retirada do Brasil foi solicitada por grande parte da Europa e também dos Estado Unidos da América, muitas vezes de forma clandestina (CPRM, 2015). Dados do Departamento do Interior dos EUA (Department of the Interior USA, 1967), mostram o alto volume de areia monazítica extraído em 60 anos pelos produtores principais, destacando o Brasil com o maior exportador mundial.

Tabela 5-1 Extração de areia monazítica



Fonte: Department of the Interior USA, 1967

De acordo com a pesquisadora e historiadora Beatriz Bueno (Guarapari, muito mais que um lindo sonho, 2011), por muitos anos o americano John Gordon explorou e exportou de forma não legal a areia monazítica das praias de Guarapari, dentro dos navios sob o pretexto de encher o lastro. O jornal Última Hora de dezembro de 1956 destaca que “a praia mais famosa do Brasil” estava em situação de total abandono pelos instrumentos de gestão pública, não havendo nenhum tipo de fiscalização da remoção clandestina de areia, como mostra a figura 2-4 abaixo.

Figura 5-4 Reportagem: Guarapari, uma das praias mais famosas do Brasil

# GUARAPARI: UMA PRAIA DE AREIAS COM PROPRIEDADES RADIOATIVAS

**Abandonada, Inteira, Pelos Poderes Públicos a Mais Famosa Praia do Brasil — Conhecida no Espírito Santo, Como “Cidade Saúde” Poderia Ser o Maior Centro Turístico da América do Sul — Milagrosas Curas já se Registraram Nas “Areias Pretas” — O Crime e Lesa-Pátria: Exportação da Monazita — Dados Impressionantes Sobre a Criminalidade Evasão de Nossas Riquezas Minerais — Reportagem de ALDEMAR MIRANDA**



As praias de Guarapari estão todas assim escuras

A pouco mais de uma hora de automóvel da Cidade de Vitória encontra-se desconhecida e obscura, uma praia, que se houvesse um serviço organizado de turismo no Brasil ou no Espírito Santo, seria hoje, sem dúvida alguma, a mais famosa praia do mundo, mas que, infelizmente, continua desconhecida até para a maior parte dos brasileiros e mesmo de alguns espiritosantenses. Trata-se de Guarapari, conhecida em Vitória como a “Cidade Saúde”, onde a par com a magnífica beleza da paisagem, encontram-se as praias de “areia preta”, ou sejam, praias formadas, inteiramente de areias monazíticas, com propriedade rádio-ativa, cujos efeitos medicinais são amplamente comprovados pela ciência. Inteira, de areias monazíticas, com propriedade rádio-ativa, Aleijados se curaram, tudo graças às propriedades rádio-ativas da areia.

**Praia da Saúde**

Apesar da absoluta falta de divulgação sobre as propriedades medicinais de Guarapari, para não falarmos na ausência criminosa de um plano de turismo para explorar aquela cidade, muita gente residente no

tam: a beleza maravilhosa de suas praias, onde a natureza construiu entre rochedos verdadeiras e espetaculares piscinas naturais, que contam inclusive, com trampolins, também naturais formados pelas pedras

patio “Clube Siribeira”, onde se reúne os veranistas elegantes, todos os sábados, para uma “sorrê” dançante.

**Crime Contra a Pátria**

Guarapari é conhecida, porém, na Europa e na América do Norte, há mais de 50 anos, não pelas suas propriedades turísticas, mas pela riqueza de minérios rádio-ativos que encerram as suas areias monazíticas. Um aventureiro internacional cuja história será contada oportunamente neste jornal, Boris Davidovitch, ali se estabeleceu na última conflagração mundial, como representante das ações da “Miniera”, constituindo depois, uma firma “nacional”, a “Mibra”, com a finalidade de exportar monazita, inclusive para a Alemanha. Antes da indústria do aviação, Boris, a monazita sala de Guarapari como lastros dos navios estrangeiros que aportavam no Espírito Santo. Segundo

do dados estatísticos, publicados em “Monazita do Brasil”, na Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia, em julho de 1955, de 1895 a 1950 já exportamos aproximadamente 81.500 toneladas. Nossas reservas, segundo tudo indica, estão praticamente esgotadas.

**Impressionante o Eshanjamento de Nossas Riquezas**

Ora, um quilo de tório ou urânio é equivalente em poder energético a 3.000 toneladas de carvão. A exportação de 1 mil toneladas de monazita correspondente no envio para o exterior de 56 toneladas de tório, o que é equivalente a 168 milhões de toneladas de carvão que, por sua vez, é a nossa produção em 100 anos!

Por si verifica-se o seguinte: o navio que transporta 10 mil toneladas de monazita está levando, em uma só viagem,

quantidade de combustível atômico equivalente a nossa produção de carvão em mil anos! Quem pagará por isto?

**Salvar o Que Resta**

Ainda resta, felizmente, um resto de monazita nas areias das praias de Guarapari, banhando-se, principalmente, em frente ao Hotel Radium, na localidade conhecida como “Praia de areia preta”, onde a areia é realmente escura e, em outros locais, como, por exemplo, na praia Santa Monica, localizada recentemente por uma firma de Minas que, em poucos meses vendeu quase todos os lotes a indústrias daquele Estado.

Resta adotar uma providência energética em defesa do nosso patrimônio, da contrário da, que a alguns anos, estações importando monazita para alimentar nossas usinas elétricas que aqui forem instaladas, uma vez que estamos realmente, a era do átomo.

Fonte: Jornal última Hora, 1956

Em junho de 1956, foi relatado na notícia apresentada na ffigura 2-5, a visita dos deputados da CPI- Comissão parlamentar de inquérito - da Energia Atômica e jornalistas na cidade de Guarapari, onde foi constatado a falta de fiscalização nas atividades da Mibra (Monazita Ilmenita do Brasil), uma usina instalada na cidade pela empresa Sociéte et Industrielle, para fazer o beneficiamento da areia monazítica. Também foram constatados indícios de trabalho escravo.

Figura 5-5 Reportagem: CPI da Energia Atômica

# Inexistência de Fiscalização Sobre As Atividades da MIBRA em Guarapari

**«Fiscalização Militar», simples placa para coonestar a fraude e contrabandos — Estoques sem vigilância, depósitos violáveis e fiscal inefetivamente leigo, responsabilidades grave do Conselho Nacional de Pesquisas nos contrabandos que vierem a ser apurados**

Regressaram de Vitória, no mesmo avião da FAB que os conduziu terça-feira última, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Energia Atômica e a comissão de jornalistas que a acompanharam na visita às instalações da MIBRA em Guarapari, praia de areias monazíticas, distante da capital cerca de 60 quilômetros pela estrada de rodagem.

**PLACA DE «FISCALIZAÇÃO MILITAR» PARA ACOBERTAR A FARSA**

Em Guarapari, parlamentares e jornalistas, acompanhados por deputados estaduais, pelo governador Lacerda de Aguiar, secretários de Estado e membros da sua Casa Civil e Militar, iniciaram a visita às instalações da MIBRA naquele município litorâneo, constantes da usina de separação das areias, instalações de extração no trecho da praia denominado Canto do Riacho, mais adiante, sobre uma fumaça, do barracão onde é executado o processo de lavagem e secagem das areias trazidas da beira-mar.

Além do presidente da Comissão Parlamentar, sr. Gabriel Passos, e do deputado

Enclomado a porta do modesto e exíguo escritório de rudimentares instalações existe uma placa com os seguintes dizeres: «FISCALIZAÇÃO MILITAR». Sua única utilidade é acobertar o crime que ali se pratica sob a inteira responsabilidade do Conselho Nacional de Pesquisas, isto é, a inexistência real de qualquer fiscalização sobre as atividades de empresa cujos índices vementes falam de fraudes e contrabando de partidas de monazita e de sais de tório.

**ADJUNTO E GERENTE: DOIS HOMENS NUM SO FISCAL DA PROPRIA MIBRA**

Exerce as funções de fiscal o sr. Alvaro Freitas Dantas, funcionário do Ministério da Guerra, lotado na Fábrica de Explosivos, nomeado para o cargo em 1951 pelo Major Gama Gross, primeiro e último fiscal militar da MIBRA e de mais empresas vinculadas às duas «gangas» do saque dos nossos minérios atômicos por conta dos trustes norte-americanos.

processos de fiscalização que usa nada têm de comum com aqueles — rigorosos e metodizados — relatados pelo major Gross perante o Conselho Parlamentar quando de seu depoimento, e por ele estudados e introduzidos. Não existe fiscalização alguma.

Os armazéns — galpões — onde ficam guardados os lotes destinados à ORQUIMA e à exportação da CACEX para a exportação ficam de portas abertas e à noite, quando fechados, não possuem segurança de espécie alguma e nem mesmo vigia especial. A usina, por sua vez, é instalada num barracão de grandes dimensões, onde qualquer tipo de fiscalização é puro mito.

Fraudes e saídas clandestinas de partidas de monazita e de tório podem ocorrer sem a menor dificuldade. O sr. Soeiro é a autoridade soberana dentro das instalações da MIBRA em Guarapari e nos armazéns de Vitória, pertencentes à firma subsidiária CENMAG, da mesma forma que Boris Davidovich reina com poderes quase ilimitados sobre o Município de Guarapari.



**Na salinha que a MIBRA reservou à «Fiscalização Militar»: o presidente da Comissão Parlamentar, sr. Gabriel Passos, deputados Sérgio Dória e Floriano Rabin procuram decifrar a zarada que lhes propõe o fiscal ao tentar explicar o seu método de controle. Sobre a mesa, amostras da produção da usina, que identifica pelo «jeito»**

## Não Pode Ser Rompido o Poderoso Laço da Coexistência Pacífica

TAKUNG PAO, E A IMPRENSA DA INDONÉSIA COMENTAM A REACÇÃO AMERICANA AO RECONHECIMENTO DA CHINA POPULAR PELO EGITO

pais diz respeito somente a ele e não permite qualquer intervenção exterior. «O passo dado pelo Egito foi geralmente interpretado como benéfico para a unidade entre os países asiáticos e africanos e para a coexistência».

PEQUIM 1 (Assência No...)

**CARTA D**

Fonte: Imprensa Popular /RJ, 1956

Mesmo com tamanha capacidade de produção, infelizmente a alta demanda de extração de areia no Espírito Santo, em particular em Guarapari, não resultou em vantagens econômicas por causa da má gestão administrativa pública. Em 15 de janeiro de 1951, foi decretada a Lei Federal n. 1310, que proibia a exportação de monazita bruta, mas mesmo com a lei em vigor, as exportações ilegais continuaram. De acordo o Deputado capixaba José Cupertino de Almeida, em entrevista ao jornal Imprensa Popular em 1956, foi denunciado a baixa de impostos cobrados pela exploração de areia feia em Guarapari: “é doloroso registrar que o município de Guarapari que possui uma das maiores reservas de minerais atômicos do mundo, é, no entanto, um dos municípios mais pobres do país”.

A exploração se manteve por mais alguns anos, para diversos fins, inclusive para armamento nuclear, CPRM 2015, até que, na década de 80, o então prefeito de Guarapari Graciano Espíndula, propôs o fim definitivo da exploração da areia da cidade. Propôs também, investimento em infraestrutura e turismo, tornando a cidade um atrativo para tratamento de pessoas com doenças reumáticas. Conforme declaração do prefeito para Jornal A Gazeta em 1983, onde ele diz: “se Cleveland nos EUA é referência internacional em cardiologia, Guarapari será referência em reumatologia”.



#### 5.4 Praias de Guarapari e opções de atividades turísticas

O movimento turístico da cidade possui tamanha expressão, justificada por ser uma cidade pequena com mais de quarenta praias. Para compreender a beleza natural do município é apresentado abaixo um pouco sobre cada uma das praias. Guarapari possui uma vasta gama de opções de uso do seu litoral, indo do lazer e esporte à tratamentos medicinais naturais oferecidos em suas areias. Dos mais variados tamanhos, com praias de 10 metros a outras com mais de onze quilômetros, abaixo pode-se acompanhar algumas características específicas de cada praia.

Nome	Características	Extensão
------	-----------------	----------

##### 5-6 - Praia de Bacutia

Praia da Bacutia	Uma das praias mais frequentadas no verão. Um aquário natural de águas cristalinas e peixes coloridos. Ideal para mergulho. Infraestrutura: calçadão com escadas para o mar, servindo de exemplo de conservação ambiental do jardim de restingas e mata ciliar. Possui um grande restaurante que atende inclusive na areia.	450 metros
------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-7 Praia dos Adventistas



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-8 Praia de Santa Mônica



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-9 Praia do Una



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017



Figura 5-10 - Praia da Areia Preta



Fonte: Rosimara Marinho, 2017

Figura 5-11 Praia da Cerca



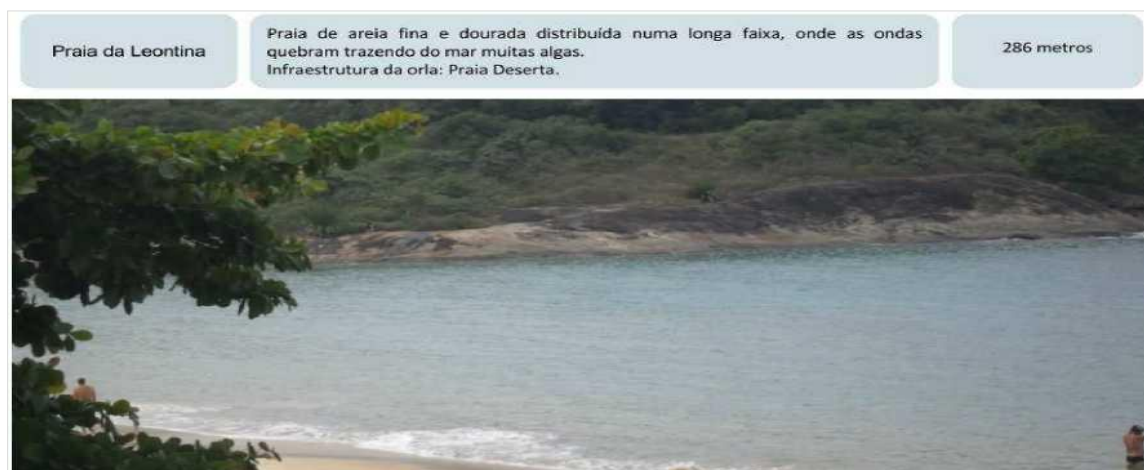
Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-12 Praia do Fonte



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari.com, 2017

Figura 5-13 Praia da Leontina



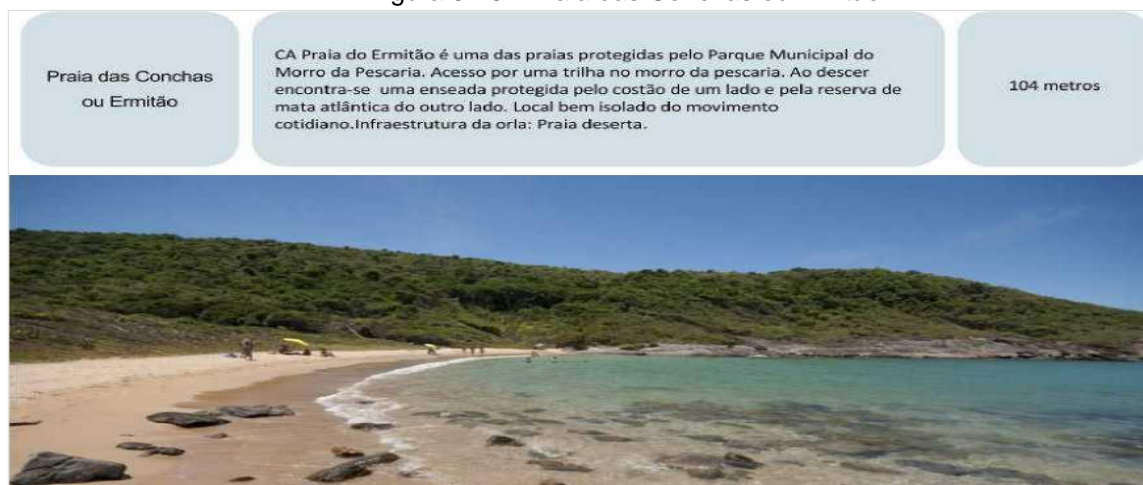
Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-14 Praia das Castanheiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-15 - Praia das Conchas ou Emitão



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017



Figura 5-16 - Praia das Pelotas



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-17 - Praia das Virtudes



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-18 - Praia do Graçaí



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-19 - Praia do Guaibura



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-20 - Praia de Peracanga ou Mucunã



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-21 - Praia de Porto Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017



Figura 5-22 - Praia de Setiba



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-23 - Praia de Setibão



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-24 - Praia do Boião



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-25 - Praia do Ipiranga



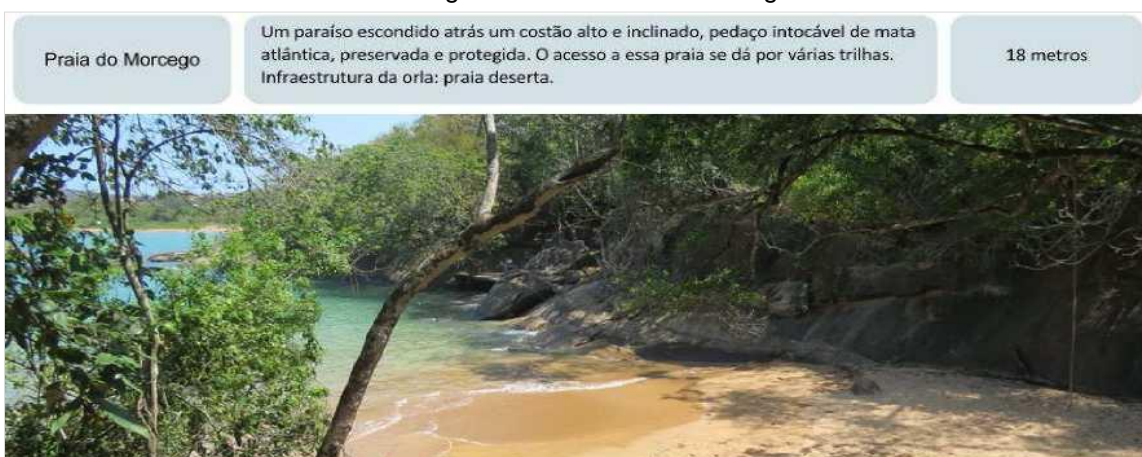
Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-26 - Praia do Meio



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-27 - Praia do Morcego



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017



Figura 5-28 - Praia do Morro



Fonte: Janete Mendes, 2017

Figura 5-29 - Praia do Riacho



Fonte: George T. 2017

Figura 5-30- Praia do Sol



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-31 - Praia do Valadão



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-32 - Praia dos Namorados



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-33 - Praia dos Padres



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017



Figura 5-34 - Praia de Muquiçaba



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Figura 5-35 - Descrição Praia da Onça

Praia da Onça	Enseada rodeada por imensas árvores que proporcionam sombras e terrenos gramados muito bem cuidados, graças à um morador local. Infraestrutura da orla: Praia deserta.	130 metros
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari 2017

Figura 5-36 - Descrição Praia da Raposa

Praia da Raposa	A Praia da Raposa é a segunda praia protegidas pelo Parque Municipal do Morro da Pescaria, acesso por trilha após a praia do Ermitão. Infraestrutura da orla: Praia deserta.	30 metros
-----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari 2017

Figura 5-37 -Descrição Praia dos Eduardos

Praia dos Eduardos	A Praia dos Eduardos é mais um paraíso escondido atrás dos paredões rochosos do morro do Una. O acesso a praia só pode ser feito por uma passagem entre fendas nas pedras. Rodeada por mata de restinga nativa. Infraestrutura da orla: Praia deserta.	14 metros
--------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari 2017

Figura 5-38 – Descrição Praia dos Barristas

Praia dos Bairistas	Um dos mais belos cantos da Enseada Azul. Águas calmas e de pequena dimensão. Ideal para amantes de fotografia. Infraestrutura: calçadão e restaurantes.	40 metros
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari 2017

Figura 5-39 - Descrição Praia Recanto dos Amores

Recanto dos Amores	Aconchegante com paisagem relaxante. Infraestrutura da orla: possui bares e barracas que servem comidas rápidas.	25 metros
--------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

## 5.5 Praia da Areia Preta – caracterização

Segundo CPRM, 2015 o estado do Espírito Santo, no passado foi um importante fornecedor internacional de Monazita. Esse tipo de areia chamada de Monazita possui a coloração negra e influenciou na origem do nome da praia de “areia preta”, pela imensa quantidade da mesma que se encontra no local, tema de estudo deste trabalho. Para compreender melhor sua coloração escura, a foto a seguir, 2-40 mostra a areia que contém Monazita. Logo abaixo, há outra imagem ( 2-41) que auxilia a compreender a posição geográfica da Praia da Areia Preta na cidade de Guarapari.

Figura 5-40 Praia da areia Preta



Fonte: Rosimara Marinho, 2017

Figura 5-41 Localização satélite da Praia da Areia Preta



Fonte: google.com, 2017



De acordo com as informações cedidas pela Prefeitura Municipal de Guarapari, a Praia da Areia Preta é umas das mais famosas do Espírito Santo. O principal motivo para tal, seria o alto teor de radioatividade em suas areias, que são escuras e ricas em monazita.

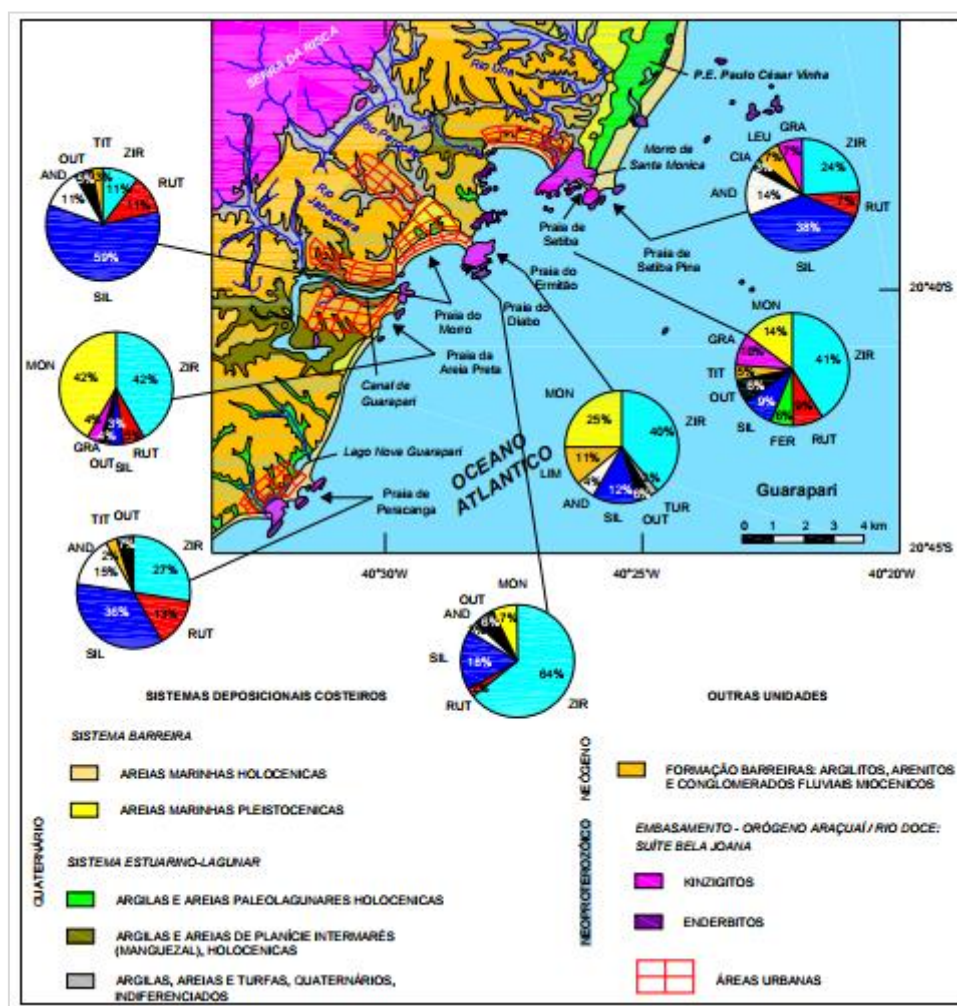
Essas areias contribuíram para o surgimento do movimento turístico na cidade de Guarapari, quando a mesma ficou famosa com o nome popular de cidade saúde. Essa fama iniciou-se a partir da década de 30, quando o médico Antônio da Silva Mello, publicou um artigo relatando o efeito terapêutico oferecido pelas areias da cidade, motivado por sua radioatividade. Segundo estudos do médico, que não tiveram comprovação científica, a radiação emitida por alguns minerais encontrados na areia, quando em contato com a pele, estimula o fluxo sanguíneo da região, auxiliando principalmente em doenças reumáticas.

Anos depois, em 2011 foi publicado um estudo por alunos do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo, onde constata cientificamente a existência de minerais pesados mais densos como zircão, monazita e minerais titaníferos (rutilo, titanita, etc.) na praia da Areia Preta, cerca de 88%. Outros trabalhos relataram anteriormente a presença de monazita e minerais titaníferos em Guarapari (Amador, 1982, Nascimento, 2004).

Por possuir níveis muitos altos de minerais como monazita e zircão, e níveis altos de minerais pesados em geral (35%) em relação à média aceitável (17%), a Praia da Areia Preta é caracterizada como uma anomalia (Nascimento, 2004, Maia, 2006), esses fatores seriam responsáveis pelos níveis de radioatividade ambiental medidos por Moura et al. (1997), o que representa um risco potencial à saúde de pessoas que se expõem com assídua frequência, visto que os minerais que emitem radiação são de fato elevados, não sendo recomendável a exposição constante a longo prazo, de crianças e pessoas com doenças degenerativas.

O quadro abaixo (2-42) mostra a geologia e a distribuição de minerais pesados em algumas praias do município de Guarapari, Espírito Santo. Mapa modificado de Martin et al. (1996), Nascimento (2004) e Silva et al. (2004). Símbolos de minerais: ZIR (zircão), RUT (rutilo), MON (monazita), SIL (sillimanita), AND (andaluzita), TIT (titanita), CIA (cianita), FER (ferrossilita), LEU (leucóxênio), LIM (limonita), GRA (granada), OUT (outros).

Figura 5-42 Geologia e distribuição de minerais pesados



Fonte: Nascimento et al. (2011).

Outras mediações de radiação estão em desenvolvimento nas praias de Guarapari.

### 5.5.1 Operações na Praia da Areia Preta, planos de organização e manutenção

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Guarapari, promulgada em 05 de abril de 1990, a organização da administração municipal é de responsabilidade do PDM, conforme especificado no CAPÍTULO VII, Da Organização da Administração Municipal, SEÇÃO I, Das Disposições Gerais:

“Art. 95 – O Município deverá organizar a sua administração, exercer suas atividades e promover sua política de desenvolvimento urbano dentro de um processo de planejamento permanente. Atendendo aos objetivos e

diretrizes estabelecidos no Plano Diretor e mediante adequado Sistema de Planejamento.

§ 1º - O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, observado o disposto no Parágrafo 1º do Art. 182 da Constituição Federal.

§ 2º - Sistema de Planejamento é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos voltados à coordenação da ação planejada da administração municipal.

§ 3º - Será assegurada, pela participação em órgão componente do Sistema de Planejamento, a cooperação de associações representativas, legalmente organizadas, com o planejamento municipal.

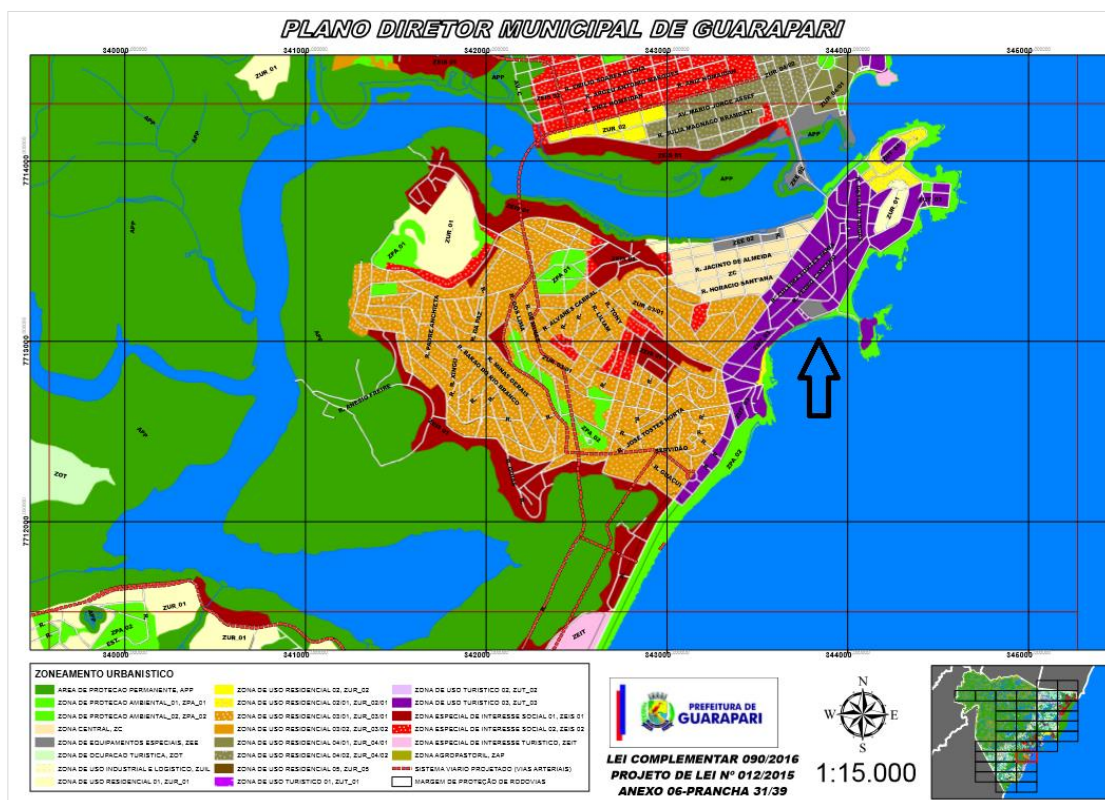
§ 4º - A delimitação da zona urbana constará do Plano Diretor.”

Em relação à administração de áreas públicas, o Plano Diretor Municipal de Guarapari, Seção III, das Zonas de Uso Turístico, Art. 79 – A as Zonas de uso turístico tem os seguintes objetivos para uso:

- a) “Adequar o uso e ocupação do solo às características da urbanização, considerando o padrão de parcelamento do solo, a infraestrutura urbana instalada, condicionantes bioclimáticos, entre outros;
- b) Estimular a localização de equipamentos, estabelecimentos de comércio e serviços voltados para o apoio e incremento da atividade turística local, viabilizando condições favoráveis para a instalação de bares, restaurantes, hotéis e assemelhados próximos à praia;
- c) Uso preferencialmente residencial, uso misto, comércio e serviço, voltado para o apoio e desenvolvimento turístico do local;
- d) Preservar visuais de marcos significativos da paisagem urbana e ambiência geral das praias.”

Essas recomendações servem para as áreas denominadas de ZUT 1, ZUT 2 e ZUT 3, estando a Praia da Areia Preta localizada no ZUT 3, como mostra a imagem 2-43 a seguir:

Figura 5-43 Plano Diretor Municipal de Guarapari



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017

Ainda no PDM Municipal, foi encontrado outro item onde trata do Planejamento Territorial, no capítulo I do Ordenamento Território, que diz no Artigo 54:

O território municipal será ordenado para atender as funções econômicas e sociais da cidade, nos termos do inciso XXIII do Art. 5º da Constituição Federal, de modo a compatibilizar o desenvolvimento urbano e rural com o uso e a ocupação do solo, suas condições ambientais e aspectos inerentes ao cumprimento da função social da propriedade.

O Plano Diretor Urbano de Guarapari funciona como instrumento básico de orientação administrativa, com planejamento estratégico específico para cada ZUT, responsabilizando cada Secretaria Municipal pôr seus planos de organização de ações e manutenções. Em Entrevista ao Gerente de Turismo da Secretaria de Turismo Esporte e Lazer, Felipe Gomes, foi questionado sobre os planos de gestão para o território onde está localizada a praia em estudo e, foi relatado que por falta de verba orçamentária não há um plano específico de gestão para organização de ações e manutenções para Praia da Areia Preta.

Para comprovativo de tal informação, existe o projeto de Lei 001/2017 aprovado pelo Poder Executivo Municipal. Essa Lei estima a receita fixa do Município de Guarapari para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165, 5º da Constituição Federal Lei nº 4.320/64, compreendendo o

orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indiretamente, inclusive funções industriais mantidas pelo poder público. A receita do ano de 2017 pode ser visualizada na imagem 2-44 abaixo:

Figura 5-44 Orçamento Fiscal



**MUNICIPIO DE GUARAPARI**  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI  
GUARAPARI-ES

EM 09 JAN 2017

PROTOCOLO Nº 0143

**I – POR ÓRGÃOS**

ÓRGÃOS	VALORES
Gabinete do Prefeito	1 182 468,54
Procuradoria Geral do Município	6 672 000,00
Secretaria Municipal de Administração	7 205 960,49
Secretaria Municipal de Trabalho, Assist e Cidadania	10 968 756,24
Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	2 085 227,32
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Expansão	1 040 000,00
Secretaria Municipal de Educação	96 036 400,00
Secretaria Municipal da Fazenda	7 760 000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	2 174 600,00
Secretaria Municipal de Obras e Urbanos	42 356 600,00
Secretaria Municipal de Planej e Desenvolvimento	1 216 000,00
Secretaria Municipal de Saúde	46 536 533,98
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Exp Rural	2 678 000,00
Secretaria Municipal de Comunicação Social	470 000,00
Secretaria Municipal de Fiscalização	2 165 000,00
Secretaria Municipal de Projetos - SEMPROM	498 291,55
Secretaria Municipal de recursos Humanos	7 535 000,00
Reserva de Contingência	100 000,00
Controle Interno	208 010,68
<b>SOMA DO EXECUTIVO</b>	<b>238 888 848,80</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Guarapari, 2017.

O valor acima destacado, R\$ 2.085.277,32 se destina a ser dividido entre as três categorias da SECTUR: Esporte, Cultura e Turismo, resultando em aproximadamente 700 mil reais para cada categoria, anualmente. Esse orçamento serve tanto para folha de pagamento de funcionários, como criação de projetos turísticos para todo município, porém segundo o entrevistado, torna-se inviável um plano de gestão específico para cada uma das mais de quarenta praias da cidade.

Com isso, por tratar-se de uma cidade não industrializada, em que a maior captação financeira surge da prestação de serviços turísticos (IBGE 2014), Guarapari não dispõem de viabilidade orçamentária, tornando impossível a Praia da Areia Preta ter um plano próprio de gestão e monitoramento de

ações, conforme citado pelo Gerente de Turismo da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, em atividade.

## **5.6 Instrumentos de gerenciamento (Plano Diretor Municipal de Guarapari)**

Para regulamentar o território brasileiro, o instrumento político básico de orientação é a Constituição Federal de 1988. Na Constituição Federal estão as leis que vão organizar o território. De acordo com o Capítulo 6 da Constituição Federal, o município tem autonomia para legislar sobre os assuntos de interesse local (Art. 30. (EC no 53/2006) I) em cooperação técnica e financeira com a União e o Estado (Art. 30, VI). O Município rege-se por Lei Orgânica (CAPÍTULO IV – Dos Municípios Art. 29) para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (CAPÍTULO IV – Dos Municípios Art. 29 VIII, IX).

A Lei Orgânica, funciona com a finalidade de dispor sobre a organização do Município. É uma lei que trata sobre a distribuição dos poderes legislativo e do poder executivo, do município.

Ainda na Constituição Federal, encontra-se:

“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

O Plano Diretor Municipal, serve assim, como instrumento de gestão para ordenar o crescimento e desenvolvimento da cidade, já a Lei Orgânica, organiza os poderes Legislativo e Executivo do Município. O PDM é regulamentado pela Lei 10.257/2001 que especifica as orientações a serem seguidas, conhecida como Estatuto das Cidades.

As normativas orientativas contidas na Constituição Federal expostas acima, regulamentam que o Município é responsável por sua administração respondendo legalmente por suas providências, possuidor de autonomia de responsabilidade por seu território, desde que vá de acordo com os instrumentos de gestão Federal da União e Estadual.

O Plano Diretor de Guarapari expõe com clareza suas responsabilidades quanto à administração municipal:

“Art. 1º: Em atendimento às disposições do Art. 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei de nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – e do Título III, Capítulo V, da Lei Orgânica Municipal, fica aprovado, nos termos desta Lei, o Plano Diretor do Município de Guarapari – PDM, devendo o mesmo ser observado pelos agentes públicos, de modo direto ou indireto, pelo desenvolvimento municipal, pela construção, apropriação, usufruto e gestão da cidade.

Art. 2º - O Plano Diretor do Município de Guarapari é o instrumento básico da Política de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial do Município, que abrange a totalidade do território e integra o Sistema de Planejamento Municipal, devendo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Municipal orientar-se pelos princípios fundamentais, diretrizes e objetivos, nele contidos.

Art. 3º - A Política de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial do Município deverá promover o acesso dos cidadãos aos bens comuns do seu território e o direito à cidade. Viabilizando o cumprimento da função social da propriedade, a justa distribuição dos serviços públicos, da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, a ordenação do uso e ocupação do solo e da produção de espaço urbano em consonância com a preservação do patrimônio ambiental e cultural local.”

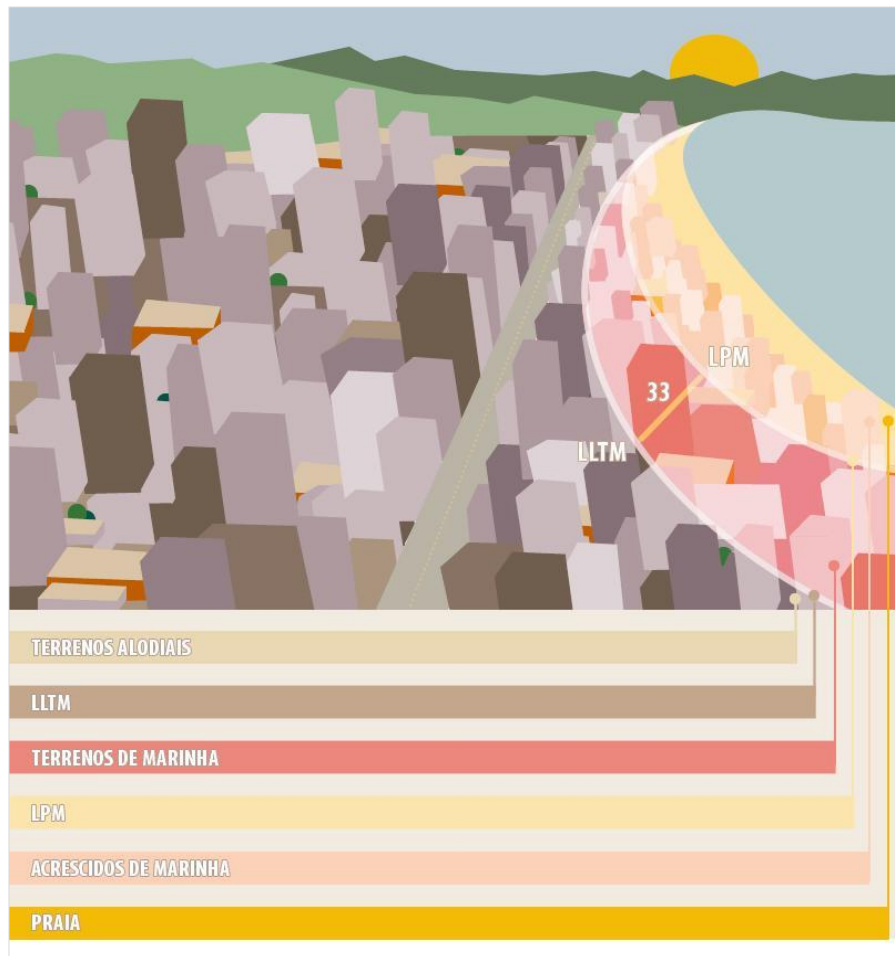
Os três artigos expostos acima, exibem a responsabilidade legal do Plano Diretor Municipal de Guarapari em instruir o desenvolvimento político, físico social e econômico do município, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades. Assim, através de indicativas de administração nacional, como o Programa de Regionalização do Turismo, o PDM de Guarapari foi estruturado pela prefeitura para desenvolver uma boa gestão territorial com autonomia para criação de programas para valorização do turismo local.

#### **5.6.1 Instrumentos de gerenciamento costeiro**

No Brasil, as praias são bens de uso comum do povo, espaços públicos onde o direito de ir e vir deve estar sempre garantido, sendo áreas que podem ser utilizadas por todos em igualdade de condições (MMA, 2006). Na Carta Magna do Brasil, o Artigo 20 dita que as praias marítimas são bens pertencentes à União, assim como Terrenos de Marinha e seus acrescidos (Senado Federal, 1988).

Segundo a Lei 9.760 de 1946, os Terrenos de Marinha são bens da União e são localizados na faixa de terra com 33 metros em direção a terra, contada a partir da linha da preamar média de 1831, conforme apresentado na figura 2-45 a seguir:

Figura 5-45 Terrenos de Marinha



Fonte: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>, 2017

Sendo assim:

- Terrenos alodiais: O terreno alodial é vizinho ao Terreno de Marinha, de propriedade privada.
- Linha Limite Terrenos da Marinha, LLTM: O ponto final após o início da linha preamar média.
- Linha Preamar Média, LPM: A linha do preamar médio é definida pela média das marés máximas, a partir da determinação da linha do preamar médio inicia-se a delimitação dos terrenos de marinha.
- Acrecidos de marinha: São porções de terras que anteriormente eram cobertas pelo mar (espelhos d'água) ou eram mangues, praias e canais marítimos, que foram aterrados após o ano de referência para determinação da LPM.

Portanto constata-se que a União é o órgão máximo a se respeitar diante de um território costeiro.



Além da União, no âmbito da orla, também existe competência administrativa municipal através do Plano Diretor Municipal, havendo uma sobreposição de competências entre elas, expostas na tabela abaixo:

Tabela 5-2 Competência Administrativa

Áreas da Praia	Usos Predominantes	Competências de Gestão
Mar	Público (com autorizações a usos privados)	União
Praia	Público (com autorizações a usos esporádicos e privados)	União, Prefeitura Municipal
33 metros até Terrenos da Marinha	Público (com destinação de uso público ou privado sob diferentes regimes: permissão de uso e concessão de direito real de uso resolúvel, locação, arrendamento, alienação, ocupação, cessão e aforamento)	União, Prefeitura Municipal
Após 33 metros		Prefeitura Municipal

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Planejamento e Gestão

Sobre assuntos de meio ambiente, a Presidência Nacional, através do Congresso Nacional, elaborou a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental e equilíbrio ecológico propício à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico e tem com:

- Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida,
- Órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
- Órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições,

Para gerir os Terrenos da Marinha, isso é, os primeiros 33 metros de terra após o limite da maré alta, a Constituição Federal prevê a aplicação legal do PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O PNGC foi constituído pela Lei 7.661, de 16/05/1988, cujos detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução nº 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21/11/1990, aprovada após audiência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). O PNGC se caracteriza por um grupo de Leis, que funcionam como indicadores de ações compromissadas com o desenvolvimento sustentável da zona costeira, que objetiva a preservação, conservação e controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da mesma, com recuperação e reabilitação das áreas degradadas ou descaracterizadas.

O conselho e os órgãos federais, como o PNGC, servem como base legal para os sistemas de gestão ambiental municipais. Para um processo ser deliberado e que uma ação seja iniciada, é preciso seguir orientação dos órgãos federais. As secretarias, divisões e setores municipais do meio ambiente são órgãos executivos que dão apoio aos conselhos do meio ambiente (RIBEIRO et al., 1998).

Desde que os instrumentos legais de gestão ambiental não sejam conflitantes com as leis federais e estaduais, os municípios dispõem de autonomia para criarem suas próprias leis. Tal como contido na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade estabelece que "a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas" (artigo 39 da Constituição Federal). Os instrumentos legais que os municípios podem utilizar para implementar políticas urbanísticas e ambientais próprias são: a Legislação Ambiental; a Lei Orgânica; o Plano Diretor; a Lei de Parcelamento; a Lei do Uso e Ocupação do Solo; o Código de Obras; o Código de Posturas; o Código Tributário; o Código Sanitário.

## 6 Avaliação da aplicabilidade da ISO 13009:15 à Praia da Areia Preta

Para receber a certificação ISO 13009:15, a praia ou estabelecimento em questão precisa estar em conformidade com todas as solicitações apresentadas no documento, que são divididas em três grupos:

- Requisitos gerais e orientação para a gestão de praias;
- Infraestruturas;
- Prestação de serviço.

Para avaliar a possibilidade de aplicação na Praia da Areia Preta, foi feito um estudo dividido em duas abordagens: abordagem teórica e abordagem prática.

- Teórica: através de consulta aos órgãos de gestão federal, municipal e estadual que possuem autonomia sobre o território em estudo. A sobreposição de competências, não permite a comparação da ISO 13009:15 com apenas um órgão competente, levando à necessidade de consultar vários órgãos de ordenamento do território, para expor onde é citado na legislação (federal, estadual ou municipal), o que cada item da ISO requisita.
- Prática: através de visitas ao local, foram revisados se cada item (infraestrutura) que a Norma requisita está ou não em conformidades com a mesma. Através de acervo fotográfico feito, é possível visualizar a situação encontrada na praia.

### 6.1 Ligação entre atividades da praia e gestão de riscos

A Norma apresenta três grupos de requisitos. O primeiro, refere-se à gestão de praias. A ISO 13009:15 instrui que um plano de regulamentação formal de construção e controle de desenvolvimento é muito importante, especialmente no que diz respeito à construção adequada de instalações da praia. Riscos ambientais como inundações costeiras e erosões, devido a alterações climáticas, têm ocorrido com maior frequência, existindo a possibilidade de aumentar a incidência e periculosidade desses eventos naturais.

Tabela 6-1 Plano de edificação da costa

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Plano de regulamentação de edificações na costa.	X	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em conformidade legal com a ISO 13009:15. No Plano Diretor Municipal de Guarapari, onde é tratado do Planejamento Territorial e Ordenamento do Território, no Art. 54 é citado que, o território municipal é ordenado para atender as funções econômicas e sociais da cidade, de modo a compatibilizar o desenvolvimento urbano e manter suas condições ambientais, conforme consta nos termos do inciso XXIII do Art. 5º da Constituição Federal.

Porém, em visita técnica ao local, foi documentado que este item se encontra em **não conformidade** com as exigências técnicas da Norma, de acordo com a imagem 6-1 exposta a seguir.

Figura 6-1 Irregularidade de edificações na Praia da Areia Preta



Fonte: Emília Felipe, 2017

O segundo item exposto no documento, trata-se de um código de boas práticas, que serve como um guia recomendado para ajudar os desenvolvedores a projetar e gerenciar atividades específicas de praia e atividades aquáticas, auxiliando para estratégias de adaptação às mudanças climáticas e redução de risco de desastres. Os danos da infraestrutura da praia, podem ser poupados ou os desgastes diminuídos quando evitado expor itens de valor aos processos costeiros (por exemplo, construindo muito perto da marca de maré alta). Qualquer código de prática produzido deve ser cientificamente justificável, isso deve ser claramente delineado como um requisito antes da produção do código de boas práticas.

O operador da praia deve desenvolver um código de boas práticas que devem incluir as recomendações apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 6-2 Recomendações código de boas práticas

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Código de boas práticas com:		x
a) mapa de acesso à praia;		
b) construção e design das instalações de praia;		
c) controle de desenvolvimento na área da praia;		
d) conservação da praia;		
e) estabelecer e regular cada zona da praia;		
f) colocação, manutenção e gestão de equipamentos e instalações de resgate público;		
g) informações de segurança na praia;		
h) gestão e manutenção eficaz da praia.		

Fonte: Adaptação ISO 13009

O presente ponto apresenta-se em **não conformidade** quando visto de forma geral. A praia da Areia Preta não possui um código de boas práticas em nenhum documento oficial onde apresenta recomendações de como deve ser organizado os pontos acima descritos. O que existe são planos fragmentados correspondentes a cada item em diferentes instrumentos de gestão, apresentados nomeadamente nas alíneas: c, d, e f.

**Alínea c:** O controle de desenvolvimento na área da praia é regido pela Lei Orgânica Municipal de Guarapari, Capítulo 3, Sessão 1, Artigo 22, onde diz:

“XII – planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em zona urbana;

XIII – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observando a Lei Federal.

Observação: Ainda que no Plano Diretor Municipal exista um mapeamento regularizando as zonas passíveis para construção, a Praia da Areia Preta, a foto 6-2 mostra que existem edifícios construídos praticamente na areia da praia, o que gera uma inconformidade legal.

Figura 6-2 Construções na areia da praia



Fonte: Emília Felipe, 2017

**Alínea d:** Sobre conservação na praia, as medidas de cuidados necessárias são detalhadas na Lei Complementar Municipal 090/2016, onde responsabiliza o Município por preservar, proteger os ecossistemas e recursos naturais, aplicando-se o que dispuser a legislação federal, estadual e municipal viabilizando a elaboração e implantação da Agenda 21 local, com ênfase no desenvolvimento auto sustentável.

**Alínea e:** Estabelecer e regular cada zona da praia, é responsabilidade de fiscalização da União em convênio com a administração municipal, onde aplica-se o que está definido no PDM como zoneamentos. O PDM apresenta as seguintes divisões de zoneamento: zonas de proteção ambiental, zonas de uso residencial, zonas de uso turístico, zona central, zona de uso industrial e logística, zona de ocupação turística, zona de equipamentos especiais e zona especial de interesse social, detalhadas no capítulo II do documento. Cada zona apresentada acima possui características especiais de regulamentação de uso. O Código de Obras do Município também dispõe sobre tal no Artigo 10, onde especifica onde as construções de edificações são proibidas e como devem ser feitas, de acordo com zoneamento apresentado no PDM.

**Alínea f:** A colocação, manutenção e gestão de equipamentos e instalações de resgate público é de responsabilidade do Governo do Estado do Espírito Santo, administrado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e executada pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, em parceria com a Prefeitura Municipal com a Secretaria de Saúde.

## 6.2 Licenciamento e responsabilidades legislativas

Segundo a Norma em estudo, é necessário clarificar a quem pertence a praia, responsabilidades e outras medidas regulatórias. Se as praias são consideradas públicas, esta informação deverá ser claramente comunicado pelo operador de praia, mesmo se a praia ficar em frente a um hotel, o que significa que os usuários podem (em teoria) frequentar tal praia. Como orientação geral, é de responsabilidade do operador de praia fornecer clareza sobre a possibilidade de uso de qualquer parte desta e também se existem partes da mesma que podem ser vendidas ou alugadas por entidades privadas.

Este item encontra-se em **conformidade** com a Norma, uma vez que, no Brasil as praias são Bens de Uso Comum do Povo – espaços públicos onde o direito de ir e vir deve estar sempre garantido, sendo áreas que podem ser utilizadas por todos em igualdade de condições (MMA, 2006). Ainda no Art. 21 do decreto de Lei Federal 5300/2014, é citado que as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

## 6.3 Planejamento

### 6.3.1 Identificação dos riscos para saúde pública

O ato de identificar perigos e caracterizá-los para minimizar riscos para um nível aceitável é uma das requisições da Norma ISO 13009:15. O operador de praia deve estabelecer, atualizar, revisar anualmente e manter um procedimento documentado para identificar riscos diretos ou indiretos para a saúde relacionados as atividades, serviços, instalações e recursos de praia que possam ter impacto na saúde e no bem estar dos usuários. A identificação de possíveis riscos para a saúde dos usuários de praia deve incluir grupos de riscos associados aos seguintes:

Tabela 6-3 Identificação dos riscos para a saúde pública

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
pontos de abastecimento de água potável;		x
a limpeza da superfície da praia;	x	
a qualidade das águas balneares;	x	
riscos associados às condições de maré;		x
chuva intensa causando inundações e fluxos de água com material a ser lançado na praia, onde esta adquire temporariamente fraca qualidade de água;	x	
as características físicas da praia (superfície, estruturas antropogênicas, formações rochosas);		x
erosão costeira e galgamentos oceânicos;		x
flora e fauna, incluindo a vida marinha;	x	
instalações e equipamentos associados aos serviços disponibilizados nas praia;		x
informação referente à segurança na praia e sinalização de avisos.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Esse ponto apresenta-se em **não conformidade**. A gestão das zonas balneares envolve várias entidades diferentes que desempenham responsabilidades distintas. As responsabilidades dos itens acima estão divididas por diferentes órgãos competentes, conforme explicado a seguir:

Limpeza da Superfície das praias: Segundo Decreto de Lei 5300/2004, que trata o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a coleta de lixo e de esgoto sanitário da rede pública na área da praia, deve ter solução autônoma (gestor da praia) para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área. A CODEG (Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento urbano de Guarapari) é responsável por executar a coleta de resíduos urbanos diariamente (que inclui a coleta de resíduos e limpeza da orla, sendo areia e calçamento beneficiados), conforme citado no Artigo 286 da Lei Orgânica Municipal, onde informa que a limpeza pública, de coleta e disposição adequada de lixo domiciliar, industrial e hospitalar é de responsabilidade administrativa do Município.

Qualidade da água balnear: A informação sobre a qualidade da água balnear é de responsabilidade da Secretaria de Meio ambiente, e executado pela CESAN (Companhia Estadual de Saneamento), realizador de testes sobre a balneabilidade das praias do Município de Guarapari, incluindo a Praia da Areia Preta.



Sobre riscos associados às condições de maré, precipitação intensa causando inundações e fluxos de água com material a ser lançado na praia, onde está adquire temporariamente fraca qualidade de água, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é responsável pela execução e administração de tal, conforme as orientações contidas no Artigo 20 do PDM, em harmonia com a Legislação Federal (CONAMA) viabilizando a gestão de programas específicos para preservação ambiental e controle de riscos naturais.

Respectivamente sobre o item que trata da erosão costeira e galgamentos oceânicos, incluindo a vida marinha, a Lei Orgânica Municipal no seu Art. 267 trata que é vedada a colocação ou construção para evitar quaisquer tipos de destruição ou descaracterização ambiental em lugares específicos, ficando os mesmos protegidos por legislação. O não cumprimento da lei estabelecido neste artigo é considerado crime de responsabilidade sujeitando a autoridade competente as penas da Lei. Porém, como citado anteriormente, embora exista legislação proibindo a edificação muito próximo à marca da maré alta, a Praia da Areia Preta encontra-se em não conformidade legal com tal requisito, tornando o plano de identificação de riscos real apenas no papel. Para fauna e flora, a Lei Orgânica prevê no artigo 250:

“(...) proteger a flora e a fauna, assegurando a diversidade das espécies, principalmente as ameaçadas de extinção, fiscalizando a extração, captura, produção e consumo de seus espécimes e subprodutos, vedadas as práticas que submetam os animais a crueldade.”

### **6.3.2 Planos de Emergência**

Sobre este requisito da Norma, o operador de praia deve garantir o que vem representado na tabela a seguir.

Tabela 6-4 Plano de emergência

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) estabelecer e documentar planos específicos para situações de emergência de modo a prevenir e a reduzir o impacto e os riscos que lhe estão associados. Estes planos devem incluir:		
- Identificação dos recursos/entidades responsáveis pelas situações de emergência;		x
b) ter um plano de resposta disponível para os stakeholders e estabelecer sistemas para coordenar com eles;		x
c) ter recursos suficientes para dar resposta face aos planos de emergência;		x
d) verificar e registar a eficiência dos planos de emergência num exercício prático a ser efetuado anualmente e sempre que ocorra um acidente ou situação de emergência que provoque a necessidade de os rever.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Espírito Santo atua em conjunto com a Prefeitura Municipal de Guarapari para fornecer provisões de segurança balnear, incluindo reforço para a operação de verão e a verificação anual da eficiência dos serviços prestados, mas não possui nenhum documento formal onde apresenta as recomendações descritas na tabela anterior.

### 6.3.3 Operações da praia e planos de organização e ações de manutenção

De acordo com o que está no âmbito da Norma em estudo, deve ser estabelecido um plano de operação e organização de praia. O operador de praia deve estabelecer um plano organizacional e de operações que incluam no mínimo as alíneas da tabela a seguir:

Tabela 6-5 Operações, planos de organização e ações de manutenção

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
a) definição das épocas balneares e não balneares (duração);	x	
b) uso e organização da praia nas diferentes épocas;	x	
c) uso e organização da área balnear (bóias, barcos a motor e plataformas flutuantes);	x	
d) identificação, uso e organização dos pontos de acesso;	x	
e) regulações nacionais/locais que definem os usos e as condições em que cada atividade possa funcionar;	x	
f) estudos de zoneamento para o uso turístico, e a capacidade de carga das praias.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Embora não exista um plano organizacional e de operações que inclua os pontos apresentados acima, este item encontra-se em **conformidade** porque apresenta todas as solicitações.

A SECTUR, há alguns anos desenvolve estudos (apresentado exemplo em anexo, ao fim deste trabalho) para identificar e organizar o uso balnear em suas diferentes épocas. Através desses estudos, é possível caracterizar a duração de cada época balnear, o que é necessário para melhoria da sua qualidade, quais os pontos mais frequentados pelos turistas e outros fatores.

O uso e organização da área balnear é autoexplicativo através das placas de orientação contidas na praia, sendo essas orientações baseadas na legislação nacional, contidas no Art. 24 do Decreto de Lei 5300/2004, onde expressa que a gestão da orla marítima funciona para planejar e implementar ações nas áreas que apresentem maior demanda por intervenções na zona costeira, a fim de disciplinar o uso e ocupação do território.

O estudo de zoneamento para uso turístico e a capacidade de carga da praia estão previstos no PDM, no título 4, onde trata do planejamento territorial e são apresentados os tipos de zoneamentos do solo. As zonas especiais de interesse turístico – ZEIT, servem assim como estudos de zoneamento para o uso turístico.

Em seguida são apresentados pontos específicos da Norma para as ações de manutenção.

Tabela 6-6 Ações de Manutenção

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
1. Designar uma pessoa que (em adição a outras funções) tenha como tarefas assegurar que as infraestruturas existentes da praia são mantidas em bom estado.		x
2. Designar um fornecedor que faça a manutenção de qualquer instalação da praia, assegurando que as instruções estabelecidas para alcançar determinados níveis de qualidade e serviço indicados nesta norma internacional sejam respeitadas.		x
3. Manter a limpeza da praia.	x	
4. Manter as instalações da praia e equipamentos em boas condições e estabelecer atividades que assegurem permanentemente o seu correto funcionamento e conservação.	x	
5. Periodicamente rever e registrar as atividades de manutenção para garantir o correto estado das instalações e equipamentos. Sempre que possível as atividades de manutenção devem ser verificadas durante a limpeza e atenção especial deve ser dada às atividades de manutenção preventiva.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este ponto encontra-se em **não conformidade**, tendo em consideração que não há um profissional responsável por tal função e não há um fornecedor responsável pela manutenção das instalações da praia.

Respectivamente relacionado à limpeza da praia que precisa ser mantida, a execução é feita como dito anteriormente pela CODEG, sob orientação da Lei Orgânica Municipal e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro em seu Art.16.

Relacionado a manter as instalações da praia e equipamentos em boas condições e estabelecer atividades que assegurem permanentemente o seu correto funcionamento e conservação, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, prevê em seu Art. 11 sobre a necessidade de se estruturar, implementar e acompanhar os programas de monitoramento, controle e ordenamento na praia. Também relacionado ao tema, a Lei Orgânica Municipal no seus Artigos 123, 124, 125 e 126, cita que cabe ao Poder Executivo a administração dos bens municipais. Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento. Os bens públicos municipais são imprescritíveis, impenhoráveis,

inalienáveis. Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial, com os bens existentes e na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais, avaliando seu estado de conservação e apontados quando necessário a troca.

Ainda referente a este requisito está estabelecido um plano de manutenção e de monitorização desenvolvido pelo operador de praia, que deve incluir os pontos da tabela a seguir:

Tabela 6-7 Plano de manutenção e de monitorização

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
1. Inclua todas as instalações e equipamentos da praia, sejam estes móveis ou fixos;		x
2. assegure que estão em boas condições para o uso pretendido;	x	
3. tenha condições para se adaptar às expectativas dos utilizadores;	x	
4. inclua a frequência e as rotinas de manutenção (atividades diárias, mensais, anuais);		x
5. incorpore processos de verificação das operações feitas;		x
6. inclua as condições que possam surgir das características das situações ambientais da praia.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Os pontos deste item recebem classificação negativa, com isso este item apresenta-se em **não conformidade**, uma vez que não existe um plano de manutenção e de monitorização desenvolvido pelo operador de praia definido.

Os equipamentos e instalações da praia direcionados para os utentes da praia, são de responsabilidades distintas. Desde equipamentos de ginástica ofertados por ginásios privados como os banheiros públicos, mantido pela Associação de Quiosqueiros de Guarapari. A calçada pertencente à orla foi construída pelo Governo do Estado e está sob administração municipal. Sob administração municipal também estão os equipamentos de salvamento que passam por inspeções constantes realizadas pela Secretaria de Saúde do Município, orientada pelas regras do Corpo de Bombeiros.

Ainda que os equipamentos estejam sob cuidados de gestores diferenciados, durante as visitas técnicas, realizadas entre junho e setembro, foi-se averiguado que todos encontram-se em níveis satisfatórios.

O ideal é agrupar todos os equipamentos e instalações em um inventário para gerir de forma eficiente e estruturada através de um plano formalizado de manutenção e monitorização.

#### 6.4 Comunicação com Stakeholders

Para este ponto, a Norma sugere que deva ser definido pelo operador da praia, um profissional responsável pela comunicação (entre outras tarefas) que estabeleça os canais de comunicação contidas na tabela a seguir:

Tabela 6-8 Comunicação com Stakeholders

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) informar sobre os serviços oferecidos aos utilizadores e quando estes não estão disponíveis;		x
b) informar as autoridades competentes e aos utilizadores as possíveis situações de emergência;		x
c) responder a queixas, sugestões e consultas dos utilizadores e outros grupos de interesse;	x	
d) informar sobre as restrições relacionadas com a legislação e regulamentos que podem afetar os utilizadores;	x	
e) informar sobre a qualidade da água e providenciar informações ambientais.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Relativo às exigências apresentadas na tabela acima, este item encontra-se em **não conformidade** com a ISO 13009:15. Não existe um profissional disponível para comunicação com as autoridades competentes e com os utilizadores da praia sobre possíveis situações de emergência. O que existem, são serviços esclarecidos nas alíneas abaixo:

**Alínea c:** Sobre a possibilidade dos utentes exporem suas questões, existe um sistema eletrónico de serviço de informações, (<http://esic.guarapari.es.gov.br>), que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica encaminhe pedidos de acesso as mesmas, onde podem também ser apresentadas sugestões e reclamações que serão encaminhadas para os respectivos setores, e também onde pode-se acompanhar o processo até receber a resposta. Esse sistema atende todos os tipos de questões, não somente voltadas para solicitações exclusivas para Praia da Areia Preta. Por ser um serviço online, pode ser acessado de qualquer parte.

**Alínea d:** As informações sobre restrições relacionadas com a legislação e regulamentos que podem afetar os utilizadores, ocorre por meio de placas informativas sobre a qualidade da água balnear e sobre a proibição de animais na areia, alertando sobre a periculosidade balnear, executado pela Secretaria de Meio Ambiente.

**Alínea e:** As informações sobre a qualidade da água e ambientais, estão apresentadas como obrigatoriedade segundo a Lei Orgânica Municipal, no Artigo 250, onde é garantido por lei, o monitoramento ambiental com a finalidade de acompanhar a situação real e as tendências de alterações dos recursos naturais e da qualidade ambiental, garantindo a todos amplo acesso às informações sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental.

## 6.5 Promoção das atividades na Praia

Neste item é sugerido pela Norma, uma lista de serviços disponíveis aos utilizadores, incluindo informações da praia para usuários.

Tabela 6-9 Promoção de atividades na Praia

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) os serviços que são oferecidos;		x
b) como fazer sugestões e reclamações;		x
c) estabelecer indicadores de serviço e compromissos feitos pelo operador de praia;		x
d) os resultados de indicadores de riscos de saúde e segurança relevantes para o efeito;	x	
e) os resultados de indicadores de aspectos ambientais relevantes;	x	
f) objetivos estabelecidos para o período decorrente e os alcançados no período anterior;		x
g) preços e períodos de abertura.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **não conformidade**. A Norma exige uma lista onde venham apresentados os serviços oferecidos, porém estas informações vêm indicadas em documentos diferentes.

Ainda que haja postos de informações turísticas sobre as opções de serviços oferecidos nas praias da cidade, não há na praia em estudo, um ponto para recolha de sugestões/informações. A praia opta por meios de comunicação presenciais, como panfletagem. Nos postos de informações turísticas

da cidade, está localizado o Projeto Facilitador. A prefeitura Municipal de Guarapari, através da SECTUR, Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo, em parceria com a Mineradora Samarco S/A, realiza o Projeto Facilitador, que oferece a prestação de serviços de atendimento turístico em algumas praias da cidade como Setiba, Meaípe e Praia do Morro. Na figura 6-3 está a recepção do Projeto Facilitador, onde os clientes são recebidos por adolescentes que estão capacitados por treinamentos para informar sobre localização, atrativos e equipamentos turísticos do município. Os monitores turísticos são adolescentes com faixa etária de 15 a 18 anos, selecionados através de um processo seletivo.

Figura 6-3 Ponto de informação turística



Fonte: SECTUR, 2011

Sobre os itens **d)** e **e)** requisitados pela Norma, são encontradas placas instrutivas na praia, de acordo com o Art. 9º da Lei nº 1885/199 e pela resolução do CONAMA 274/200 que alerta sobre a balneabilidade da água e outros alertas importantes para garantir o bom uso da mesma por utentes.

## 6.6 Medição de desenvolvimento da praia

A ISO 13009:15 instrui sobre a necessidade de elaborar um plano para que possa ser medida a evolução da praia, através dos seguintes indicadores apresentados na tabela a seguir:



Tabela 6-10 Medição de desenvolvimento da praia

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) estabelecer um conjunto de indicadores que ofereçam informações relevantes sobre a evolução da praia, os impactos ambientais, a saúde e conforto dos utilizadores, e a qualidade dos serviços oferecidos;		x
b) assegurar que os planos delineados no início da época balnear são implementados, quando existem desvios no cumprimento das provisões das ações de segurança e socorro, ou, se existe um aumento do número de incidentes, as ações corretivas necessárias a serem tomadas de modo a garantir a segurança dos utilizadores da praia;		x
c) providenciar meios para medir o nível de satisfação dos clientes.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **não conformidade**. A Norma prevê a elaboração de um plano sobre a evolução da praia. Esse documento não é solicitado em nenhum ato legal/governamental e, além de não haver a existência de um documento oficial, os indicadores apresentados na tabela anterior não se enquadram em nenhuma norma instrutiva em qualquer outro plano. Ainda que não exista um plano oficial para assegurar que os planos/requisitos delineados no início da época balnear sejam implementados, quando existem desvios no movimento balnear no verão, são cumpridas ações de provisões de segurança e socorro, ou seja, se existe um aumento do número de incidentes, as ações corretivas necessárias serão tomadas de modo a garantir a segurança dos utilizadores da praia.

### 6.7 Satisfação do cliente e feedback de compilação

Para este requisito a norma não define nenhum conjunto de instruções específicas, recomenda-se apenas que o operador da praia tenha um sistema para responder à queixas e sugestões apresentadas pelos usuários, bem como as instruções para sua resolução. As pesquisas de satisfação do cliente devem ser realizadas anualmente. Os resultados dessas pesquisas devem ser coletados e apresentados em um formato facilmente acessível para referência futura (ou seja, documentos anuais claros sobre relatórios de incidentes).

Tabela 6-11 Satisfação do cliente

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Sistema de coleta de queixas e recomendações/respostas dos clientes.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **conformidade**, uma vez que o e-SIC, Sistema Eletrônico de Serviço de Informações, (<http://esic.guarapari.es.gov.br>), permite que qualquer pessoa em qualquer lugar, possa encaminhar pedidos de acesso à informações, onde podem também ser apresentadas sugestões e reclamações que serão encaminhadas para os respectivos setores, e também onde pode-se acompanhar o processo até recebimento da resposta.

## 6.8 Infraestrutura

No segundo grupo de requisitos para a gestão de praias desta Norma Internacional, encontra-se o conjunto de recomendações referente à infraestrutura, subdividido em três caracterizações: infraestrutura permanente, infraestrutura temporária e acesso à praia.

### 6.8.1 Responsabilidades

A orientação a ser seguida nesse ponto, informa que o operador da praia deve estar ciente das regulamentações de construção costeira aplicável e deva cumprir os requisitos mínimos de serviços de lazer e de higiene. A tabela a seguir expõe as exigências contidas na Norma.

Tabela 6-12 Responsabilidades

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
1. O operador de praia tem de estar informado sobre a legislação nacional aplicável às regulamentações construtivas de instalações costeiras, devendo cumprir os requisitos mínimos para os serviços e infraestruturas listadas no Anexo C da Norma e no requisito 4.3: Ligações entre atividades da praia e gestão de riscos;		x
2. Existência de regulamentações para a construção de edifícios nas zonas costeiras e medidas de segurança apropriadas para cada local;	x	
3. Atribuição de responsabilidades por:  -Manutenção dos serviços de conforto e instalações sanitárias;  -Administração Geral (auditada e regulada);  - Formação do pessoal.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

O presente ponto encontra-se em **não conformidade**, explicados a seguir pelas alíneas nominadas 1, 2 e 3:

**Alínea 1:** A Prefeitura Municipal de Guarapari, usando de seu instrumento básico de gestão, o PDM, tem como previsto na legislação, o dever de seguir as medidas recomendativas de organização territorial costeira da União, que orienta sobre os requisitos mínimos de segurança, construção e infraestrutura. O decreto-Lei nº 2.398/87 expressamente elenca sobre as possibilidades ou não de realização de aterros, construções, obras, instalação de equipamentos/infraestrutura em bens de domínio da União. Embora legalmente o PDM de Guarapari esteja estruturado na Carta Magna da legislação brasileira, em visita técnica realizada, foi averiguado a existência de edificações próximas à maré, o que caracteriza o item como não conformidade, por se tratar de um não cumprimento da lei.

**Alínea 2:** O decreto de Lei Federal 5300/2004, regulariza que, qualquer empreendimento na zona costeira deverá ser compatível com a infraestrutura de saneamento e sistema viário existentes, devendo a solução técnica adotada preservar as características ambientais e a qualidade paisagística. No Código de Obras do Município, estão as regras para execução de obras de construção, dependentes de licenças para serem ou não realizadas. As licenças para obras podem ser aprovadas apenas quando as mesmas estão de acordo com as regras municipais (e de acordo com a legislação federal).

**Alínea 3:** A manutenção dos serviços de conforto e instalações sanitárias é de responsabilidade da Associação dos Quiosqueiros de Guarapari. Referente à fiscalização do disposto no Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas – TAC, firmado entre Ministério Público, Secretaria de Patrimônio da União, Prefeitura de Guarapari e Associação dos Quiosqueiros do Município de Guarapari, ficaram estabelecidos neste documento critérios para ordenamento, ocupação, utilização, manutenção e fiscalização do espaço público.

#### **6.8.2 Infraestruturas permanentes**

Para infraestruturas permanentes, a Norma em estudo caracteriza, todos os itens que devem ser mantidos em funcionamento por tempo integral durante o ano, fazendo parte da propriedade da praia.

#### **Serviços sanitários (geral, banheiros, chuveiros e lava pés)**

As recomendações gerais sobre infraestrutura permanente que as praias, em busca de certificação, devem ter:

Tabela 6-13 Serviços Sanitários

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
1) existência de WC, chuveiros e lava-pés;	x	
2) designada uma pessoa que assegure que os serviços sanitários anteriores estão em boas condições de operação e limpeza;	x	
3) existência de um registro das ações de supervisão das instalações sanitários;		x
4) dando seguimento a inquéritos de satisfação dos clientes e/ou sugestões feitas para melhoramento dos serviços que surjam de reclamações feitas pelos utilizadores, o operador de praia deve informar o fornecedor (organização ou pessoa que providencia um determinado produto ou serviço) sobre os aspetos negativos das instalações sanitárias;		x
5) as águas residuais das instalações sanitárias devem ser tratadas separadamente e não devem ser descarregadas na zona de banho ou qualquer outra linha de água;	x	
6) os serviços sanitários existentes têm de estar disponíveis durante as horas de funcionamento da praia. Esse horário é definido pelo operador de praia e comunicado aos utilizadores;	x	
7) se a praia for considerada acessível, deve ter serviços sanitários adaptados a pessoas com necessidades especiais;	x	
8) os serviços sanitários disponíveis devem estar indicados no acesso principal da praia e no mapa da praia,	x	
9) os serviços sanitários devem estar enquadrados com o ambiente natural ou urbano;	x	
10) todas as instalações e equipamentos fornecidos nos serviços sanitários devem estar incluídos na limpeza e no plano de manutenção da praia;		x
11) os funcionários responsáveis pela limpeza dos serviços sanitários devem ser facilmente identificados e conhecer as normas de atendimento ao cliente;	x	
12) deve estar definido um conjunto de indicadores para monitorização da qualidade do serviço e do nível da satisfação.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **não conformidade**. Objetivando a implementação de aperfeiçoamento do controle e da fiscalização das infraestruturas e dos serviços exercidos na orla, o Termo de Ajustamento de Condutas de 16 de agosto de 2005 entre o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Advocacia Geral da União, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, Secretaria de Patrimônio da União e Associação dos Quiosqueiros do Município de Guarapari – AQMG, estabeleceu-se através do Decreto Municipal nº 529/2011 que trata da regulamentação das condições das permissões que autorizam a exploração de módulos denominados quiosques localizados na orla marítima, quais são as diretrizes orientadoras que a AQMG deve seguir para assegurar a qualidade dos serviços sanitários em boas condições.

As operações de limpeza e os registros das ações realizadas no banheiro presente na Praia da Areia preta, é cotidianamente elaborada por funcionários capacitados e uniformizados que executam o serviço todas as manhãs na abertura para funcionamento dos mesmos. O horário de funcionamento é das 08:00 horas às 17:00 horas durante o ano e das 08:00 horas, às 22:00 horas em época de alta temporada.

Toda água utilizada nos procedimentos sanitários é encanada e não possui contato com as zonas de banho ou mar.

Os inquéritos de satisfação aos clientes e sugestões para melhorias do serviço sanitários, não existem. A Norma solicita que deva ser definido um conjunto de indicadores para monitorização da qualidade do serviço e do nível de satisfação, baseados nas respostas dos inquéritos que não fazem parte dos registros de ações executadas nos banheiros públicos presentes na praia.

Figura 6-4 Banheiros públicos na praia



Fonte: Emília Felipe, 2017

## Banheiros

De acordo com a capacidade de carga na praia (definida no plano de organização), o operador da praia deve definir um número de banheiros para suportar a demanda de usuários. Os banheiros devem ter os seguintes equipamentos e acessórios:

Tabela 6-14 Conformidade Banheiros

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) vaso sanitário;	x	
b) chão antiderrapante;	x	
c) lixeiras com tampa;	x	
d) papel higiênico;	x	
e) gancho ou cabide;	x	
f) ventilação natural ou artificial;	x	
g) lavatórios com sabonete, ou com líquido desinfetante.	x	
- Se a praia for acessível, deve ter no mínimo uma casa de banho adaptável a pessoas com necessidades especiais.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se **em conformidade**. O banheiro público localizado na praia é uma obra relativamente nova, executada há poucos anos e por isso conta com toda infraestrutura necessária para excelente qualidade do serviço prestado, conforme a imagem 6-4 mostra.

## Chuveiros e lava pés

Para esse item, as exigências contidas na Norma estão expostas no quadro:

Tabela 6-15 Chuveiros e lava pés

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
1) deve existir na praia chuveiros de água doce, a não ser que:  a) existam estipulações legais que não permitam;  b) os recursos aquáticos sejam escassos no local;	x	
2) caso as disposições anteriores se verifiquem, devem existir lava pés;		x
3) o caudal de água proveniente dos chuveiros e lava-pés deve ser adequado;	x	
4) de acordo com a capacidade de carga da praia, devem existir em número suficiente chuveiros e lava-pés que satisfaçam a procura deste serviço;		x
5) os chuveiros e lava-pés devem estar equipados de mecanismos que permitam a economia de água;	x	
6) Indicação visível da proibição:  a) Uso de sabão e similares;  b) Desperdício de água;  c) Consumo de água não potável;		x
7) A acumulação de água deve ser evitada e o crescimento da vegetação na zona envolvente do chuveiro deve ser controlada;	x	
8) se a praia for considerada acessível, deve ter chuveiros e lava pés adaptados a pessoas com mobilidade reduzida;	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

O presente requisito da norma encontra-se em **não conformidade**. Verificou-se a inexistência de locais específicos para a lavagem de pés, sendo os chuveiros, utilizados para tal finalidade. Na imagem a seguir, chamada 6-5, poder ser visto, os chuveiros e lava-pés encontrados no local. Os chuveiros possuem temporizador para economia de água, estão localizados acima do nível da areia, possuem escoar de água e podem ser utilizados por pessoas com mobilidade reduzida. A quantidade de chuveiros e lava pés não é suficiente para época balnear, havendo apenas uma unidade com 03 chuveiros para a praia, sendo esse item, e a falta de indicação visível sobre uso de sabão e consumo de água não potável, que tornam o grupo de requisitos acima como em não conformidade com a ISO.



Figura 6-5 Chuveiros e Lava pés



Fonte: Emília Felipe, 2017

## Água potável

Dada a tamanha importância para saúde humana de água limpa e potável para evitar doenças, a ISO 13009 recomenda o seguinte grupo de itens:

Tabela 6-16 Água potável

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Se existir um ponto de água potável (bebedouro), este tem de estar protegido de modo a evitar risco higiene-sanitários causados pelos animais de estimação;		x
se a praia for considerada acessível, deve ter um ponto de água potável adaptado a pessoas com necessidades especiais;		x
os pontos de água potável existentes devem estar equipados com mecanismo de economia de água e deve existir um código de conduta (6.1.4) para os utilizadores que estabeleça medidas de conservação de água.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Sobre o requisito acima, água potável, o mesmo não é aplicável por não possuir caráter obrigatório. A ISO 13009 recomenda que, caso exista um ponto de água potável, ele deve seguir as recomendações. Se esse item fosse obrigatório, a Praia da Areia Preta não possuiria um ponto de água potável para seus utentes, ficando essa solicitação caracterizada como em não conformidade com a ISO 13009:15. Ainda que não exista um ponto público de água potável, os utentes possuem duas alternativas:

- comprar nos quiosques da praia ou com vendedores ambulantes;
- solicitar água natural gratuitamente (da torneira) aos quiosques.

### **Vestiários e armários**

Se instalações como vestiários e armários estiverem disponíveis, de acordo com as orientações da ISO 13009:15, elas devem:

Tabela 6-17 Vestiários e armários

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
Piso antiderrapante;		x
cabides;		x
ventilação natural ou artificial;		x
bancos pessoais ou compartilhados;		x
os vestiários devem estar próximos a locais acessíveis;		x
se existirem armários, estes devem permitir aos utilizadores deixarem os seus pertences. O design das instalações que providenciam este serviço deve encaixar com o ambiente natural ou urbano.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este requisito não é aplicável porque, além deste não possuir caráter obrigatório, a praia em estudo neste trabalho não dispõe de armários e vestiários públicos para os usuários. O que existe, é a possibilidade da troca de roupas no banheiro público. A Norma define que, se os armários e vestiários públicos estiverem disponíveis, devem possuir os requisitos da tabela anterior e a não existência deste serviço não tem consequências na aquisição da certificação.

### 6.8.3 Infraestrutura Temporária

O segundo subgrupo de requisitos solicitados para infraestrutura é caracterizado como temporário, sendo estes, itens que não tem necessidade de estarem durante período integral em funcionamento.

#### Sombreiros

O operador da praia deve providenciar aos utilizadores, serviço de proteção solar, de acordo com a Tabela denominada Infraestrutura temporária.

Tabela 6-18 Infraestrutura temporária

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Sombra para proteger os utilizadores, (abordagens naturais são preferíveis). Ver anexo D da Norma.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as exigências técnicas da Norma, este ponto apresenta-se em **conformidade**. Existe na Praia da Areia Preta, duas opções de sombreamento: Gratuita- sob os quiosques/ Privada - aluguéis de sombreiros.

#### 6.8.3.1 Infraestrutura da Praia

Para Infraestrutura temporária da praia, a ISO 13009:15 recomenda que esta, deve estar bem integrada no ambiente natural e construída satisfazendo os critérios ambientais e estéticos adequados, sendo regularmente verificados para garantir a segurança de todos. O operador da praia deve verificar com frequência o seguinte:

Tabela 6-19 infraestrutura da praia

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
A limpeza dos equipamentos;	x	
condições de utilização e serviço dos equipamentos;	x	
efeitos ambientais de tintas e outros materiais utilizados na manutenção dos equipamentos e das infraestruturas;	x	
qualquer risco potencial associado com a deterioração e avaria dos equipamentos.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as exigências técnicas da Norma, o item apresentado na tabela acima, encontra-se **em conformidade**. Os pontos são assegurados pelo Decreto de Lei, 529/2011, que trata da normatização dos serviços prestados pelo uso dos módulos na orla marítima. Essa normatização instrui sobre uniformização, procedimentos, atendimento entre outros que os prestadores de serviços terceirizados devem seguir. Para averiguar se essas configurações de atendimentos mínimas estão sendo exercidas, é feito periodicamente auditorias sem aviso prévio.

#### 6.8.4 Acessibilidade da Praia

O terceiro e último subgrupo de requisitos para infraestrutura é caracterizado como acessibilidade da praia. Nesse ponto, a ISO 13009:15 instrui como os usuários (incluindo usuários com mobilidade limitada) podem ter acesso de forma prática e eficiente à praia.

##### Geral

O operador de praia deve planejar o acesso de qualquer veículo para a praia e desenvolver um método para garantir que os acessos são mantidos em condições adequadas para uso. Os resultados devem ser registrados e analisados de modo a aferir que medidas devem ser melhoradas futuramente. As recomendações, são:

Tabela 6-20 Acessibilidade geral

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) as praias devem ser feitas o mais acessível possível;	x	
b) se a praia for considerada pública, isto deve ser comunicado pelo operador de praia;	x	
c) o acesso deve ser gratuito, apesar de ser aceitável a aplicação de uma taxa;	x	
d) os acessos para a praia devem ser seguros, limpos, e mantidos assim em qualquer altura;	x	
e) o acesso de veículos na praia não é autorizado, exceto veículos de emergência, segurança e limpeza da praia.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. A Praia da Areia Preta é considerada acessível de acordo com a Lei Complementar 078/2015, que trata sobre a exigência da administração municipal sobre obras de adequação para garantir a estabilidade,

a permeabilidade, a acessibilidade, a segurança, a higiene e a salubridade das edificações em locais públicos do município. A praia também é considerada pública pois, de acordo com a Constituição Federal (Decreto de Lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946), todo e qualquer território pertencente à costa brasileira até 33 metros medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha pertencem à União e consequentemente é um bem público de acesso gratuito.

O acesso de veículos não é viável por não haver condições trafegáveis até a areia da praia, o que impossibilitaria o acesso de ambulâncias, viaturas, etc. Sendo esse o único item em desacordo com as solicitações da Norma, caracterizando o requisito como em não conformidade.

### Responsabilidades

Para garantir que o ponto apresentado acima esteja em pleno funcionamento integralmente, são apresentadas as responsabilidades a serem seguidas na tabela nomeada Responsabilidades sobre acessibilidade:

Tabela 6-21 Responsabilidades sobre acessibilidade

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
O operador de praia deve designar uma pessoa que (em adição a qualquer outra função) deve ter a tarefa de assegurar que os acessos à praia e todas as respectivas áreas são mantidas num nível de qualidade definido nesta Norma Internacional;		x
o operador de praia deve proceder a tarefas de supervisão para assegurar o estado regular das instalações e fazer relatórios com este registro.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Embora faça parte das obrigações do operador da praia, garantir que os acessos à praia e respectivas áreas sejam mantidas em um nível aceitável de conservação e limpeza, não existe um profissional responsável por tal e também não há um relatório de supervisão para assegurar a eficiência periódica de rever as condições de acessibilidade em nenhum documento oficial.

## Requisitos gerais sobre acessibilidade

Referente às condições gerais sobre acessibilidade, esse ponto apresenta o que deve ser garantido na praia, de acordo com o que é exigido pela Norma:

Tabela 6-22 requisitos gerais sobre acessibilidade

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
O acesso à praia deve ser facilitado por rampas, adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Se possível o acesso para a água deve ser facilitado;	x	
se a praia for acessível, o acesso à zona seca, a zona de banhos e a todas as instalações e equipamentos, devem estar adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. A informação sobre estas condições deve estar indicada no acesso à praia.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da norma, garantidos pela Lei nº 3.852 de 15 de agosto de 2013:

**“Art. 1º** Fica incluído no âmbito do Programa de Atenção à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, o Projeto “PRAIA PARA TODOS”, destinados a assegurar a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, às praias do Município.

**Art. 2º** O projeto “Praia para Todos” consistirá na disponibilização, pela municipalidade, por seus meios e recursos, ou mediante convênios, da infraestrutura, fixa ou temporária, e dos serviços necessários para garantir a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no percurso entre os passeios públicos e as áreas reservadas nas faixas de areia das praias para sua acomodação e permanência adequada, e dessas para a linha d’água, e vice-versa, para fins de lazer ou terapêuticos.

**Art. 3º** Será gratuita aos beneficiários a utilização da infraestrutura e serviços compreendidos pelo Projeto “Praia para Todos”. “

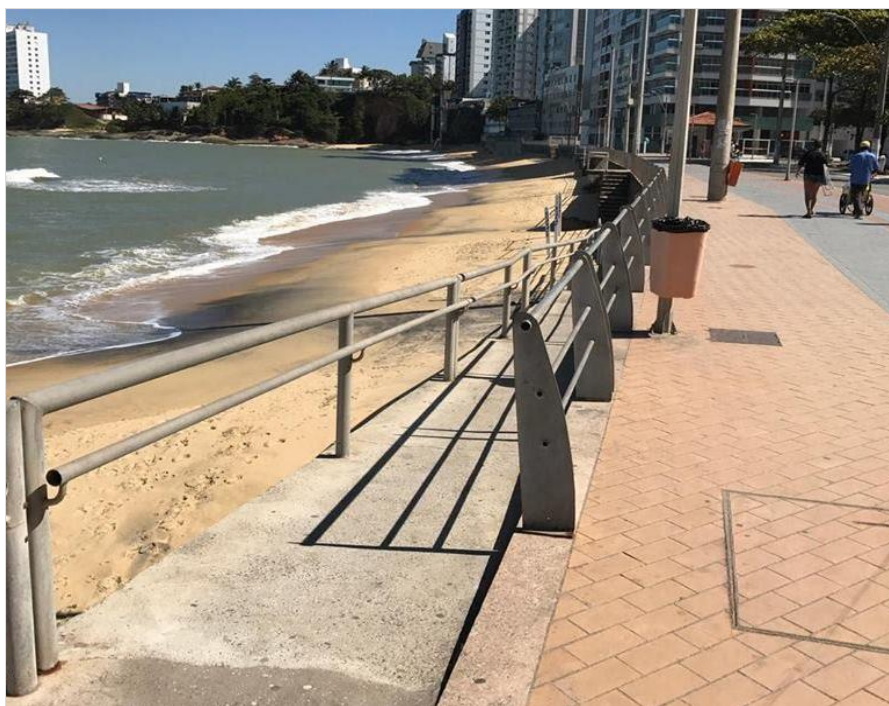
Fica ainda possibilitado o acesso à todos as outras instalações da praia, como banheiros e estacionamento, de acordo com constatado na visita técnica e registrado visualmente nas imagens 6-6 e 6-7 a seguir:

Figura 6-6 Placa banheiro para portadores de mobilidade reduzida



Fonte: Emília Felipe, 2017

Figura 6-7 Rampa de acesso a areia



Fonte: Emília Felipe, 2017



### 6.8.5 Estacionamento

Para as praias que possuem estacionamento, a ISO 13009:15 solicita:

Tabela 6-23 estacionamento

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
O estacionamento deve ser mantido em bom estado de operações. Se existirem algumas deficiências no funcionamento, estes devem ser reportados à pessoa responsável por gerir o parque de estacionamento;	x	
Os espaços de estacionamento devem ter espaços reservados para pessoas com mobilidade reduzida;	x	
Se for necessário pagar para estacionar, o preço deve ser indicado na entrada.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Decretado pela Lei 9.503/97 (CTB), Art. 24 Inciso X Lei Municipal nº 3.984/2015, é regulamentado o funcionamento de parquímetros em Guarapari. A Lei Municipal nº 3.773 de 04 de junho de 2014, também estabelece a ordenação de vagas em logradouros públicos de veículos automobilísticos, motocicletas, vagas para deficientes físicos e idosos, bem como bicicletários. As figuras 6-8, 6-9 e 6-10 permitem a visualização da situação atual dos estacionamentos na Praia da Areia Preta.

Figura 6-8 Vaga de estacionamento para portadores de mobilidade reduzida



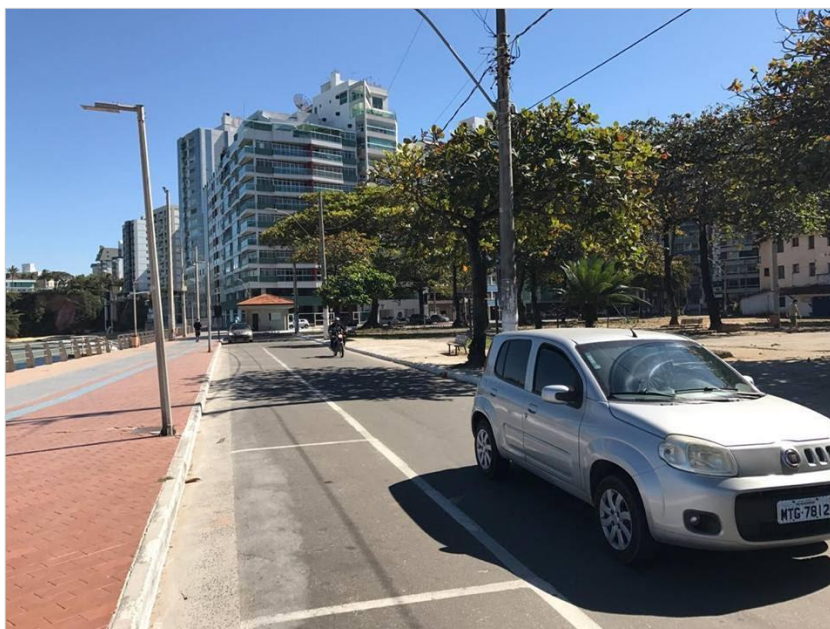
Fonte: Emília Felipe, 2017

Figura 6-9 Estacionamento na praia 1



Fonte: Emília Felipe, 2017

Figura 6-10 Estacionamento na praia 2



Fonte: Emília Felipe, 2017

### Restrição de acesso de veículos particulares

Referente aos veículos que não podem percorrer o ambiente público da praia, a ISO 13009:15 instrui que o operador deve alertar com avisos, e outras recomendações como:

Tabela 6-24 Restrição de acesso de veículos particulares

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Proibição do campismo, condução e despejo ilegal de lixo. Informação sobre estas restrições deve estar visível na praia;		x
acesso à praia apenas pode ser feito por veículos de segurança, limpeza e emergência. Em caso de necessidade de incumprimento, este terá que ser adequadamente justificado;		x
áreas de circulação e de parque devem estar claramente delimitadas e, sempre que necessário, a polícia pode controlar os acessos;	x	
no caso de não existirem barreiras físicas que impeçam os acessos dos veículos a zona banhar e existam problemas com acesso indevido de veículos, campismo selvagem, ou despejo de resíduos, devem ser tomadas medidas para impedir que continuem a ocorrer. A informação sobre estas infrações deve estar claramente visível;	x	
em casos especiais em que seja necessário o acesso de veículos à praia, deve existir um plano de gestão que minimize os impactos no ecossistema, bem como o risco para os banhistas. Estacionamento para veículos de emergência deve estar o mais próximo possível da praia. Em caso de necessidade, deve existir reforço de meios de limpeza e de serviços sanitários, para impedir uma quebra na qualidade do serviço.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Por apresentar risco à população, a fauna e a flora do ambiente marinho, o trânsito de veículos automotivos nas faixas de areia das praias brasileiras é proibido com base na Lei Federal 7.661 que instrui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e o decreto 5.300, que regulamenta a citada lei. Embora a lei exista e instrua sobre a circulação de veículos e outras possibilidades na areia da praia, as placas informativas não estão expostas, de forma que as informações sobre os limites não estão claros.

## 6.9 Prestação de Serviços

No terceiro e último grupo de requisitos para a gestão sustentável com finalidade turística para praias, a Norma Internacional trata sobre a prestação de serviços. Esse grupo está subdividido em três categorias: serviços de informação, serviços de segurança, limpeza da praia e remoção de lixo e por último, serviços comerciais

### 6.9.1 Serviços de Informações

#### Informações sobre os serviços oferecidos na praia

Para este item, é solicitado pela ISO 13009:15 que o responsável pela praia aponte um profissional que, além de outras funções, tenha o dever de garantir que os usuários sejam devidamente informados de todas as questões relativas à utilização segura e agradável da praia, sobre as infraestruturas existentes, o código de boas práticas, a segurança e os problemas ambientais, sanitários ou médicos. A tabela abaixo apresenta as exigências relacionadas a esse subitem.

Tabela 6-25 Informações sobre os serviços oferecidos na praia

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
A informação deve estar presente nos painéis informativos, informação turística, bandeiras ou outro meio de comunicação;	x	
o operador de praia deve comunicar a duração da época balnear aos utilizadores de praia, indicando claramente o período de maior atividade (ou seja, onde será expectável a máxima presença dos utilizadores);		x
operador de praia deve definir e informar os utilizadores de praia sobre os serviços mínimos oferecidos, durante e após a época balnear;		x
para todos os serviços, um horário deve ser estabelecido, assim como as condições de utilização e os acessos da praia para o utilizador, incluindo quaisquer tarifas aplicáveis;	x	
qualquer serviço na praia que seja necessário efetuar algum tipo de pagamento tem de estar disponível para consulta os preços e isto deve ser visível para todos os utilizadores;	x	
o operador de praia deve unificar o estilo e o design de todos os sinais;	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Tabela 6-26 Informações sobre os serviços oferecidos na praia

o operador de praia deve estabelecer os mecanismos necessários de modo assegurar que a informação fornecida aos utilizadores de praia é completa e revista periodicamente e que está disponível nas línguas mais vulgarmente utilizadas;		x
a pessoa responsável pela comunicação deve informar os operadores de praia quando novos serviços são providenciados na praia, assim como se os serviços que já existam passam por alguma modificação ou adaptação. Nos acessos principais da praia, identificado pelo operador de praia, deve existir um mapa indicando a localização das instalações existentes e os serviços que são oferecidos.		

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Embora existam muitos painéis informativos a respeito da balneabilidade, das restrições sobre animais na areia e sobre estacionamento, nem todas as informações solicitadas na tabela acima estão disponíveis na praia em estudo. Não há nada exposto sobre informações turísticas, informações da época balnear e serviços oferecidos. Embora exista um horário de funcionamento para as infraestruturas permanentes e temporárias, não há informações sobre o horário de funcionamento dos mesmos.

### 6.9.2 Informações Turísticas

Segundo o Observatório do Turismo: “posicionar o turismo nacional numa plataforma competitiva capaz de aproveitar as vantagens econômicas e sociais que o setor potencialmente pode gerar, implica necessariamente, que se dote o sistema do turismo, ao nível dos órgãos de decisão e das empresas que operam no setor, com informação rica e rigorosa sobre a sua evolução, dinâmicas e posição competitiva em relação a outros mercados” (Observatório do Turismo, 2003).

Relativamente a este item, a ISO 13009:15 solicita:

Tabela 6-27 Informações turísticas

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
A praia deve ter um posto de informação onde dê para visualizar informação de natureza turística sobre a área local e zonas envolventes que possam ter interesse para o utilizador da praia;		x
existência de publicidade para futuros eventos na praia.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as solicitações da Norma, este item apresenta-se em **não conformidade**. Guarapari por ser uma cidade essencialmente turística apresenta intenso movimento em muitas praias, e algumas com postos de informações, assessoradas pelo Projeto Facilitador, porém os postos de informações turísticas não estão presentes em todas as praias, como é o caso da Praia da Areia Preta.

### 6.9.3 Tarifas e Impostos

Para promover a melhoria constante da praia, em situações de eventos, a norma em estudo, sugere que deva se considerar a possibilidade de haver cobrança de uma taxa dos organizadores de eventos na praia.

Tabela 6-28 Tarifas e impostos

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Cobrança de taxa para eventos	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as solicitações da Norma, este item apresenta-se em **conformidade**. A publicação da Lei nº 13.240 dedicada a trâmites relacionados a imóveis e eventos nas áreas pertencentes à União, define pontos sobre a cobrança de laudêmio e taxas de ocupação.

### 6.9.4 Informações sobre o código de conduta

As informações sobre o código de conduta devem ser fornecidas nos principais acessos à praia para os usuários. Para comunicar estas informações, devem ser utilizados símbolos gráficos que podem ser entendidos pelos usuários independentemente da sua nacionalidade. O operador da praia deve desenvolver um código de conduta para os usuários, que deve incluir pelo menos os seguintes aspectos:

Tabela 6-29 Informações sobre código de conduta

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Deverá ser necessário fornecer informação acerca do código de boas práticas nos pontos de acesso principais da praia que inclua:		
presença de animais;	x	
nudismo;		x
deposição de lixo e contentores em sítios não autorizados (entulho);		x
campismo;		x
barcos de amarração;		x
veículos não autorizados;		x
uso de detergentes nos chuveiros exteriores;		x
outras atividades que possam perturbar o resto dos utilizadores;		x
áreas ambientais sensíveis;		x
zoneamento das atividades.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

O presente requisito da Norma encontra-se em **não conformidade**. Não há um documento oficial que receba a titulação de código de boas práticas, por este motivo, o item recebe classificação negativa. Ressalvando que, ainda que não exista o documento oficial, também não há presença de placas instrutivas relacionadas com as solicitações acima, o único item que recebe classificação positiva, dá-se pela existência de placas alertando sobre a impossibilidade de animais na praia.

#### 6.9.5 Informações sobre segurança balnear

Para garantir a segurança dos utilizadores da praia, é necessário informar sobre os riscos através de placas. Essas placas informativas devem estar expostas nos principais pontos de acesso da praia com inclusão de informações sobre serviços de salvamento e recomendações para a saúde dos utentes. A lista de requisitos que as placas devem conter, encontra-se na tabela 6-29:

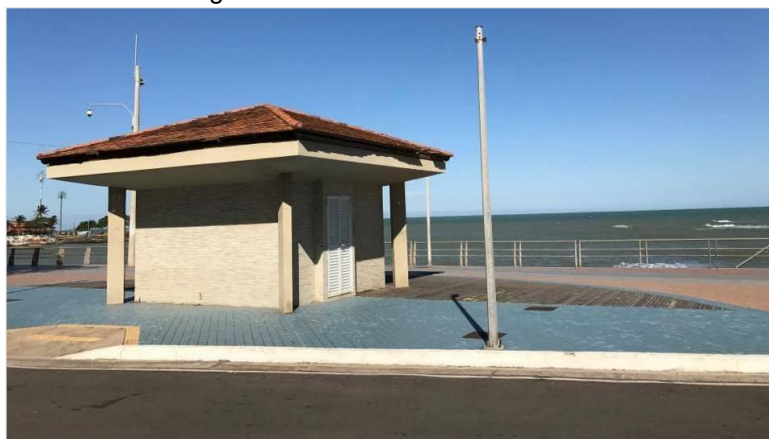
Tabela 6-30 Informações sobre segurança balnear

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
mapa ou plano de praia;		x
limites da monitorização da zona balnear;		x
bandeiras e o seu significado;		x
localização dos serviços de segurança, observação e salvamento;		x
modos de contato com os serviços de emergência;		x
datas sazonais e horário dos serviços de segurança balnear;		x
localização dos serviços de primeiros socorros e telefone de emergência;		x
operador de praia deve informar os utilizadores da praia se qualquer parte desta está fora de uso, ou com uso restrito.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Infelizmente, o item acima encontra-se em **não conformidade** com as solicitações da ISO 13009:2015. É de extrema importância citar que, ainda que os itens solicitados acima estejam todos em funcionamento, isto é, existe um posto de salvamento, com funcionários instruídos e com materiais em excelente estado de uso, não há informações sobre o serviço. A figura 6-11 mostra o posto de salvamento, que não recebe nenhum tipo de indicação do que se trata e, o local parece com um dos outros quiosques existentes na praia.

Figura 6-11 Posto de salvamento balnear



Fonte: Emília Felipe, 2017



### 6.9.6 Informações sanitárias e ambientais

Nesse ponto, a ISO 13009:15 instrui sobre informações sanitárias e ambientais aos usuários das praias. As recomendações se dão por:

Tabela 6-31 Informações sanitárias e ambientais

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) Resultados das análises das amostras de água, no âmbito da avaliação da qualidade da água nas zonas balneares;	x	
b) os possíveis riscos sanitários que possam existir na praia e o meio de como os prevenir;		x
c) as áreas ambientais sensíveis que existem na praia e nas zonas arredores.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **não conformidade**. Conforme resolução CONAMA 274/2000, onde estão definidos os critérios para águas balneares no Brasil, a Secretaria Municipal de Meio ambiente, através de placas indicativas, como mostra a figura 6-12. A Secretaria de Meio Ambiente está responsável pelas informações de avaliação da qualidade balnear, porém de acordo com as instruções da Norma, existe a necessidade de se expor sobre os possíveis riscos sanitários e como os prevenir, o que não existe.

Figura 6-12 Placa alerta de balneabilidade



Fonte: Emília Felipe, 2017

## 6.10 Serviços de segurança

### 6.10.1 Informações gerais

As informações contidas neste item, dizem a respeito da segurança do usuário, embora muitos dos princípios gerais de segurança descritos também são importantes para segurança dos funcionários. A responsabilidade do operador da praia, segundo a Norma em estudo, é minimizar os riscos de ferimentos ou afogamentos para todos. Devem ser desenvolvidos planos de segurança que considerem as seguintes medidas corretivas:

Tabela 6-32 Serviços de segurança

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Informação e educação;		x
Acessos interditos e/ou avisos;		x
Aquisição de capacidades de sobrevivência e salvamento;	x	
o operador de praia deve realizar uma avaliação de risco à zona balnear antes de implementar qualquer tipo de serviços de segurança da praia. Esta avaliação de risco deve realçar as medidas de controle apropriadas de segurança para a zona balnear, da qual o operador de praia é responsável.	x	
As medidas de controle identificadas na avaliação de risco devem estar divididas nas seguintes categorias:		
ações de educação comunitária;		x
sinalização e Zoneamento;		x
nadadores-salvadores, bandeiras de segurança balnear, e serviços de primeiros socorros;	x	
equipamentos de salvamento público;	x	
evacuação e encerramento da praia;	x	
o operador de praia tem de estabelecer um procedimento que dê resposta e que coordene pessoas perdidas. Anexo E da norma (disponível no final deste trabalho)		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Embora a Prefeitura Municipal de Guarapari, através da Lei nº 3.543 de 2013, celebre o convênio com o Estado do Espírito Santo por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, para prestar o serviço de salvamento marítimo nos balneários do município, sobretudo na Praia da Areia Preta, as informações sobre esse serviço não estão claras (expostas) para os utilizadores da praia. Na imagem 6-13 é possível visualizar um agente de salvamento profissional em atuação.

Figura 6-13 Serviço de salvamento marítimo



Fonte: Emília Felipe, 2017

### 6.10.2 Responsabilidades

Referentes à lista de responsabilidades, na tabela abaixo são apresentadas a lista de exigências da ISO 13009:

Tabela 6-33 Responsabilidade de segurança

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
O operador de praia deve designar uma pessoa que tem a responsabilidade de assegurar que a qualidade dos serviços relacionados com a segurança balnear, segundos os requisitos presentes nesta Norma, são monitorizados e revistos;	x	
a pessoa responsável pela tarefa anterior deve ser também responsável pela comunicação e articulação entre as entidades responsáveis pelos serviços de segurança e socorro das zonas balneares e o operador de praia.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Há um profissional especialmente designado para assegurar a qualidade da equipe de segurança balnear. Este serviço é executado por um gestor capacitado que cuida da equipe de salva vidas na Praia da Areia Preta. Qualquer inconformidade no serviço deve ser alertada à Secretaria de Saúde, que é responsável pela contratação de agentes instruídos pelo Corpo Bombeiros Militares do Estado do Espírito Santo – CMMES, conforme Artigo 88, inciso IV da LOM e pela função da segurança balnear da praia.

### 6.10.3 Requerimentos Gerais

Na tabela a seguir, encontram-se apresentados os itens requisitados em relação aos serviços de segurança da praia, procedimentos de emergência e comunicação entre o operador da praia e entidades responsáveis:

Tabela 6-34 Requerimentos gerais de segurança

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
os serviços de segurança balnear devem ser fornecidos consoante o período e localização definidos na avaliação de risco;	x	
informação tem de estar disponível para o utilizador relativamente à localização e período de funcionamento dos serviços de segurança;		x
o pessoal relativo aos serviços de segurança da praia devem apresentar-se com uniforme e serem facilmente identificáveis;	x	
devem haver procedimentos para situações de emergência, e os recursos, processos e planos de ação têm de ser estabelecidos e documentados;	x	
necessário realizar-se simulação anual para testar o plano de emergência;	x	
operador de praia, em conjunto com as autoridades apropriadas, facilita a comunicação entre entidades envolvidas na segurança da praia, assim como dentro do pessoal.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Conforme citado anteriormente, ainda que a Praia da Areia Preta possua os dispositivos necessários para assegurar a segurança balnear para os utilizadores da praia, as informações sobre o serviço estão em falta, podendo confundir negativamente, dando a impressão de não haver um posto de segurança. Sobre a simulação anual para testar o plano de emergência, conforme encontrado nos manuais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Espírito Santo, é informado que, uma vez por ano, os agentes de salvamento passam por uma reciclagem para que todos os procedimentos sejam testados e, novos agentes sejam contratados e os agentes antigos que não se qualificarem na reciclagem, podem perder o cargo.

#### 6.10.4 Planejamento e monitorização de riscos

Nesse ponto, a ISO 13009:15, orienta sobre a obrigatoriedade de possuir o que é apresentado na tabela 6-34, aprovado pela autoridade apropriada:

Tabela 6-35 Planejamento e monitorização de riscos

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Um plano operacional durante a época balnear;	x	
um plano de segurança para as operações gerais fora do que estiver definido como época balnear.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. A Lei Municipal nº 3.497 de 05 de dezembro de 2012, dispõe sobre a autorização para contratação de pessoal qualificado no âmbito da SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na operacionalização do órgão encarregado pelo serviço de salvamento marítimo do Município, para atender período de alta temporada. Anualmente, é feito a contratação de novos agentes para os períodos de alta temporada das praias do Município, sendo a Praia da Areia Preta, também beneficiada com as contratações. Para períodos fora de alta temporada, a Lei Estadual nº 8.810 de 2008, trata sobre a obrigatoriedade de agentes salva-vidas nos clubes recreativos, associações desportivas, poliesportivos e todos os lugares que possuam piscinas, lagos, rios e praias de uso público. Ficam esses lugares obrigados a terem no mínimo um agente responsável com devidos treinamentos, pelo salvamento público.

#### 6.10.5 Medidas de controle

A Tabela a seguir, nomeada Medidas de Controle de Riscos, apresenta as exigências técnicas da Norma ISO 13009:15 para medidas de controle.

Tabela 6-36 Medidas de controle de riscos

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
As medidas de controle devem ser identificadas através da avaliação de riscos da praia. É importante rever e monitorar estas medidas sempre que for necessário.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **não conformidade**. Não há existência de um documento oficial onde conste um plano de controle para os riscos da praia.

### 6.10.6 Sinalização, bandeiras e zoneamento

#### Sinalização

Segundo a Norma Internacional estudada neste trabalho, a sinalização desempenha um papel importante no programa geral de educação que visa reduzir o número e a gravidade dos incidentes no meio aquático. Os sistemas de sinalização fornecem importantes alertas ao público e esses são caracterizados em três tipos de mensagens:

Tabela 6-37 Sinalização

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Mensagens que indiquem que certas atividades são proibidas ou é obrigatório seguir as indicações expostas;	x	
mensagens que avisam os utilizadores da presença de perigo, ou uma situação que potencialmente possa causar dano, ou a existência de qualquer ambiente perigoso;	x	
mensagens que indiquem direção ou fornecem informação geral, ou alguma localização.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **conformidade**. A Praia da Areia Preta possui um conjunto de informações que atendem às necessidades solicitadas neste tópico específico, através de placas. Desde sinalizações sobre possibilidade ou não de balneabilidade, estacionamento, proibição de animais na areia e outros, os banhistas podem se orientar pelas instruções básicas.

#### Bandeiras

Relativamente às bandeiras a instrução contida no documento é:

Tabela 6-38 Bandeiras

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Devem ser utilizadas Bandeiras de segurança na praia onde os nadadores salvadores operam.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **não conformidade**. Não existem bandeiras informativas sobre a presença de nadadores salva vidas.

### Zoneamento

A norma ISO 13009:2015 recomenda a marcação específica para garantir que os utilizadores da praia possam desfrutar do seu tempo sem ameaçar a sua segurança, garantindo a coexistência entre os utilizadores em praias onde existem banhistas e embarcações (e outros usuários) e onde podem surgir conflitos potencialmente perigosos.

Posto isto, encontra-se representada, na Tabela nomeada Zoneamento, a Lista de Verificação referente ao zoneamento.

Tabela 6-39 Zoneamento

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Deve existir um zoneamento específico através da utilização de boias para assegurar que os utilizadores de praia possam desfrutar sem que haja qualquer perigo que possa comprometer a sua segurança;		x
o zoneamento existente deve ter, no mínimo, 100 metros de largura e vai pelo menos, 50 metros para dentro do mar;		x
se existir, deve haver uma área identificada como entrada e saída de barcos;		x
essa área tem de se encontrar delimitada por boias.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **não conformidade**. Na praia em estudo, não há um zoneamento específico através de boias para informar aos frequentadores os limites da zona para banho.

### 6.10.7 Salva vidas e Primeiros Socorros

#### Salva Vidas

O serviço de nadadores salva vidas deve ser provido de pessoal com o devido treino e recursos de resgate suficientes como identificado através da avaliação de risco. A equipe deve garantir um tempo de resposta imediata do momento em que o incidente é reportado ao resgate em menos de 4 minutos (ISO, 2015). Os seguintes serviços devem ser providos, no mínimo:



Tabela 6-40 Salva vidas

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Os salva vidas precisam ser devidamente treinados e com recursos de salvamento suficientes e devem ser oferecidos obrigatoriamente os seguintes serviços:	x	
a) assistência e salvamento de pessoas;	x	
b) devem ser feitas abordagens proativas de modo assegurar a segurança dos utilizadores de modo a prevenir situações de riscos;	x	
c) cumprimento das medidas de segurança;	x	
d) monitorização e resolução de problemas relativos aos diferentes tipos de utilizadores;		x
e) monitorização e cumprimentos das leis locais e posterior comunicação às autoridades responsáveis;	x	
f) impedir atividades que coloquem em perigo os banhistas (de acordo com o zoneamento de atividades);	x	
O pessoal mínimo presente na praia tem de ser:		
- coordenador de serviços (pode ser partilhado com outras praias ou responsabilidades);	x	
- nadadores-salvadores, de acordo com a avaliação de risco.	x	
No local, o equipamento mínimo tem de ser:		
g) bandeiras		x
h) equipamento/material de primeiros socorros;	x	
i) equipamentos de comunicação;	x	
j) equipamentos de salvamento;	x	
k) torres de vigia localizados à distância identificada na avaliação de risco;		x
l) número suficiente de barcos de salvamento;		x
todo o pessoal que faça parte da equipe de salvamento e de primeiros socorros deve possuir as qualificações mínimas para cada posto. Estas qualificações devem ser definidas de acordo com as atividades desenvolvidas e devem estar disponíveis para consulta do operador de praia;	x	
toda a atividade diária tem de ser registrada e documentada, de modo a aferir sobre o desenvolvimento dos serviços.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **não conformidade**. Existe uma equipe ativa diariamente de três salva vidas na Praia da Areia Preta, instruída sob a Lei 4887/16, a terem suas atribuições consistidas em praticar salvamento em ambientes aquáticos, nos casos de emergência, desenvolver trabalhos preventivos e de educação à comunidade com o fim de orientar sobre possíveis riscos de afogamentos e acidentes aquáticos, vistoriar o local de sua circunscrição profissional, notificando o administrador do respectivo estabelecimento para esclarecimentos e providências sobre irregularidades constatadas, incluindo eventuais descumprimentos às Normas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, relativas à Segurança e Higiene de piscinas e lagos e praias públicas. Embora o serviço esteja ativo com o pessoal provido com treinamento devido e recursos de resgate suficientes, nem todos os itens solicitados acima estão de acordo com as exigências da Norma ISO 13009.

### Primeiros Socorros

Nesse ponto, a Norma ISO 13009:15 recomenda sobre como devem ser estabelecidos os postos de primeiros socorros, que precisam garantir que os utilizadores recebam a devida atenção médica (primeiros socorros, atenção ou cuidados de enfermagem), conforme necessário.

Tabela 6-41 Primeiros socorros

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Ter postos de socorro para garantir uma atenção médica adequada, consoante a época do ano, tipo de praia e grau de perigo;		x
ter postos de primeiro-socorros com pessoal qualificado e, de acordo com a avaliação de risco, pessoal adequado para garantir atenção médica aos utilizadores;		x
ter posto médico com registo estatístico da sua atividade.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. Não há presença de postos médicos na Praia da Areia Preta.

#### 6.10.8 Equipamento de salvamento público e comunicação de emergência

A Norma prevê que devem ser utilizados equipamentos de resgate público nas áreas costeiras, sendo os mesmos adequados às características e condições do litoral e da água. O equipamento deve ser fácil uso. Também deve ser considerada a provisão de comunicações de emergência (por exemplo, telefones e pontos de chamada), especialmente em locais com pouca cobertura de telefone móvel ou em locais isolados onde a ajuda pode não estar próxima. Para as praias onde o equipamento público de resgate foi identificado como um meio de controle adequado, o seguinte equipamento deve ser considerado:

Tabela 6-42 Equipamentos de salvamento público e comunicação de emergência

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) Em praias de prateleiras rasas, médias e profundas: anel salva vidas com 46 cm a 61 cm;	x	
b) Na área da praia com água em movimento rápido (entrada do rio): linha de lançamento com bóia flutuante;	-	-
d) Em penhascos e áreas rochosas: um anel de vida de 46 cm a 61 cm;	-	-
e) Em áreas artificiais (paredes portuárias, pilares): anel de vida de 61 cm a 91 cm.	-	-
O equipamento de resgate público deve ser:		
- claramente posicionado e em cores de vermelho ou laranja com altura ideal para acesso;	x	
: - localizado em intervalos determinados pela avaliação de risco;	x	
- inspecionado regularmente ao longo do ano, com as inspeções registradas e substituído, quando necessário.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. A Norma solicita equipamentos de resgate público adequados para as características do litoral e da água e de fácil reconhecimento, com as inspeções em dia. A instrução de escolha para compra desses equipamentos é feita pelo Estado do Espírito Santo para o Corpo de Bombeiros e a compra realizada pela Prefeitura Municipal de Guarapari, através da Secretaria Municipal de Saúde.

### 6.10.9 Evacuação e fechamento da Praia

Como parte dos planos de segurança da praia, a ISO 13009:15 recomenda que deve haver procedimentos para evacuação da praia e encerramento, se necessário. As seguintes circunstâncias podem resultar na necessidade de evacuar ou fechar a praia:

Tabela 6-43 Evacuação e fechamento da praia

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) poluição ou contaminação;	x	
b) condições perigosas (ex: marés, ventos, ondas)	x	
c) vida marinha perigosa (ex: tubarões, crocodilos)	x	
d) tsunami ou desastres naturais;	x	
e) desordem pública ou agitação civil.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas feitas pela Norma. Em caso de situação de emergência de qualquer natureza, a Polícia Militar Municipal e o Corpo de Bombeiros são solicitados no local e imediatamente é realizada a evacuação ou fechamento da praia. Para cada situação de periculosidade descrita acima, existem procedimentos diferenciados que os profissionais responsáveis irão utilizar de acordo com os treinamentos recebidos.

## 6.11 Limpeza da Praia e remoção do lixo

### 6.11.1 Informações Gerais

Para este ponto, a ISO 13009:15 recomenda que deve ser nomeado uma pessoa que (além de outras funções) tenha o dever de organizar, supervisionar e garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos no documento para os processos de limpeza e remoção seletiva de resíduos, garantindo que os usuários estejam devidamente informados de todas as questões relacionadas ao uso seguro e agradável da praia e suas instalações.

Tabela 6-44 Limpeza da praia e remoção do lixo

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
a) um plano de limpeza, com registro atualizado das inspeções.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da Norma. O plano existente instrui que diariamente é realizada a limpeza da Praia da Areia Preta pela CODEG. Segundo decreto de lei 5300/2004, que trata o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a coleta de lixo e de esgoto sanitário da rede pública na área praia, deve ter solução autônoma (gestor da praia) para análise do órgão ambiental, compatível com as características físicas e ambientais da área. A CODEG (Companhia de Melhoramento e Desenvolvimento urbano de Guarapari) é responsável por executar a coleta de resíduos urbanos diariamente (que inclui a coleta de resíduos e limpeza da orla, sendo areia e calçadão beneficiados) conforme citado no Artigo 286 da Lei Orgânica Municipal, onde informa que a limpeza pública, de coleta e disposição adequada de lixo domiciliar, industrial e hospitalar é de responsabilidade administrativa do Município.

O plano de limpeza é aplicado de maneira diária. Os funcionários responsáveis pela limpeza da areia da praia o fazem manualmente, coletando os dejetos dispersados pelos utentes de maneira indevida. Já no calçadão a limpeza é realizada com auxílio de vassouras e enxadas.

#### 6.11.2 Requisitos de planejamento

Fica recomendado neste, que o operador da praia deve desenvolver um plano detalhado que inclua os seguintes itens:

Tabela 6-45 Requisitos de planejamento para limpeza da praia

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
a) Recursos humanos e equipamentos disponíveis;	x	
b) frequência e tempos dos serviços;	x	
c) rotinas de limpeza;	x	
d) rotina para recolha de resíduos naturais;	x	
e) plano de ação de recolha para resíduos perigosos;	x	
Durante a época balnear, a execução do plano de limpeza nas áreas secas e molhadas da praia, tem de envolver as seguintes atividades:		
f) recolher os resíduos nestas duas áreas;	x	
g) realocação da areia se necessário;	x	
h) remoção dos resíduos da água;	x	
i) remoção apropriada de algas sem provocar impactos na dinâmica do ecossistema marinho.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

De acordo com as recomendações da Norma, este item encontra-se em **conformidade**.

A Lei nº 3738 de 21014 trata do o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, destinada a disciplinar as atividades de manejo dos resíduos sólidos sob responsabilidade dos seus respectivos geradores, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal Nº 11.445/2007 e na Lei Federal Nº 12.305/2010, e suas regulamentações, e na Lei Estadual Nº 9.264/2009. O PMGIRS abrange, dentre outros, os seguintes serviços e atividades:

- execução da coleta seletiva de resíduos recicláveis, secos e úmidos;
- cogestão das centrais Intermunicipais, de valorização de resíduos e de compostagem limpa;
- cogestão das unidades de classificação de recicláveis;
- coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos;
- todas ações e atividades pertinentes aos serviços de manejo de resíduos sólidos.

#### **6.11.3 Limpeza das instalações e equipamentos**

A ISO 13009:15 sugere neste tópico, que exista um plano de limpeza das instalações e equipamentos na praia, que deva definir os tipos de substâncias detergentes ou produtos químicos a serem utilizados para manterem limpos:

Tabela 6-46 Limpeza das instalações e equipamentos

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
- banheiros e trocadores;	x	
- chuveiros e lavagem dos pés;	x	
- contentores de resíduos e lixeiras;	x	
- acessos para areia e água;	x	
- segurança nas infraestruturas direcionadas aos clientes;	x	
- outros equipamentos e instalações;	x	
no caso de eventos especiais e outras situações invulgares, o plano de limpeza deve incluir as atividades que garantam a realização dos níveis exigidos de limpeza das instalações e equipamentos;	x	
A frequência mínima e o horário para a prestação do serviço para instalações e equipamentos limpos devem ser os seguintes:		
a) banheiros e trocadores: pelo menos três vezes durante o dia e no final do serviço, e sempre que a situação assim o exigir para garantir um Estado adequado de limpeza;	x	
b) chuveiros e lava pés: pelo menos uma vez por dia, de preferência fora do horário para o uso do serviço, e tantas vezes quanto for necessário para garantir um estado de limpeza adequado;	x	
c) acesso à areia e à água: pelo menos uma vez por dia, de preferência fora do horário de uso do serviço e tantas vezes quanto for necessário para assegurar um estado de limpeza adequado;	x	
d) segurança nas infraestruturas direcionadas aos clientes: pelo menos uma vez por dia, de preferência fora do horário para o uso do serviço e tantas vezes quanto for necessário para assegurar um estado de limpeza adequado;	x	
e) outras instalações e equipamentos na praia: pelo menos uma vez por dia, de preferência fora do horário para o uso do serviço e tantas vezes quanto for necessário para assegurar um estado de limpeza adequado. É necessário manter um registro das atividades de limpeza realizadas.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da norma.

A CODEG, responsável pela coleta de resíduos urbanos de Guarapari, é responsável também pela varrição pública e pela limpeza urbana, incluindo a Praia da Areia Preta em seu roteiro cotidiano de higiene pública. A CODEG é também responsável pelo recolhimento de resíduos nas areias da praia e por manter a limpeza adequada da estrutura da praia. A higienização do banheiro, é realizada pela Associação dos Quiosqueiros do Município de Guarapari que é incumbida da responsabilidade de administração e limpeza do pequeno edifício, que responde de forma positiva a todas exigências sanitárias solicitadas pela Prefeitura.

#### **6.11.4 Eliminação do lixo, recolha e reciclagem**

Para o plano seletivo de coleta de lixo, o operador da praia deve incluir atividades que assegurem a obtenção dos níveis de limpeza necessários, tais como:

Tabela 6-47 Eliminação do lixo, recolha e reciclagem

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
Os contentores para recolha de resíduos devem estar localizados na areia. Se os recipientes seletivos não estiverem localizados na superfície da areia, devem, pelo menos, estar disponíveis nos acessos principais à praia, conforme determinado pelo operador da praia.		x
O operador da praia deve ter um plano para a recolha seletiva dos resíduos gerados na superfície seca da praia, que deve incluir pelo menos o seguinte:		
a) número de contentores necessários para a recolha dos seguintes grupos de resíduos: - embalagem; - papel e cartão; - material orgânico; - vidro;		x
b) distribuição dos recipientes ou caixas na praia;	x	
c) as rotinas para esvaziar os recipientes ou caixas;	x	
d) os recursos humanos e materiais necessários;	x	
e) os gerentes ou depósitos autorizados para o lixo coletado.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009



Este item apresenta-se em **não conformidade** de acordo com as exigências técnicas da norma. Não existem contentores para coleta seletiva de resíduos na Praia da Areia Preta. O que se encontra no local, são lixeiras de uso comum. A imagem 6-14 documenta o registro das lixeiras de uso diversificado para todos tipos de resíduos encontrados no local.

6-14 - Lixeira



Fonte: Emília Felipe, 2017

## 6.12 Serviços Comerciais

### 6.12.1 Informações gerais

O operador da praia deve certificar-se de que os serviços de lazer estão em boas condições de operação, limpos e bem conservados. Se forem detectadas quaisquer deficiências, as ações corretivas necessárias devem ser tomadas para assegurar que elas funcionem adequadamente. Os requisitos da Norma Internacional são indicados para praias que possuem:

- a) Estabelecimentos restauração (venda de comida e bebidas);
- b) Espreguiçadeiras/cadeiras/aluguel de chapéus-de-sol;
- c) Prática de atividades de lazer;
- d) Prática de atividades desportivas;
- e) Vendedores ambulantes.

Os requisitos, são:

Tabela 6-48 Serviços comerciais

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Plano de revisão da qualidade dos serviços de lazer;	x	
nas praias onde os vendedores ambulantes são legalmente autorizados a negociar, o operador da praia deve regular sua atividade e levar em consideração a capacidade de carga da praia;	x	
para as atividades de lazer na praia para as quais o pagamento é exigido, os preços para o uso do serviço devem ser claramente visíveis;	x	
todas as instalações e equipamentos de lazer na praia devem ser incluídas no plano geral de limpeza e manutenção, garantindo que eles estejam sempre limpos e mantidos com um alto padrão;	x	
os serviços de lazer devem ser marcados nos principais pontos de acesso à praia e ao próprio mapa da praia, juntamente com o horário de funcionamento;	x	
os fornecedores envolvidos na prestação dos serviços, devem ser uniformizados e facilmente identificados e ciente das regras de funcionamento da praia.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item apresenta-se em **conformidade** de acordo com as exigências técnicas da norma. São encontradas na Lei Orgânica do Município, todas orientações normativas que os vendedores ambulantes de alimentos e fornecedores de estrutura móvel, como cadeiras e sombreros, são obrigados a respeitar. As Leis 1.746, de 1998, LEI Nº 2.359, de 2003, LEI Nº 3.631, de 2013, são alguns exemplos onde estão especificadas as obediências às condições mínimas de higiene impostas pelo órgão competente do Executivo.

### 6.12.2 Serviços de alimentação – comida e bebidas

A lista representativa de verificação dos requisitos da Norma relativamente aos serviços de comida e bebidas disponíveis nas concessões de praia, segundo a norma internacional, encontra-se na tabela a seguir:

Tabela 6-49 Serviços de alimentação

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Os vendedores de alimentos e bebidas devem manter altos padrões de higiene e, quando localmente permitidos, devem seguir a orientação da OMS e dos órgãos reguladores locais.	x	

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **conformidade** com as exigências técnicas da norma em estudo. A Lei nº 3.631 de 09 de outubro de 2013, orienta sobre as exigências de higienização para comercialização de alimentos e bebidas, em logradouros públicos.

### 6.12.3 Cadeiras e guarda-sol

A Lista de Verificação da aplicação da Norma ISO 13009 sobre os serviços de cadeiras e guarda sol, são:

Tabela 6-50 Cadeiras e guarda sol

Requisitos da Norma ISO 13009	Conformidade	Não Conformidade
Os fornecedores de serviços de espreguiçadeiras e guarda-sóis devem possuir pessoal uniformizado que seja facilmente identificado;		x
os profissionais devem ser informado das regras de cortesia para a atenção do cliente;	x	
os preços dos serviços e dos horários devem ser exibidos para os usuários.		x

Fonte: Adaptação ISO 13009

Este item encontra-se em **não conformidade** com as exigências técnicas da norma ISO 13009. Ainda que o decreto de Lei Federal nº 2,041 de 27 de fevereiro de 1940 regule o exercício do comércio ambulante em logradouros públicos. Esta Lei orienta desde vestuário adequado, a critério da autoridade municipal até condições de higiene, boa apresentação, entre outros. Porém, ainda que estas exigências estejam amparadas legalmente e possam receber o status de em conformidade, em

visita técnica de coleta de informações à Praia da Areia Preta, observou-se que nem todos os vendedores ambulantes seguem a legislação, faltando algumas vezes com o uso do uniforme, faltando com a informações de preços, etc. Na imagem 6-15 pode ser visto parte do comércio ambulante local em funcionamento.

6-15 - Cadeiras de praia



Fonte: Emília Felipe, 2017

#### **6.12.4 Esportes e atividades de lazer**

O último requisito orientado pela ISO 13009:15, refere-se às atividades de lazer e/ou esportivas que sejam proporcionadas pela concessão, apresentadas respectivamente na tabela 6-50:

Tabela 6-51 Esportes e atividades de lazer

<b>Requisitos da Norma ISO 13009</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Não Conformidade</b>
Se a praia tiver áreas direcionadas a crianças e para atividades desportivas, estas áreas têm de ser claramente marcadas;	-	
os utilizadores da praia têm de ser informados do horário de funcionamento, o preço (se aplicável) e as regras de utilização;	-	
o operador de praia deve planejar as atividades esportivas e de lazer anualmente e deve comunicar esse plano aos utilizadores;	-	
durante o desenvolvimento das atividades, devem existir mecanismos de comunicação para coordenar as questões de segurança;	-	
o operador de praia deve designar uma pessoa responsável pela manutenção dos materiais e das instalações necessárias para fornecer os serviços, e uma pessoa responsável para organizar estas atividades;	-	
as pessoas envolvidas nestas atividades devem ter formação adequada para o trabalho e tem estar claramente identificável pelos utilizadores;	-	
o operador de praia tem de estabelecer os necessários mecanismos para prevenir que as atividades desportivas e de lazer não disturbe o resto dos utilizadores da praia, especialmente derivado de um excesso de ruído.	-	

Fonte: Adaptação ISO 13009

O último item solicitado pela Norma não é aplicável por não possuir caráter obrigatório. Mesmo sendo a existência de áreas destinadas às atividades esportivas não obrigatórias, como caráter de informação sobre o local, vale ressaltar que na Praia da Areia Preta, não existem as áreas citadas acima.



## 7 Considerações finais e desenvolvimentos futuros

No último capítulo deste trabalho, foi possível averiguar a quantidade de requisitos que receberam classificação positiva, isso é, que estão em conformidade, e a quantidade de requisitos que receberam classificação negativa, que não estão em conformidade, de acordo com as solicitações da ISO 13009:15. Percentualmente, os resultados de itens em conformidade, ficam apresentados na figura 6-16 abaixo:

7-1 - Resultados Finais



Fonte: Emília Felipe, 2017

Como resultado geral, percentualmente a possibilidade de aplicação da ISO 13009 na Praia da Areia Preta é de 33%.

Sendo os requisitos desta Norma não difíceis para obtê-los por se tratarem de exigências mínimas em segurança, higiene, infraestrutura (que não possuem valores estratosféricos financeiros e níveis altos de dificuldades para instalação), a aplicação da ISO 13009:15 na Praia da Areia Preta é praticável, porém, para que o desenvolvimento deste destino turístico se torne sustentável e atraente internacionalmente através dos benefícios que esta Norma Internacional pode alavancar, é exigido

não apenas a busca da aplicação da ISO em questão, é exigido também estruturas de governança eficientes, planejamento e manutenção constante das respectivas estruturas das atrações turísticas.

Como relatado no capítulo anterior, para cada requisito que a Norma solicita, existem na legislação brasileira sobreposição de poderes federais, municipais e estaduais. Tornar a Praia da Areia Preta um atrativo turístico sustentável é importante, mas exige o envolvimento de muitos atores e a gestão de colaboração entre todos os agentes envolvidos, sendo fundamental que estruturas de governança atuem de forma eficiente para contribuírem na administração de espaços públicos, no caso, praias.

Além da debilitada administração parceirada, o poder público, dispõe de tempo e orçamento limitados para criação e desenvolvimento de planos, cujo horizonte de planejamento é de no máximo 4 anos até a realização de novas eleições, onde é efetuada a troca dos administradores públicos e iniciada uma nova jornada com características diferenciadas. Os problemas enfrentados pelo turismo, nesse contexto administrativo público, podem se tornar profundos e complexos e não podem, portanto, serem superados com a implantação de novos projetos de expansão turística, tornando a Praia da Areia Preta, um local atualmente despreparado para receber uma contribuição sustentável para sua valorização turística através da aplicação da ISO 13009:15.

É necessário criar apropriadas estruturas de governança. Estruturas que venham a regular as ações dos agentes públicos e não governamentais envolvidos com toda a cadeia produtiva do setor na cidade. Essas estruturas, como constatado, não são de fácil desenvolvimento. Ao contrário, são arranjos institucionais bastante complexos e para os quais existem padrões exemplares a serem seguidos, como o caso apresentado em Gandía, na Espanha.

A aplicação da ISO 1300/15 na província de Valência, foi possível graças ao seu modelo de gestão pública, onde cada província possui autonomia administrativa integral. A constituição Espanhola de 1978, estabeleceu um modelo de organização territorial descentralizado, com uma capital (Madri) e um sistema de Cidades e Comunidades Autônomas, que tem um Parlamento e um Governo autônomo, com uma série de competências que variam de umas comunidades para outras. Essa forma própria de administração pública, permite que as diversidades de escolhas políticas sociais e culturais que cada província escolhe adotar, favoreça cada território de acordo com suas necessidades (Secretaria General Ibero-americana, 2017). Assim, de uma maneira geral, se o Estado Brasileiro não tem recursos financeiros e administrativos para prover e manter diretamente os todos os bens públicos, é preciso criar arranjos institucionais que viabilizem o desenvolvimento e exploração dos mesmos. Nesse caso, se Guarapari dispusesse de maior controle administrativo de seu território, não precisando responder às sobreposições de competências administrativas, possivelmente se tornaria mais fácil aderir à certificação em suas praias.



Por outro lado, o poder público federal não precisa ficar na mão de prefeituras, isso é, não necessariamente a prefeitura não responderia ao poder federal, este por sua vez sendo a autoridade máxima teria seu papel fiscalizador garantido, porém a forma de governança municipal é comprovadamente mais bem sucedida por conseguir encaixar as legislações dentro de suas realidades comerciais e atender com mais rapidez a problemas locais, sendo estes simples ou complexos, que, devido a legislação com sobreposição de poderes, se tornam burocráticos e demasiadamente vagarosos. Resumidamente, a governança municipal possuiria instrumentos e processos de maior sucesso.

De maneira simplificada e geral, a aplicação da ISO 13009:15 para a Praia da Areia Preta não é inviável. O resultado de possibilidade de aplicação em menos 40% de conformidade com a Norma não significa que esta deva ser taxada como de difícil aplicabilidade e, devido a isso, ser descartada. Fato é que seus requisitos são simples e, por vezes, tratam-se de estruturas e regras básicas que a Praia da Areia Preta, se tratando de um dos pontos turísticos mais visitados do estado, deveria atender. Deve-se atentar para este fato, tratando-se de um ponto turístico de alta visibilidade pode-se considerar que a falta de estruturas e procedimentos básicos determinem uma falha na gestão da mesma e não um nível alto de dificuldade da aplicação da ISO 13009 que poderia ter tido seus requisitos alcançados de maneira mais simples se a praia tivesse obtido um gerenciamento competente. Assim, a burocracia administrativa pública, nesse sentido, e outras estruturas de governança, portanto, terão de ser repensadas e desenvolvidas.

Para contribuições futuras aos tomadores de decisões da praia, aos profissionais de áreas afins e a possíveis estudos futuros envolvendo a Praia da Areia Preta ou a possibilidade de aplicação da ISO 13009 em qualquer outra praia brasileira, é de grande valia ressaltar que as não conformidades de cada item analisado neste trabalho, possuem aspectos similares e divergentes com outras praias, variando de acordo com a singularidade de cada região, porém é claramente observado que possuem, em sua maioria, um fator comum, uma falha de gestão que gravita em torno da inépcia governamental e sua burocracia (sobreposição de leis municipais, estaduais e federais), de acordo com as palavras do prefeito atual em vigor entrevistado, Edson Figueiredo Magalhães . De modo que ao concluir este trabalho o objetivo seria pautar as não conformidades e suas possíveis ferramentas legislativas para transformá-las em conformidades. Contudo, ao decorrer do processo, observou-se que a complexidade burocrática em torno das sobreposições de leis impossibilita a aplicação de ferramentas simples que poderiam oferecer soluções legais para a Praia da Areia Preta e todas as outras do município de Guarapari, tanto quanto outros municípios brasileiros, pois o enredamento torna o processo extremamente lento e dispendioso uma vez que o resultado depende da ação, e aval dos três poderes administrativos.



## 8 Referências Bibliográficas

ALBERTON, A. Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras. 2003. 285 f. Tese – Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALBERTON, A; COSTA Jr. N. C. A. da Meio Ambiente e Desempenho Econômico-Financeiro: Benefícios dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) e o Impacto da ISO 14001 nas Empresas Brasileiras. RAC Eletrônica, vol. 1, n. 2, 2007.

AMADOR, Enio da Silva. O Barreiras pleistocênico no Estado do Espírito Santo e seu relacionamento com depósitos de minerais pesados. .In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 32, 1982, Salvador, Anais... Salvador: Sociedade Brasileira de Geologia, 1982, v. 4, p. 1462 – 1473.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Disponível em: <<http://www.abnt.org.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2017

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – QUERCUS. Disponível em: <<http://www.quercus.pt/>>. Acesso em: 11 jun. 2017 BRAGA, Tânia Moreira; MELQUIADES, Tânia Mara. Desenvolvimento Via Turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 12, p. 25, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940. Regula o exercício do comércio ambulante. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40762>>. Acesso em: 06 set. 2017.

BUENO, Beatriz. Guarapari: muito mais que um sonho lindo. Brasília: Thesaurus, 2012. 222p.

CAMBRILS, J.C.. (2005): Gandia, destinació turística mediterrània. CEIC Alfons el Vell, Ajuntament de Gandia, 178 p.

CAMBRILS, J.C. , NÁCHER, J. (2005): Reposicionamiento en destinos maduros. El caso de Gandía. Estudios Turísticos, n.º 166 (2005), pp. 115-131. Secretaría General de Turismo.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. Revista Formação. v. 1, p. 48 – 59, 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/861/885>>. Acesso em: 09 mai. 2017.

CARRASCO, Natalia Ruiz. Estrategia de marca destino turístico basada en sus activos tangibles e intangibles: Caso de estudio Tijuana (México) y Gandía (España). 73 f. Monografia (Graduação) – Escola Politécnica de Gandia. Universidade Politécnica de Valencia. 2014.

CARVALHO, Sônia Naha. Planejamento urbano e democracia: a experiência de Santos. Tese de Doutorado. Campinas, Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1999.

CARVALHO, Sônia Naha de. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol.15. n. 4 São Paulo Oct./Dec. 2001,

CERTIF – Certificação de serviços. Disponível em: <<http://www.certif.pt/cservicos.asp>>. Acesso em: 05 abril. 2017.

CHRISTMANN, Petra. Effectsof "bestpractices" ofenvironmental management oncostadvantage: The role ofcomplementaryassets. Academyof Management Journal,v. 43, n. 4, p. 663, Aug 2000

CHRISTMANN, Petra. Effectsof "bestpractices" ofenvironmental management oncostadvantage: The role ofcomplementaryassets. Academyof Management Journal,v. 43, n. 4, p. 663, Aug 2000

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=299>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI – ES. Legislação online. Disponível em: <<http://legislacaocompilada.com.br/guarapari/consulta.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2017

CRUZ, R. C. Políticas de Turismo e Território, São Paulo: Contexto, 2000. P. 167.

DUHAMEL, Philippe; VIOLIER, Phillipe. Tourisme et littoral: un enjeu du monde. Belin: Paris, 2009.

FONSECA, Maria Aparecida Fontes da. Espaço, políticas de turismo e competitividade. Natal: EDUFRN, 2015

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Marcio Farina. Economia do turismo: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2017

GUARAPARI. Lei Complementar nº \_\_\_\_ que institui o Plano Diretor do Município de Guarapari (PDM) (Minuta Final). Dispõe sobre a política de desenvolvimento e ordenamento territorial, institui o Plano Diretor do Município de Guarapari – PDM e dá outras providências. Guarapari, 2015a. Disponível em: 199 . Acesso em 11 de abril de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 jun. 2017

LANGENBERGER, Daria; ANDION, Carolina. O desafio do desenvolvimento durável em países industrializados e emergentes: uma análise comparada da responsabilidade ambiental na Alemanha e no Brasil. Alcance - UNIVALI- V. 11, n.3, p. 377 - 401 Set. / Dez. 2004.

LOPES, Aglisson; BOURGUIGNON, Natália. A Guerra de Guarapari: Uma história sobre praias tropicais, bombas atômicas, riquezas e exploração no litoral brasileiro. A Gazeta. Guarapari, 15 ago. 2015. Disponível em: <<http://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

MAIA, Maria Ester Franklin. Variação Espaço-Temporal da distribuição dos minerais pesados na praia da Areia Preta, Guarapari - ES.60 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Oceanografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

MARIANIO, Andréia Ribeiro et al. Inventário Turístico de Guarapari. FIPAG. Faculdades Integradas Padre Anchieta, Curso de Turismo, 2000.

MELLO, A. da Silva. Guarapari: maravilha da natureza. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1971. 232 p. Coleção Emilio Garrastazu Medici.

MELQUIADES, T. M. de S. BRAGA, T. M. Desenvolvimento via turismo: Um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. Salvador, Bahia. 2005.

MMA (2010) - Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil. 148p., Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, Brasília DF, Brasil. ISBN: 978- 8577381425. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/205\\_publicacao/205\\_publicacao03022011100749.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/205_publicacao/205_publicacao03022011100749.pdf)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

MOURA, J. C.; eatal. Monitoração geoquímica: gama-radiometria das areias monazíticas da Praia da Areia Preta, Guarapari – ES. In: Congresso Brasileiro de Geoquímica, 6, 1997, Salvador, Anais... v. 1, p. 285 – 288.

MORANDI, L.; E. J. REIS. Estoque de capital fixo no Brasil, 1950-2002. In: Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, João Pessoa, PB, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A042>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Nascimento, D.R., Jr. 2004. Dinâmica e sedimentação da praia da Areia Preta (Guarapari – ES). Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ). Trabalho de Graduação em Geologia (inéd.), 109 p.

OBIOL Menero, E. M; MARTÍNEZ, Adrián Ferrandis. GANDIA Y SUS PRÁCTICAS DE RENOVACIÓN TURÍSTICA. 23 f. Seminário Internacional - Universidad de Valencia. Instituto Interuniversitario de Desarrollo Local. 2011.

OBIOL Menero, E.M.(2000): “Los productos turísticos del litoral: Gandia”, La Actividad Turística Española en 1999. Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo - Aecit-. Fitur. pp.456-460. Madrid.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. TourismAnd The Millennium DevelopmentGoals: sustainable, competitive, responsible. Disponível em: <[http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/csrezine\\_finalversion\\_june\\_2010\\_low\\_resolution.pdf](http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/pdf/csrezine_finalversion_june_2010_low_resolution.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA PADRONIZAÇÃO – ISO. Disponível em: <<http://www.iso.org/home.html>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

OVERSTREET, William C. The geologic Occurrence of Monazite, Departamento the Interior. Washington D.C. USA, 1967. Disponível em: <<https://pubs.usgs.gov/pp/0530/report.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI. Disponível em: <<http://www.guarapari.es.gov.br/portal/>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL (2002) - Código civil. Publicada no Diário Oficial da União de 11 de Janeiro de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm). Acesso em: 03 abr. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE (PNUMA). 1987, Bruxelas. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

PROGRAMA BANDEIRA AZUL. Disponível em: <<http://www.bandeiraazul.org.br/sobre>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ROSA, Mário Fabrício Fleury. A física atômica no Brasil: da questão das areias monazíticas à CPI de 1956. 2013. 180 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROBLES, B., 1998. Infrastructure investment and growth: some empirical evidence. *Contemporary Economic Policy* 16, 98 – 109.

ROTEIRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS – RINTUR. Disponível em: <[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros\\_brasil/acao\\_municipal\\_para\\_a\\_regionalizacao\\_do\\_turismo.pdf](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SANTOS, C. R. (Org.). Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Textos Escolhidos. Curitiba: UNILIVRE, 2003.

SANTOS, Leticia Fonseca. Diagnóstico da qualidade da água das praias mais frequentadas de Guarapari e Vila Velha/ES através da avaliação microbiológica. 2015. 89 f. Monografia (Graduação) - Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Vitória, ES. 2015. Disponível em: <[http://www.catolica-es.edu.br/fotos/files/TCC\\_2015-1\\_Leticia.pdf](http://www.catolica-es.edu.br/fotos/files/TCC_2015-1_Leticia.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SASIDHARAN, V.; SIRAKAYA, E.; KERSTETTER, D. Developing countries and tourism ecolabels. *Tourism Management*, v. 23, p. 161–174, Apr. 2002.

SENADO FEDERAL (1988) - Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Certificação - diferencial competitivo para empresas de turismo de aventura. Oportunidades e negócios. SEBRAE, out. 2012. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/f10da2ad5bda831a3b396780c60842a1/\\$File/4164.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/f10da2ad5bda831a3b396780c60842a1/$File/4164.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

SILVA, C.P. da; Vaz, B. da (2012). A Definição da Capacidade de Carga de Praias como Instrumento para a Gestão e Ordenamento de Áreas Turísticas Litorais: O caso de Portugal. *Anais do I Congresso Iberoamericano de Gestión Integrada de Áreas Litorales*, pp. 398–406. ISBN: 978- 8469518236.

SILVA, J. A. S. Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em Cluster. 2004, 480f. Tese (Doutorado em Geografia.) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo.

RIBEIRO, M. A. Ecologizar: pensando o ambiente humano. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 1998

TOP 10 MAIS – Os 10 primeiros colocados de cada item online. Disponível em:

<<https://top10mais.org/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

VIEIRA, Valter Salino; MENEZES, Ricardo Gallart (orgs.). Geologia e Recursos Minerais do Estado do Espírito Santo: texto explicativo do mapa geológico e de recursos minerais. Belo Horizonte: CPRM, 2015.

WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL – WTTC. Disponível em: <<https://www.wttc.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WWF – Brasil. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

### **Anexos:**

Anexo 1 : Anexos C e E da Norma ISO 13009:2015.

Anexo 2: Entrevista com Felipe Tasca Gomes, Gerente Secretaria de Turismo.

Anexo 3: Relatório de Levantamento de fluxo turístico em Guarapari.



## **Anexo 1:**

### **Anexo C da Norma ISO 13009:2015 – Lista para os requisitos mínimos necessários para os serviços e infraestruturas**

#### **Infraestruturas**

- 1) Os edifícios e infraestruturas temporárias das praias devem estar integradas com o ambiental natural e urbano onde se inserem, e devem satisfazer os critérios ambientais e estéticos;
- 2) Os serviços sanitários devem incluir no mínimo o seguinte: a) sanitas; b) Lava-pés e chuveiros; c) Deve haver um número suficiente de instalações sanitárias para cobrir a procura dos utilizadores de acordo com a capacidade de carga da praia; d) As águas residuais provenientes das instalações sanitárias devem ser encaminhadas para a rede de esgotos e não devem ser escoadas para a área de banhos;
- 3) Deve existir um número suficiente de postos de primeiros socorros para garantir que os utilizadores da praia recebam a atenção médica adequada;
- 4) Os pontos de acesso devem ser claramente demarcados e os caminhos de acesso à praia devem ser feitos de forma segura;
- 5) Deve existir alguma forma de sombra na praia;
- 6) Os contentores do lixo devem estar localizados no areal;
- 7) Todas as instalações, equipamentos e acessos devem ser mantidos em boas condições para uso, limpos e bem conservados.

#### **Serviços**

##### **Geral**

- 1) Todo o pessoal que esteja responsável pelos serviços sanitários, de segurança balnear, de lazer e de manutenção, e que estão em contato com os utilizadores da praia devem: a) Estar devidamente qualificados para tal; b) Ter recursos materiais suficiente para executar as atividades corretamente; c) Ter uniforme e serem facilmente identificados; d) Ser informados das regras de cortesia;
- 2) As informações fornecidas para o utilizador da praia devem estar sobre o formato de um mapa e outro tipo de conteúdo, nos principais pontos de acesso à praia. A informação deve ser completa, atualizada periodicamente e disponível na língua local e pelo menos uma língua estrangeira, incluindo, pelo menos, o seguinte (de acordo com as operações da praia e o plano organizacional): a) localização dos pontos de acesso (incluindo aqueles para pessoas com necessidade especiais); b) localização dos diferentes serviços fornecidos, as instalações sanitárias e os usos da área balnear; c) Informação sobre o operador de praia local (duração da época balnear, horário dos serviços da praia, serviços oferecidos durante e após a época balnear, etc.); d) Legislação e interdições que possam afetar os utilizadores da praia; e) Código de conduta da praia; f) Informação sobre a segurança balnear; g) Os resultados dos indicadores utilizados para avaliar os riscos de saúde e segurança; h)

Os resultados dos indicadores utilizados para as questões ambientais (e.g. a qualidade da água balnear);

3) Deve ser estabelecido um sistema de indicadores que forneça informações relevantes sobre a evolução da praia, impactes ambientais, a saúde e conforto dos utilizadores da praia e do nível de qualidade dos serviços fornecidos;

4) Deve haver um sistema para responder às reclamações e sugestões apresentadas pelos utilizadores, como também as instruções para a sua resolução e identificação da pessoa responsável.

### **Serviços de Lazer**

1) A praia deve ter alguma forma de sombreamento;

2) Deve haver os mecanismos necessários para garantir que as atividades de lazer não disturbam os restantes utilizadores da praia;

3) Os fornecedores de comida e bebida devem manter elevados padrões de higiene.

### **Serviço de Segurança Balnear**

1. As respetivas medidas de segurança devem ser providenciadas aos utilizadores da praia, de acordo com a avaliação de risco desenvolvida por um coordenador de serviços de segurança, nadadores-salvadores e pessoal médico qualificado para prestar auxílio em cada posto de primeiros-socorros;

2. O operador de praia deve atualizar anualmente a identificação de riscos diretos e indiretos para a saúde pública através de um procedimento documentado, e estabelecer um plano de emergência para as situações de emergência;

3. O salvamento deve garantir um tempo de resposta imediato;

4. A utilização das bandeiras de segurança balnear deve ser usada onde os nadadores salvadores estejam em operação;

5. Os equipamentos de salvamento público devem ser apropriados para as características e condições do litoral;

6. Deve existir um procedimento que de resposta e coordene a perda de pessoas nas praias; 7. Deve haver um registo diário das atividades desenvolvidas no âmbito dos serviços de segurança balnear;

### **Serviços de Limpeza e de Manutenção**

1. A remoção de resíduos da água e a recolha de resíduos da areia, a limpeza de todas as instalações e equipamentos na praia e as atividades para garantir a realização dos níveis de limpeza após eventos especiais e outras situações incomuns, deve estar de acordo com a limpeza e plano de recolha seletiva;

2. A limpeza e manutenção das instalações e equipamentos deve incluir os serviços sanitários, caixas e contentores de lixo, acessos à areia e água, segurança e as infraestruturas direcionadas para os

utilizadores da praia e outras instalações de equipamentos e de lazer, de forma que garanta que estejam em boas condições de funcionamento e que estejam sempre limpos e bem conservados;

3. Existência de um mecanismo de comunicação eficiente que assegure que quaisquer anomalias detectadas pelos usuários da praia ou qualquer outra pessoa envolvida na prestação dos serviços leve que haja a implementação de um processo de reparação ou substituição do elemento identificado;

4. O serviço de manutenção deve incluir atividades preventivas e corretivas, de acordo com o plano de manutenção e limpeza, garantindo que sempre que se realize ações de manutenção, estas sejam indicadas e anunciadas aos utilizadores da praia de modo a oferecer usos alternativos durante os períodos de elevada atividade;

5. Deve haver um registo das inspeções efetuadas aos serviços de limpeza e recolha de lixo.

## **Anexo E da Norma ISO 13009:2015 - Procedimento para as pessoas perdidas e achadas Geral**

É provável que os nadadores-salvadores e outros funcionários das praias terão de lidar com incidentes de pessoas perdidas e achadas. Um incidente de uma pessoa perdida ocorre quando:

a. Um membro da família, amigos ou guardião aproxime-se do nadador-salvador ou outro funcionário da praia relatando que uma pessoa desaparecida;

b. Uma pessoa é identificada como estando em falta, como resultado de algum incidente aquático;

Uma pessoa é declarada como encontrada quando:

c. O nadador-salvador ou outro funcionário da praia é abordado por um utilizador que tenha perdido o local ou grupo onde se encontrava; d. O nadador-salvador ou outro funcionário da praia depara-se com alguém que parece angustiado e/ou perdido; e. Um utilizador da praia encontra uma criança/pessoa e entrega-os ao nadador-salvador ou outro funcionário da praia.

### **Procedimento:**

Os nadadores-salvadores devem contactar as entidades externas apropriadas imediatamente após as seguintes situações:

a. Se há a preocupação de que a pessoa perdida foi vista pela última vez dentro ou perto da água;

b. Se a pessoa perdida tem necessidades especiais;

c. Se houver suspeita ou evidências de que possa haver atividade criminosa envolvida;

d. Se houver qualquer circunstância que sugere que as pessoas podem estar em risco imediato;

Enquanto existe um elevado grau de ansiedade na procura de crianças desaparecidas, os incidentes que envolvem crianças nas praias onde os resultados foram adversos são extremamente baixos. A pesquisa demonstra que a maioria das crianças caminha numa única direção. Em termos gerais, a área de busca deve ser expandida por 1000 m em cada sentida para cada 15 minutos que a criança

está em falta. No entanto, as crianças são normalmente encontradas em prazos relativamente curtos se houve uma notificação precoce.

As pessoas desaparecidas no ambiente costeiro são relatadas para as autoridades externas apropriadas. Essas autoridades podem solicitar as seguintes informações:

1. Detalhes do nadador-salvador;
2. Nome da pessoa desaparecida, morada, número de telefone, matrícula do veículo (se for necessário);
3. Data, hora e local visto pela última vez;
4. Descrição da pessoa desaparecida;
5. Intenções da pessoa desaparecida;
6. Condições meteorológicas;
7. Conhecimento do ambiente costeiro por parte da pessoa desaparecida;
8. Ações já tomadas (caso a polícia já tenha sido informada);
9. Outras informações relevantes com base nos dados fornecidos;

Os nadadores-salvadores devem estar cientes que os procedimentos de emergência para estas situações podem ser aplicados também para crianças desaparecidas.

#### **Medidas preventivas:**

Muitos operadores de praia conceberam e implementaram esquemas de crianças desaparecidas com sucesso que ajudaram a reduzir a hipótese de que uma criança se possa perder ou para ajudar a acelerar a localização de uma criança. Estes esquemas incluem:

- a. Pulseira que fornecem informações (e.g. um número de telefone no caso da criança se perder);
- b. Características únicas em determinados pontos ao longo da praia (e.g. pictogramas sob o formato de desenhos animados para ajudar a informar as crianças sobre qual parte da praia devem ficar no caso de estarem perdidas);
- c. Pontos claros de reunião (e.g. torres de vigia dos nadadores-salvadores);

Devem ser estruturados métodos que informem os utilizadores da praia sobre os aspetos de segurança relacionados com a praia. A realização de campanhas de educação pública antes da época balnear é um método valioso para educar e sensibilizar o utilizador da praia sobre os perigos presente nas praias.

Alguns métodos pelos quais isto pode ser alcançado são:

1. Postos de informação localizados nas entradas das praias;
2. Publicações turísticas;
3. Campanhas de segurança;
4. Informação impresso no mapa de praia (e.g. explicando o significado das bandeiras);
5. Anúncios em jornais ou boletins.

É importante compreender e identificar os tipos de utilizadores que a praia atrai e direccionar as campanhas de educação pública para tal. Tais considerações incluem idade, sexo, etnia, línguas faladas, moradores e turistas e atividade que possam ser realizadas nas praias.

## Anexo 2:

### Entrevista Felipe Tasca Gomes, Gerente Secretaria de Turismo

E-mail – Emília Felipe – Outlook

<https://outlook.live.com/mail/#/AQMKADAwATZiZmYAZC05NmUwLTkxMjktMDACLTAwCgAuAAADRQTcundAoUCnDPmTISPFIQEAkXFBOKFAK... ½>

Re: Perguntas  
FELIPE TASCA GOMES <felipetasca@yahoo.com.br>  
Seg. 07/08/2017, 12:29  
Para: Emília Felipe <emiliafelippe@hotmail.com>;  
Bom Dia  
Tranquilo, segue as respostas abaixo:  
Abraço  
Felipe Gomes

---

De: Emília Felipe <emiliafelippe@hotmail.com>  
Para: FELIPE TASCA GOMES <felipetasca@yahoo.com.br>  
Enviadas: Sexta-feira, 4 de agosto de 2017 20:54  
Assunto: Perguntas

Boa tarde Felipe, novamente obrigada pela atenção. Minhas perguntas são todas destinadas a Praia da Areia Preta. Parece um monte de perguntas, mas a resposta vai ser sempre só SIM ou NÃO.

1). Existe algum plano de regulamentação formal de construção e controle de desenvolvimento da praia (tipo no que diz respeito à construção adequada de instalações da praia)?  
NÃO TENHO CONHECIMENTO. NÃO SEI SE O PDM PREVE ISSO.

2). Existe um código de boas práticas (mapa de acesso, conservação, etc.)  
NÃO TENHO CONHECIMENTO

3). Existe algum procedimento documentado para identificar riscos diretos ou indiretos para a saúde relacionados às atividades, serviços, instalações e recursos da praia?  
SIM - TESTE DE BALNEABILIDADE REALIZADO PELA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

4). Existe algum plano de emergência? (para se/quando ocorra um acidente ou situação de emergência)  
ACREDITO QUE SIM, SECRETARIA DE SAÚDE ATRAVÉS DOS GUARDAS VIDAS

5). Existe um plano organizacional e de operações? (tipo, definição das épocas balneares, identificação pontos de acesso à praia, capacidade de carga da praia).  
ACREDITO QUE SÓ O ESTUDO DE BALNEABILIDADE

6). Existe algum relatório de atividades de manutenção de equipamentos (tipo a limpeza do calçadão, saber se o calçadão está em bom estado, etc).  
ACREDITO QUE NÃO - DEMANDA GERADA POR SOLICITAÇÃO DA COMUNIDADE

7). Existe algum um plano de manutenção e de monitorização (a frequência e as rotinas de manutenção, processos de verificação das operações feitas, características das situações Ambientais da praia)?  
SIM - ANALISE DE BALNEABILIDADE

8). Existe algum funcionário que seja responsável por informar sobre os serviços oferecidos aos utilizadores e quando estes não estão disponíveis, ou responda a queixas, sugestões e Consultas

dos utilizadores e outros grupos de interesse, ou que informe as autoridades competentes e aos utilizadores as possíveis situações de emergência?  
NÃO

9). Existe alguma lista de informações turísticas sobre a praia para o usuário?  
SIM - FOLHETERIA

10). Existe algum conjunto de indicadores que ofereçam informações relevantes sobre a evolução da praia, os impactes ambientais, a saúde e conforto dos utilizadores, e a qualidade dos Serviços oferecido na praia?  
NÃO

11). Existe um posto de informações turísticas com algum profissional capacitado para informar sobre qualquer solicitação á respeito da praia?  
NÃO NA PRAIA DA AREIA PRETA. EXISTE NA PRAIA DO MORRO QUE INDICA TODAS AS PRAIAS DE GUARAPARI

12) É cobrado algum valor, em caso de evento na praia, da entidade que está "alugando" o espaço?  
SIM, DEPENDENDO DA SOLICITAÇÃO E O ENQUADRAMENTO NA LEI DE EVENTOS 074/2014 / 089/2016; TEM TAMBÉM COBRANÇA DE TAXA PELO SPU

13). Existe algum código de conduta, com informações sobre a possibilidade de animais na praia, nudismo, campismo, barcos, área ambiental, veículos não autorizados, etc.? Tipo placas onde mostrem isso)  
SOMENTE PLACAS INDICATIVAS FALANDO SOBRE A PROIBIÇÃO DE ANIMAIS NA PRAIA

14). Existe um plano de segurança contra riscos? Isso é, sei que existem os salva vidas, mas além deles, existe algum plano de emergência elaborado pela prefeitura? E caso exista um Plano de controle de riscos na praia, quem seria o responsável?  
ACREDITO QUE SIM, MAS TERIA QUE VERIFICAR JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE

15). Em caso de digamos que um navio de óleo naufrague próximo a praia, quem é o responsável por providenciar os cuidados necessários?  
ACREDITO QUE SEJA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E COMPANHIAS ESTADUAIS

16). É permitido vendedor ambulante? Quem regulariza? Eles precisam de uniforme?  
É PERMITIDO SIM. A PREFEITURA QUE REGULARIZA. A PREFEITURA TENTA PADRONIZAR ANUALMENTE MAS TEM DIFICULDADE DE QUE ELES USEM OS UNIFORMES ELENCADOS NO EDITAL DE LICENCIAMENTO.

Felipe, perdão por tantas perguntas e novamente, MUITO OBRIGADA!

09/12/2017 Email – Emília Felipe – Outlook

Faço questão de citar você nos agradecimentos do meu trabalho!

Att,

TRANQUILO, FOI UM PRAZER

Emília Felipe

<https://outlook.live.com/mail/#/AQMkADAwATZiZmYAZC05NmUwLTkxMjktMDACLTAwCgAuAAADRQTcundAoUCnDPmTISPFIQEAkXFBOKFAK...> 2/2



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



**Anexo 3:**

**RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO DE FLUXO TURÍSTICO**  
**PROJETO CENTROS DE ATENDIMENTO TURÍSTICO**  
**FERIADO DA SEMANA SANTA/CONECADES 2010**







## 1. RESULTADOS ALCANÇADOS:

A partir dos dados obtidos através das pesquisas promovidas no Centro de Atendimento Turístico, temos os seguintes indicadores:

### 1.1 LEVANTAMENTO DOS ÔNIBUS E VEÍCULOS DE TURISMO:

Tabela 1 – Distribuição de Veículos por ano:

<b>Unidade</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Rodovia Jones dos Santos Neves	207	154

Comparando-se os dados acima, observa-se que em 2010 houve um decréscimo de 74% do número de ônibus em relação ao ano de 2010.

<b>Veículo</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Ônibus	174	147
Similares	33	7
Não informado	0	0
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>207</b>	<b>154</b>

Tabela 2 – Meios de Transporte:



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



Tabela 3 – Meios de Hospedagem:

<b>Equipamento</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Hotel	10	4
Pousada	5	3
Casa / Apartamento	151	135
SESC	36	12
Outros	5	0
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>207</b>	<b>154</b>

Tabela 4 – Origem dos Veículos de Turismo e Similares por Estado:

<b>Unidade Federada</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Distrito Federal	4	0
Espírito Santo	2	0
Goiás	1	0
Mato Grosso	2	2
Minas Gerais	181	145
Paraná	1	0
Rio de Janeiro	3	1
Santa Catarina	1	0
São Paulo	3	0
Outros estados	9	6
<b>TOTALIZAÇÃO</b>	<b>207</b>	<b>154</b>



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



Tabela 5 – Número de passageiros.

<b>Nº</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Turistas e visitantes	8.877	6.700

Tabela 6 – Porque veio a Guarapari?

<b>Segmento</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Sol e praia	174	142
Relegioso	1	0
Congresso	32	12
Outros	0	0
Não informado	0	0
Totalização	207	154

Tabela 7 – Data de Chegada:

<b>Data</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
01 de Abril	79
02 de Abril	75
Não informado	0
Totalização	154



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



Tabela 8 – Período de permanência:

<b>Município</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>
1 dia	0
2 dias	75
3 dias	79
4 dias	0
Não informaram	0
Totalização	154

Tabela 9 – Organizador da viagem.

<b>Município</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2009</b>	<b>Semana Santa/CONECADES Quantitativo 2010</b>
Agência de Viagem	11	5
Pessoa Física	196	149
Não informado	0	0
Totalização	207	154



# MUNICÍPIO DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO



## 3. ANEXOS:

### 3.1 ANEXO 1 - LEI Nº 2.794/2007 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

#### Anexo 1

#### LEI Nº 2.794/2007

**DISPÕE SOBRE MECANISMOS DE CONTROLE E REGULAMENTAÇÃO DA CIRCULAÇÃO E DO ESTACIONAMENTO DOS VEÍCULOS DE TURISMO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, INSTITUI O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO DE TURISMO – SIVT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, consoante ao estabelecido o Art. 88, Inciso IV da **LOM** – Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Guarapari **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte **L E I** :

**Art. 1º** - Fica regulamentada a circulação e o estacionamento dos veículos de turismo na zona urbana do município de Guarapari que serão caracterizados por identificação nos termos desta Lei.

**§ 1º** - Entende-se por veículos de turismo toda e qualquer espécie de meio de transporte como ônibus de excursão, ônibus executivo destinado a eventos temporários, moto-homes, trailers, vans, micro-ônibus e similares, que transportam de forma eventual ou permanente, turistas e visitantes no âmbito da zona urbana do município de Guarapari.

**§ 2º** - Excetuam-se dessas regulamentações os automóveis de passeio e ônibus de linhas regulares municipais, intermunicipais, interestaduais que se deslocam para outros destinos turísticos do Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** - Fica proibido o estacionamento de veículos de turismo nas vias públicas, praças e outros locais não delimitados pelo Poder Executivo do Município de Guarapari, cujo descumprimento ensejará sanções previstas na Legislação em vigor.

**§ 1º** - Ficam excluídas da proibição no “**caput**” deste artigo, as paradas para embarques e desembarques de passageiros nas vias urbanas do entorno dos meios de hospedagens regulares, desde que não excedam ao período de 30m (trinta) minutos.



# MUNICÍPIO DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO



**§ 2º** - Após expirado o prazo estabelecido no Parágrafo anterior, os Veículos de Turismo e Similares serão encaminhados a um dos estacionamentos regulamentados pela Prefeitura Municipal de Guarapari.

**Art. 3º** - Para a identificação prevista no Art. 1º desta Lei, fica instituído o Selo de Identificação do Veículo de Turismo - **SIVT**, devendo ser fixado nos veículos de turismo e similares com as seguintes características:

**I** - O Selo de Identificação do Veículo de Turismo - **SIVT** será emitido pela **SECTUR** Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, objetivando a contagem do fluxo de veículos de turismo e similares que se dirigem ao Município de Guarapari, cabendo a Gerência competente da Secretaria promover as modificações necessárias no mesmo.

**II** - Quando o Veículo de Turismo dirigir-se para um meio de hospedagem que disponha de estacionamento, o Selo a ser fixado será o de cor **VERDE**, com a denominação “Ônibus Livre”.

**III** - Em caso de “City Tour”, o Veículo de Turismo terá acesso permitido em parte da orla do Município e, o Selo a ser fixado será o de cor **VERDE**, com a denominação “Ônibus Livre”.

**IV** - Quando o Veículo de Turismo dirigir-se para um meio de hospedagem que não ofereça estacionamento regularizado, o Selo a ser fixado será o de cor **VERMELHA**, com a denominação “Ônibus Restrito”.

**Art. 4º** - O veículo de turismo ou similar deverá ser identificado com o **SIVT**, mediante cadastramento a ser realizado nos Centros e Atendimentos Turísticos, quanto à circulação e/ou permanência do meio de transporte no Município de Guarapari.

**Art. 5º** - Será atribuição da Gerência de Transporte e Trânsito da **SEMOP**- Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, a fiscalização para cumprimento no estabelecido na presente Lei.

**Art. 6º** - As infrações pelo descumprimento do estabelecido nesta Lei sujeitarão o infrator, conforme a natureza do fato, às seguintes penalidades:

**I** - Notificação escrita;

**II** – Multa e Retenção do veículo.

**§ 1º** - O preposto / responsável pelo veículo infrator deverá pagar as despesas do guincho e a quitação das diárias do estacionamento.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



**§ 2º** - A multa referida no Inciso II do Art. 6º será equivalente a 8 (oito) Unidades Fiscais do Município de Guarapari (**UFMG**).

**§ 3º** - Os valores arrecadados correspondentes às multas serão destinadas ao Fundo Municipal de Turismo – **FUMDETUR** criado pela Lei Municipal nº. 2.499/2005, de 23 de agosto de 2005.

**Art. 7º** - A regulamentação dos estacionamentos dependerá do atendimento dos seguintes requisitos:

**I** - O imóvel a ser utilizado para o fim proposto nesta Lei deverá estar murado;

**II** - Oferecer infraestrutura com banheiros, alojamento e segurança;

**III** - Autorização de funcionamento fornecida pelo Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único** - O Poder Executivo Municipal poderá conceder licença às pessoas físicas ou jurídicas de caráter público ou privado, para exploração de locais que apresentem infraestrutura adequada para o estacionamento dos veículos, desde que recolhidos os impostos e taxas estabelecidas na legislação tributária do município.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de Dotação Orçamentária Municipal, podendo ser suplementada por intermédio de abertura de créditos extraordinários, se necessário.

**Art. 9º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo o Poder Executivo Municipal promover sua regulamentação no prazo de até 30 (trinta) dias.

**Art. 10** - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Guarapari (ES), 19 de dezembro de 2007.

*EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES*  
*Prefeito Municipal*



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO**



**3.2 ANEXO 2 – FICHA DE CADASTRO**

<b>CENTRO DE ATENDIMENTO TURÍSTICO - CAT</b>	
<b>EMPRESA TRANSPORTADORA</b>	<b>Placa do Veículo:</b> _____ <b>Horário:</b> _____
<b>TELEFONE</b>	DDD (    ) _____
<b>ORGANIZADOR DA VIAGEM</b>	(    ) AGENCIA DE VIAGEM (    ) PESSOA FÍSICA <b>NOME:</b> _____
<b>TELEFONE</b>	DDD (    ) _____
<b>CIDADE DE ORIGEM / UF</b>	_____
(    ) HOTEL (    ) POUSADA (    ) OUTROS <b>ESPECIFICAR:</b> _____	
(    ) CASA (    ) APTº (    ) OUTROS <b>ESPECIFICAR ENDEREÇO:</b> Rua/Av: _____ Nº: _____ Bairro: _____	
<b>Nº DE PASSAGEIROS</b>	_____
<b>PORQUE VEIO A GUARAPARI?</b>	(    ) CONGRESSO E ESTUDOS (    ) SOL E PRAIA (    ) TURISMO RELIGIOSO (    ) NEGÓCIOS E EVENTOS (    ) TURISMO RURAL (    ) ECOTURISMO (    ) OUTROS
<b>PERÍODO DE PERMANÊNCIA</b>	<b>DATA - DE:</b> _____ <b>A:</b> _____
Declaro estar ciente do disposto na Lei N. 2.794/2007 de 19 de Dezembro de 2007, o qual recebi cópia e passo a ter ciência quanto a permanência do veículo dentro do município de Guarapari/ES.	
Nome: _____	
<b>(ESCREVER O NOME DO RESPONSÁVEL POR EXTENSO. SOLICITAR A ASSINATURA)</b>	





**3.3 ANEXO 3 - ADESIVOS PARA ÔNIBUS E VEÍCULOS DE TURISMO:**



**EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**  
**Prefeito Municipal**



**ADRIANI SBARDELOTTI SERPA**  
**Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo**

**JOÃO MANOEL AZEREDO**  
**Sub-secretário de Esporte, Cultura e Turismo**

**COORDENAÇÃO DO PROJETO**  
Thalita de Oliveira

**EQUIPE TÉCNICA**

Aline Pippa Fernandes  
Alyson Aguiar dos Santos  
Antônio Francisco dos Santos  
Cássia Coppo  
Cláudia Ferreira Leal  
Cláudio Ferreira da Silva  
Élcio Álvares Neto  
Erinéia Gomes de M. Nunes  
Fabiana Santos de Jesus Ceciliano  
Felipe Tasca Gomes  
Flávia A. Brandão Pina  
Liliane Fonseca da Silva  
Marcelle Macial de C. Guedes  
Marcos A. P. Loureiro  
Robert Cardoso Vieira  
Sandra Helena Borges